

Juliana da Silva Nóbrega

**As possibilidades de uma ecologia de
saberes: a negociação de sentidos no
processo de incubação**

Mestrado em Psicologia Social

PUC/São Paulo -2006

Juliana da Silva Nóbrega

**As possibilidades de uma ecologia de saberes: a
negociação de sentidos no processo de incubação**

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia Social, sob orientação do
Professor Doutor Peter K. Spink.

PUC-SP

2006

Banca Examinadora

A Pedro, meu avesso, meu amor, meu fotógrafo, minha lente.

Por tudo... Te amo.

Agradecimentos

Ao CNPq, pela bolsa que me possibilitou o desenvolvimento desse estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da PUC-SP, pelo rico espaço de reflexão sobre as práticas e ações da Psicologia.

A Peter Spink, pelas “desorientações” ao longo desses dois anos e meio, que tanto me provocaram e me angustiaram das mais diferentes formas.

Às grandes amigas e amigos do Núcleo de “Organização e Ação Social” (NOAS) pelas conversas intrigantes sobre organização, conhecimentos, senso comum, sentidos, ações sociais, intervenção, etc... que me são tão caros. Pelos momentos de debate que levarei pra sempre em minha vida.

À Alejandra e Maíra por estarem sempre dispostas a uma conversinha depois do Núcleo. Conversas em que dissertação, vida e coração se aproximavam tanto. Por essa amizade tão bonita que nasceu desses encontros.

À Ricardo, Elaine, Camila, Ronaldo, Edwin, Leandro, pelas tantas conversas, debates acalorados, pelos tensos e pelos bons momentos em que pensamos sobre a nossa prática. Obrigada por confiarem em mim. Obrigada por terem me mostrado uma outra forma de ver a incubação. Obrigada pela compreensão diante dos problemas dessa pesquisa.

Aos antigos companheiros da incubadora, por tudo que vivemos juntos naqueles anos.

À Associação das Cooperativas de Reciclagem (ACOOOP) por terem permitido essa pesquisa. À Maria do Carmo, Maria Conceição, Cícera, Néia, Isaura e Mary, e todos os outros cooperad@s com quem conversei durante esse tempo.

À Mauro Amatuzzi, querido amigo e eterno professor, que se dispôs a ficar acordado depois do almoço para ouvir uma jovem e suas preocupações éticas de fim de mestrado. Obrigada pela escuta, atenção, disponibilidade e sensibilidade.

À família Oleski Amatuzzi, pelo acolhimento no fim de domingo. Amo vocês.

A Anita, caroneira-amiga, que traduziu tão bem meus dilemas. Obrigada pelo grande encontro e pela escuta incansável.

À Lu, amiga antiga, cúmplice de sonhos e de sementes. À Ivie, pela força, coração e fé que me deixam tão tranqüila.

À Anayê, Éderson e Clara, pelos almoços e encontros que me tiravam da teoria. Em especial, à Anayê, por ser tão companheira.

À Teca, por estar junto nesse amadurecimento pessoal que foi o mestrado.

À Rê, irmã e amiga. Obrigada por tanta dedicação, apoio, leituras, comidinhas, etc. Que sempre estejamos por perto uma da outra. A Lucas, irmão e companheiro de Psicologia, música, poesia, coração. Obrigada pelas longas conversas ao telefone em que me fizeram lembrar de mim mesma. Aprendo muito com vocês dois. Pessoas com as quais cresço todos os dias.

A Sônia e Antônio. Sem palavras. Amo vocês demais. Sei que um dia estaremos perto outra vez. Obrigada pela vida e por serem pessoas tão lindas.

Ao tempo que me ensina a ser gente a cada dia e me coloca em situações inesperadas e surpreendentes, como essa dissertação.

Índice Geral

Prefácio	
Introdução.....	
1.Considerações sobre a Metodologia.....	
2.Cenários da Economia Solidária no Brasil.....	
3.Questões da Incubação.....	
4.Conhecimento e processos autogestionários: cotidiano como lugar de produção.....	
5.Conversando nas reuniões: apresentação e discussão das questões sobre a incubação..	
Incubadora: questões das reuniões de comitê.....	
Empreendimentos: questões das outras reuniões.....	
6. Considerações finais.....	
7. Referências.....	

Resumo

Em razão das transformações no mercado de trabalho das últimas décadas, em especial, do desemprego de grande parte da população brasileira, preocupações com a geração de trabalho e renda e com a possibilidade de relações trabalhistas baseadas na autogestão começaram a ser incluídas nas agendas de muitos grupos, entidades e órgãos públicos. A economia solidária aparece como uma forma de criar espaços econômicos, sociais, políticos e culturais baseados em relações igualitárias de consumo, trabalho, troca, etc. Neste campo, a incubação de empreendimentos solidários é um tipo de intervenção social cujo objetivo é apoiar e fortalecer cooperativas, associações e grupos populares, a partir de assessorias técnicas e profissionais. Os processos de incubação se diferenciam entre si, de acordo com as especificidades de cada incubadora, no entanto, a noção circulante de incubação também se assemelha nesses diversos espaços. Acredita-se que os conhecimentos provenientes dos campos profissionais e universitários podem auxiliar os empreendimentos a se viabilizarem. A partir de uma discussão sobre o conhecimento e os processos organizativos autogestionários no cotidiano, o presente estudo teve como objetivo a identificação dos sentidos da incubação que circulam no entorno de uma incubadora de empreendimentos solidários da região de Campinas, SP. Através da participação em reuniões e em conversas sobre o tema com uma incubadora e com membros de empreendimentos, foram apontados dilemas do processo de incubação. A identificação dos sentidos da incubação, por duas vozes diferentes presentes nesse universo, permitiu problematizar a noção geral circulante. A questão que dirigiu o estudo diz respeito às possibilidades de construção de uma ecologia de saberes dentro da economia solidária, a partir da incubação de empreendimentos. Por ecologia de saberes, conceito utilizado por Boaventura de Souza Santos, compreende-se um sistema de saberes, de origens diferentes e, portanto, não apenas científicos, coexistindo na busca da construção de uma sociedade diferente.

PALAVRAS-CHAVE: INCUBAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO, CONHECIMENTO, SENTIDOS E COTIDIANO.

Abstract

Em razão das transformações no mercado de trabalho das últimas décadas, em especial, do desemprego de grande parte da população brasileira, preocupações com a geração de trabalho e renda e com a possibilidade de relações trabalhistas baseadas na autogestão começaram a ser incluídas nas agendas de muitos grupos, entidades e órgãos públicos. A economia solidária aparece como uma forma de criar espaços econômicos, sociais, políticos e culturais baseados em relações igualitárias de consumo, trabalho, troca, etc. Neste campo, a incubação de empreendimentos solidários é um tipo de intervenção social cujo objetivo é apoiar e fortalecer cooperativas, associações e grupos populares, a partir de assessorias técnicas e profissionais. Os processos de incubação se diferenciam entre si, de acordo com as especificidades de cada incubadora, no entanto, a noção circulante de incubação também se assemelha nesses diversos espaços. Acredita-se que os conhecimentos provenientes dos campos profissionais e universitários podem auxiliar os empreendimentos a se viabilizarem. A partir de uma discussão sobre o conhecimento e os processos organizativos autogestionários no cotidiano, o presente estudo teve como objetivo a identificação dos sentidos da incubação que circulam no entorno de uma incubadora de empreendimentos solidários da região de Campinas, SP. Através da participação em reuniões e em conversas sobre o tema com uma incubadora e com membros de empreendimentos, foram apontados dilemas do processo de incubação. A identificação dos sentidos da incubação, por duas vozes diferentes presentes nesse universo, permitiu problematizar a noção geral circulante. A questão que dirigiu o estudo diz respeito às possibilidades de construção de uma ecologia de saberes dentro da economia solidária, a partir da incubação de empreendimentos. Por ecologia de saberes, conceito utilizado por Boaventura de Souza Santos, compreende-se um sistema de saberes, de origens diferentes e, portanto, não apenas científicos, coexistindo na busca da construção de uma sociedade diferente.

PALAVRAS-CHAVE: INCUBAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO, CONHECIMENTO, SENTIDOS E COTIDIANO.

PREFÁCIO

Juliana, o que é essa tal de autogestão e economia solidária que eu não estou entendendo nada?

(Tereza)

Perplexa. Foi assim que fiquei ao ouvir a pergunta de Tereza¹. Estávamos no 2º encontro municipal de economia solidária em Campinas, realizado em 2003. Na mesa, profissionais ligados ao programa municipal de coleta seletiva e à prefeitura se revezavam nas falas sobre a importância da economia solidária e da autogestão para as cooperativas. Na platéia, cooperados e cooperadas, monitores das incubadoras de cooperativas populares e grupos de apoio assistiam, desde o início da manhã, às apresentações. Tereza era de uma cooperativa de triagem de materiais recicláveis. Eu fazia parte da equipe de monitores da incubadora que acompanhava a cooperativa de Tereza. Em reuniões semanais regulares conversávamos sobre a estruturação da cooperativa e formas de tornar o trabalho autogestionário, em meio a conflitos interpessoais. A autogestão e a economia solidária eram temas presentes nessas reuniões. Daí meu susto com o questionamento de Tereza: falávamos tanto da autogestão e ela não sabia o que era.

Há algum tempo me perguntava se o conteúdo que levávamos para as cooperativas fazia sentido para eles e para elas ou não. Envolvida na elaboração do caderno de metodologia da incubadora, refletia sobre os alcances da nossa ação no cotidiano das cooperativas. Apesar disso, tinha muitas dificuldades para falar do assunto na incubadora. Não conseguia abrir o debate sobre essas dúvidas, por insegurança, inexperiências, etc. Não tinha completado nem um ano de formação em Psicologia. Saíra da faculdade direto para a incubadora: um trabalho em que eu acreditava. A economia solidária me mobilizava, me instigava reflexões sobre o mundo e sobre a minha vida. Não sabia ainda se aquilo era o que eu desejava para mim, mas via o impacto das ações da incubadora na vida cotidiana dos grupos que acompanhávamos. Ao menos uma renda os cooperados e cooperadas conseguiam garantir no final de um mês de árduo trabalho na triagem dos materiais.

No cotidiano de trabalho na incubadora, considerava importante que praticássemos a autogestão, porém, por motivos maiores, isso não acontecia

¹ Em toda a dissertação, por questões éticas, utilizarei apenas nomes fictícios para personagens reais.

oficialmente. Nunca havia trabalhado numa instituição, apenas estagiado. Não conhecia as relações que se davam nesse universo e meu desejo era debater as idéias que me acompanhavam desde a graduação. Tinha vontade de conversar sobre questões políticas, sociais e sobre os efeitos de nossa intervenção. A incubadora acompanhava em torno de seis grupos de triagem de materiais recicláveis. Minha participação na incubadora se dava efetivamente em dois ou três grupos, mas o tema, o cotidiano e a construção daquele projeto faziam parte da minha vida naquele momento de forma intensa. Passava muito mais tempo na incubadora do que era necessário.

Além de não me sentir a vontade para expor minhas questões de modo mais incisivo, pesava o fato de termos uma equipe composta basicamente por estagiários, alguns recém-formados e uma profissional. Não havia alguém mais experiente no assunto para fazer um acompanhamento mais sistemático e criterioso de nossa atuação nos grupos. Reuníamos-nos uma vez por semana para planejar o trabalho nas cooperativas e, em alguns momentos, estudar juntos os temas da economia solidária. Nesses momentos de estudo, eram muitas as questões trazidas pelas diferentes áreas do conhecimento científico ou profissional. Chamávamos as reuniões de interdisciplinares e começamos a perceber que as especializações se misturavam. O psicólogo precisava aprender sobre economia e assim sucessivamente. Todos precisavam conhecer minimamente as ferramentas de atuação das diferentes áreas. Isso nos levava a desgastes internos, porque muitas vezes, havia confronto de posições dentro dessas áreas.

Entre conversas, silêncios e ações que às vezes davam certo, às vezes não, ora me incomodava seguir prescrições ou receitas do melhor jeito de incubar, ora me incomodava não ter parâmetro nenhum para seguir. Inexperiente tanto em relação ao trabalho na incubadora quanto em relação ao trabalho como psicóloga, não me posicionava veementemente sobre essas questões.

Meu envolvimento com a incubadora começou em 2001. Um dia, saindo de uma aula na faculdade, me deparei com um cartaz que convidava alunos para participarem de um programa para a constituição de cooperativas populares em Campinas. O cartaz convocava para uma reunião e eu e mais duas amigas foram até lá ver o que era essa idéia.

Participamos de um curso de cooperativismo, ministrado por um professor, economista, que lecionava naquela universidade. Neste curso havia outros alunos (que também foram convidados pelo cartaz), de diferentes áreas: engenharia ambiental,

economia, direito, serviço social, pedagogia, etc. O projeto tinha por objetivo a criação e assessoria a grupos que se interessassem pela economia solidária. Questões sobre o cooperativismo, sobre a economia solidária, sobre os efeitos do sistema capitalista nas vidas das pessoas, eram apresentadas nesse curso. Enquanto se explicava tudo isso, falava-se na necessidade da quebra do paradigma individualista da nossa sociedade e que a economia solidária era um caminho para isso, pois se baseava na solidariedade, na cooperação, nos bens coletivos, etc. Dentro dessa perspectiva, ia apontando possíveis contribuições dos alunos, em suas diferentes áreas de atuação. Para a Psicologia cabia trabalhar especificamente nessa quebra de paradigma e na construção de relações sociais baseadas na solidariedade e não no individualismo.

No ano seguinte, 2002, apenas um grupo de alunos ficou interessado em dar continuidade ao projeto. Lá estava eu, que àquela altura já me encontrava no último ano da faculdade de Psicologia. O projeto era uma oportunidade de intervir de alguma forma na realidade. Aquele mesmo professor do ano passado ainda acompanhava o grupo de estagiários, como passamos a ser chamados. Colocou-nos em contato com uma entidade que já auxiliava alguns grupos da região. Disse para acompanharmos o assistente social dessa entidade nas visitas que fazia aos grupos que queriam virar cooperativa. Isso para começarmos a nos inserir na prática da entidade. Lembro que fui com ele a alguns lugares onde estavam sendo criadas cooperativas de triagem de materiais recicláveis. A primeira que visitei foi uma cooperativa que havia sido formada pela comunidade local. Começou a partir do desejo de alguns moradores de ajudar um vizinho adoecido, vendendo latinhas para comprar remédio. Uma experiência muito interessante e que depois pude conhecer mais de perto. Um exemplo de como um grupo se organizou para resolver um problema localizado da comunidade: a existência de pessoas, aposentadas e adoecidas, que não tinham como gerar renda.

A realidade dos grupos, em geral, era um pouco parecida com essa. Tinham sido formados a partir de um curso de multiplicadores que ocorrera nessa entidade, pouco tempo antes. Esse curso fora realizado por algumas pessoas que já conheciam o cooperativismo e oferecido a outros que quisessem estimular a formação de cooperativas nos seus bairros. Esses multiplicadores tinham por função falar sobre o assunto, reunir pessoas que estivessem interessados em trabalhar nessa perspectiva e formar os grupos. A entidade ofereceria apoio técnico, desde que estivesse ao seu

alcance. Nesse sentido, a união com a universidade tinha o intuito de fortalecer essa assessoria, através dos estagiários.

Nesse período, na faculdade de Psicologia, precisava realizar um estágio em Psicologia Organizacional, e unindo a necessidade de supervisão no trabalho que iríamos iniciar na entidade, com o desejo de fazer esse estágio fora do campo empresarial, propusemos (eu e minhas duas amigas) a uma professora que nos acompanhasse e ela aceitou. Apenas no segundo semestre, depois de termos discutido o projeto de atuação em dois grupos, conseguimos iniciar o trabalho. Elaboramos um projeto que tinha como objetivo desenvolver habilidades para o trabalho cooperativo, baseado nas experiências de trabalho da psicologia organizacional tradicional em empresas. Apesar de tentarmos dar feições diferentes ao projeto, pensando-o a partir das discussões dos trabalhos em comunidade, não tivemos condições de diferenciá-lo tanto de um *treinamento*.

O contato com o grupo durante o projeto me impactava. Era um grupo da periferia da cidade, que tinha sido formado há pouquíssimo tempo e já estava triando seus materiais. Nossas reuniões eram semanais. Nestes dias levávamos atividades, como dinâmicas de grupo, para trabalhar o que considerávamos as habilidades a serem desenvolvidas num trabalho cooperativo. Em geral, me frustrava cada vez que ia lá. As propostas não saíam do papel e quando saíam, nem sempre funcionavam. Mais do que a nossa inexperiência, tinha a intuição de que não era na lógica empresarial dos recursos humanos que encontraríamos o jeito de fazer aquele trabalho. Talvez a questão fosse mais ampla do que a inexperiência pura e simples, que era um fato.

Hoje, depois de ter repensado toda essa história, penso que a questão realmente era mais ampla: tanto no curso de cooperativismo inicial do qual eu fiz parte, quanto na supervisão do estágio de psicologia, acredito que partíamos de uma base semelhante: **a crença na ausência de organização, de ferramentas para o trabalho em grupo e de relações solidárias**. Nesse sentido, tornavam-se *quase* óbvias as atuações de uma psicóloga dentro de uma cooperativa, de uma psicóloga dentro de uma incubadora e a própria existência de uma incubadora.

Ainda durante o estágio, resolvemos (a equipe) fazer um curso de economia solidária em São Paulo, numa universidade. Ali, além de entender melhor o que estávamos fazendo e onde estávamos entrando (no campo da economia solidária), também tive a possibilidade de conhecer o debate da Prof^a Leny Sato e de seus alunos

sobre a autogestão no cotidiano. Eles nos apresentavam uma perspectiva que se diferenciava daquela que havíamos adotado: a de que a autogestão é um processo organizativo peculiar e que se dá no cotidiano das cooperativas. A implicação daquela visão era grande. Significava olhar para as pessoas das cooperativas não mais com o olhar das *ausências* e sim das *presenças*: da presença de capacidades de gestão e de organização. Além disso, eles nos mostravam que os conflitos interpessoais que tanto apareciam nos grupos com os quais lidávamos eram parte constituinte da autogestão e não um problema a ser resolvido necessariamente. Um outro professor desse curso também nos trouxe o debate acerca da ‘cultura solidária’, que segundo ele, já está presente nos empreendimentos, nas pequenas práticas cotidianas. Enfatizava-se o cotidiano e suas relações. E essas idéias começaram a me fazer refletir bastante sobre a nossa postura.

Aos poucos, o trabalho do projeto se fortaleceu, mais grupos foram aparecendo e em 2002, nos oficializamos como organização não governamental (ONG), nos desvinculamos dessa entidade inicial, que continuaria a atuar em seus outros projetos. Nosso papel seria o mesmo: acompanhar mais de perto os grupos, estimular a formação de outros, fomentando o cooperativismo na cidade. Às visitas que fazíamos aos grupos chamávamos de **incubação**. Faríamos o papel de uma **incubadora de cooperativas populares**, mesmo sem adotar esse como a única via de atuação.

Depois disso, muitas coisas aconteceram na incubadora (e serão relatadas, na medida do possível, mais a frente) e chegamos a 2003, no encontro municipal de economia solidária, no momento da pergunta de Tereza. Em meio a tudo que relatei acima, aquela pergunta me colocou mais e mais perguntas ao longo do tempo. Naquele momento, reproduzi o papel de monitora de incubação e a respondi. Mas essa pergunta sempre retorna às minhas reflexões. O que ela queria dizer com sua indagação? Será que não tinha entendido nada do que estávamos falando na sua cooperativa? Não era possível. Penso que é uma pergunta que quero levar comigo até o fim dessa dissertação, quando apresentarei a conclusão de Tereza, que finalizou nossa conversa. Por enquanto, apenas aponto que foi uma pergunta que me fez pensar na incubação, no que estávamos fazendo, no que gostaríamos de fazer, no que acreditávamos e em como concretizávamos isso tudo no cotidiano das cooperativas.

E foi assim que me inseri no campo da incubação na economia solidária, que pretendo problematizar com essa dissertação. Quero dizer que o que contare aqui é uma

história, vista a partir dos meus olhos. É, de certa forma, uma história confusa, porque a experiência de trabalho na incubadora foi confusa mesmo. Confusa e contraditória, mas que me trouxe por caminhos que eu não esperava, especialmente com a reflexão que o mestrado me proporcionou. Nesse sentido, peço ao leitor cuidado ao ler esse texto. Além de ser uma pesquisa, acredito que sua grande ênfase é a reflexão sobre caminhos, sobre inseguranças, sobre o nada saber e o saber tudo. O tema maior em que pretendo entrar é a incubação de empreendimentos solidários. A intenção não é avaliar, dar respostas e muito menos propor soluções. Se eu soubesse a solução para os problemas da incubação já teria a revelado antes, sem precisar viver tudo que vivi. Como diz meu orientador: “Se você é parte da solução, você também é parte do problema”. E é aí que me incluo em tudo que escrever aqui.

Falar de incubação em pesquisa não foi uma tarefa muito tranquila. O tema é polêmico e capaz de gerar debates acalorados. Essa é uma pesquisa modesta: quer se inserir no debate a partir de sentidos do **entorno de uma única incubadora**. Por questões éticas nem incubadora nem seu entorno serão identificados. É um relato da maneira como compreendi os debates acerca da incubação nesse entorno. Estaremos agora entrando numa trincheira de sentidos do incubar

INTRODUÇÃO

“Nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que contamos” (SPINK, P. 2003, p.22).

Se, como diz Peter Spink (2003), pesquisar é contar uma ou mais histórias, quem escreve transforma-se num contador de histórias que procura, de alguma maneira, redescrever o que viu e viveu durante o tempo em que se dispôs a conhecer a história. Narradores narram de maneiras diferentes e imprimem nas histórias seus pontos de vista, sentimentos, entonações, fazendo, eles próprios, parte importante da história que contam e para contá-la nem sempre é preciso um começo, meio e fim.

A história que pretendo contar é uma história da qual participei. Como já apresentei no prefácio, minha primeira experiência de trabalho foi numa incubadora de cooperativas populares. Falo de um tempo que passou, mas que deixou marcas de aprendizado em mim e, acredito, na incubadora. Relembrar essa história, nesse momento do texto, é procurar entender de onde surge minha pergunta. O que me motivou a fazer essa pesquisa foram as minhas dúvidas nesse trabalho. Acredito que a falta de experiência com o trabalho proposto pela incubadora e o abandono de uma equipe de estagiários diante dos problemas presentes nas cooperativas, tenham contribuído para que eu quisesse problematizar o papel da incubação. No entanto, também me pergunto se o que vivi teve a ver unicamente com as circunstâncias da incubadora naquele momento ou se seriam fruto de sentidos de incubação compartilhados socialmente, que remetem a dimensões maiores.

A idéia de incubar empreendimentos solidários não é recente. É algo que se construiu no tempo. Compartilhar sentidos, construí-los e reconstruí-los é o que fazemos todos os dias. Sentidos como construções sociais interativas, por meio dos quais, nas nossas relações sociais, datadas e localizadas, construímos e damos nomes ao mundo e, através deles, compreendemos e lidamos com as situações a nossa volta (SPINK, M. J, 2005). Sentidos que se constroem em tempos: tempos de uma cultura, de socializações e o tempo do aqui agora.

O conceito de incubação circulante, mais geral, diz respeito a um apoio – técnico ou teórico - que é feito por um grupo de pessoas a outro grupo de pessoas. No caso da economia solidária, esse apoio é feito a partir dos conteúdos da mesma. No entanto, é importante lembrar que a palavra incubar é mais antiga do que imaginamos. Apesar do

surgimento das incubadoras de cooperativas ter se intensificado a partir do início desse século, a incubação, enquanto conceito, palavra, tem origens muito antigas.

Por economia solidária, refiro-me a um conjunto de práticas e teorias - cujas origens remetem a uma história mais longa – que se baseiam nos princípios da autogestão, do cooperativismo. Esta pode se concretizar de diferentes maneiras: clubes de troca, moeda social, compras coletivas, cooperativismo/associativismo, etc. Nessa última, a partir de cooperativas de consumo, de prestação de serviço, de trabalho, entre outras. Esta pesquisa se insere no campo dos empreendimentos solidários de trabalho, onde pessoas se agrupam para coletivamente gerir a sua produção.

No prefácio, falo de como se deu minha chegada na economia solidária: a partir de uma formação que me levou a crer na presença de um cotidiano vazio, de racionalidade (no sentido das capacidades que fazem parte do local). Quando não era vazio, o cotidiano era feito de um senso comum ao qual precisávamos acrescentar novos conteúdos e novas práticas. Mesmo que não tivéssemos consciência disso, era uma forma de pensar que fazia parte das versões que se encontraram para compor a incubadora. Foi um ponto de partida: concepções acerca do que era educação, do que era o trabalho social, do que era uma intervenção e do que era a economia solidária. Isso não significa que, com o passar do tempo, todas essas noções não foram revistas e reformuladas, a partir da realidade e das contradições que a própria atuação da equipe permitia ver².

Então, aí está uma primeira pergunta: quais os pressupostos de uma incubação de empreendimentos solidários?

Ao mesmo tempo, há também o debate da economia solidária dentro da academia. Ela tornou-se um fenômeno importante para pesquisas em diversas áreas do conhecimento, inclusive para a Psicologia Social. Neste campo, as produções são bem heterogêneas: há pesquisas que têm como foco relações interpessoais, conflitos, formação política, práticas de solidariedade, cultura solidária, processos de decisão na autogestão, sofrimento ético-político na cooperativa, laço social, estratégia de sobrevivência, entre outros.³ São estudos voltados para os empreendimentos e as

² Mais a frente, farei um recorte histórico dessa experiência de incubação, no entanto, não mais para me referir a mim, e sim, para tentar entender as origens dela.

³ Sobre o assunto, ver: ESTEVES (2004); ANDRADA (2005); KEMP (2001), BARBOSA (1999), IDE (2004), LEÓN-CEDEÑO (1999; 2006); SOUZA (2006); SOLANGE (2005);

consequências dessa vivência no cotidiano e que trazem importantes contribuições para o debate da incubação enquanto um processo relacional. A variedade é grande e não caberia citar todas aqui. Quero apenas referenciar algumas que considere importantes para a linha argumentativa desse trabalho.

Destaco três dissertações que me interessaram nessa busca. A primeira delas é a de Esteves (2004), que vai conhecer o trabalhador no cotidiano de uma cooperativa industrial de São Paulo, a partir das dimensões “sócio”, “trabalhador” e “pessoa”. Sendo um estudo de caso, o autor ressalta que ao conhecer o cotidiano desses trabalhadores, teve a oportunidade de entrar em contato com a variedade de compreensões acerca de inúmeras questões, concluindo, a partir disso a onipresença dos aspectos pessoais no dia-a-dia da cooperativa, uma vez que são eles que “informam uma enorme diversidade de entendimentos e práticas dos cooperados” (p.172). Além disso, aponta para as experiências de formação política dos cooperados (ao lutarem pela recuperação da empresa antiga) como o alicerce simbólico da vivência da autogestão; apresenta que os momentos de “esperança e desesperança” em relação ao trabalho fazem parte desse cotidiano; dá-se conta da astúcia dos mesmos no lidar com os processos produtivos e a base técnica herdada da antiga empresa, onde se recriam possibilidades. Segundo o autor, há diversas maneiras de entender a cooperativa e elas são negociadas de acordo com os interesses, num “método coletivo de produção de entendimentos” (p.173), onde a alternância de posições (sócio, trabalhador e pessoa) é fundamental.

Numa linha semelhante, encontra-se o trabalho de Andrada (2005), que ao tomar contato com o cotidiano de mulheres de uma cooperativa em Porto Alegre pôde refletir sobre as repercussões, pessoais e no trabalho, da vivência da autogestão. Uma das constatações desse processo é que dentro da cooperativa coabitam várias experiências de autogestão, do ponto de vista psicossocial, a partir das posições que cada cooperada ocupa. Segundo a autora,

Ainda que se encontrem nos limites físicos e simbólicos do mesmo empreendimento, experimenta-se ali dentro, cotidianos micropolíticos distintos, como ocorre entre quem trabalha em casa e na sede, ou mesmo entre quem trabalha na seção do corte ou da serigrafia. As diferenças entre esses cotidianos, como vimos, advêm de aspectos relacionados à maneira de organizar o trabalho, a questões micropolíticas e sociotécnicas, que incidem sobre os modos de perceber e interpretar o que se vive ali. (ANDRADA, 2005, p. 231).

Entre as principais repercussões (que não são idênticas) estão a questão do direito ao trabalho, do pertencimento ao grupo da cooperativa e do enraizamento como

sujeitos tanto no bairro onde moram como no seu trabalho. Andrada considera essas repercussões como condições simbólicas que permitiram que as trabalhadoras agissem politicamente, momentaneamente, através de um afastamento das questões da sobrevivência. A experiência de participação no Orçamento Participativo foi um dos canais que possibilitou que essa ação política acontecesse.

Uma outra contribuição para essa discussão é a dissertação sobre práticas solidárias numa ocupação de Campinas, de Souza (2006). A autora se propõe a falar sobre a solidariedade a partir do cotidiano das pessoas dessa comunidade. Interessada em compreender como se dá a construção do “nós” neste lugar, aponta uma dica para se pensar a solidariedade: a existência de uma identidade social como condição para as práticas solidárias, afirmando que estas se dão a partir do senso de igualdade e de pertencimento.

Os dois primeiros estudos têm em comum o reconhecimento de que o impacto da autogestão na vida dos trabalhadores da economia solidária é heterogêneo, variado. Não é possível falar em uma “autogestão”, mas em várias experiências de autogestão que são negociadas no cotidiano. Por sua vez, juntando-se ao último estudo, esse cotidiano não é um vazio, nem um pano de fundo. Ele é onde as coisas acontecem, onde a autogestão e a solidariedade são criadas e recriadas.

Em relação à Psicologia Social, essas questões podem sugerir perguntas acerca de como os sentidos de incubação estão sendo produzidos. Que lugar tem o cotidiano nessa produção? De acordo com P. Spink (2003): “Precisamos de uma psicologia social capaz de respeitar as capacidades coletivas expressas em saberes, práticas e ações organizativas, com a disposição e a competência de entrar na luta pelas utopias, capaz de compreender as redes solidárias, a autogestão e a solidariedade...” (p. 68).

Por outro lado, no campo da educação, há os debates trazidos por autores como Paulo Freire (1987), Carlos Rodrigues Brandão (1999), Francisco Gutiérrez (1993), dão visibilidade à importância do processo educacional ser encarado a partir da dialogicidade. Freire entende como a essência da educação como prática de liberdade.

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais (1987, p. 78).

Essa preocupação com o diálogo tem a ver com uma compreensão de que o conhecimento não é algo que se transmite, mas que se constrói na relação. O educador é também educando no processo criado na educação. Não desconsidera a existência de saberes, mas fala de sua superação, que se dará pela educação. Uma preocupação que tem a ver com a luta por igualdade e contra a opressão, perpetuada por um modo de vida baseado na produção de mercadorias e no consumo. A partir dessas reflexões, atualmente há um grande número de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento buscando em suas práticas a não separação entre sujeito e objeto da educação, entre quem educa e quem é educado. A educação é um processo histórico compreendido como uma relação de troca entre diferentes conhecimentos, posições. Essa é uma preocupação muito presente nos documentos e relatórios sobre os processos de incubação elaborados pelas incubadoras, como abordarei adiante.

Um outro motivo que leva à preocupação com a incubação diz respeito às maneiras como as idéias de empregabilidade e de formação do trabalhador são construídas socialmente. É comum ouvir que o fracasso do trabalhador desempregado está relacionado à má formação profissional, a uma não-qualificação para determinado posto de trabalho. Empregabilidade é a qualidade de ser empregável e em tempos de desemprego, o trabalhador deve buscar incrementá-la. Diz respeito a um conjunto de habilidades que, por si só, dariam à pessoa a capacidade de conseguir conquistar um posto de trabalho. Ignora-se a maneira como o livre comércio, os processos de globalização e reestruturações produtivas produzem situações precárias de trabalho. A presente discussão também parte de uma reflexão sobre o discurso “desqualificante” da qualificação e da empregabilidade que, em vez de abrir portas para a transformação, as fecha, encobrendo assim noções sobre o homem e sobre o mundo que não servem senão para perpetuar a desigualdade (TANGUY, 1997; BRUTIN, 2003).

Dentro da economia solidária, esta é uma temática importante e que, no debate, poderá levantar questões para a elaboração dos objetivos da incubação, e consequentemente, das metodologias de cada incubadora. Questões a respeito dos sentidos da formação do trabalhador autogestionado e do conteúdo da mesma. Aqui, o tema ilustra parte do problema da busca dos sentidos da incubação e de sua inevitável negociação.

Ao mesmo tempo, é crescente o número de programas e projetos de redução da pobreza, em geral financiados por empresas de porte que visam combater a

desigualdade a partir da geração de renda para populações em situações de pobreza, e para isso, um dos nortes é, mais uma vez, a formação e a capacitação. Em muitos casos, idéias como a do empoderamento são pontos de partida para o trabalho. Há diversas maneiras de pensar o empoderamento dessas populações, porém a que é mais comumente utilizada refere-se ao fortalecimento de características individuais dos atores sociais envolvidos em tais projetos e assim, localizando mais uma vez o problema social no indivíduo.

Um último ponto fica faltando para explicar a necessidade dessa problematização: para a própria economia solidária, os processos de formação do trabalhador são importantes. Essa é uma idéia muito presente na literatura sobre o tema e concretizada, de diferentes maneiras, em quase todos os lugares onde há experiências acontecendo. Em um volume especialmente dedicado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, diz-se que: “É inevitável falar da importância da educação para o cooperativismo, único caminho viável para aumentar a participação. O indivíduo que conhece suas capacidades, e as desenvolve, é mais apto a fazer valer suas idéias, defende seus pontos de vista, não se acomoda sob diretorias com as quais não concorda” (CADERNOS DA OFICINA SOCIAL, 2002, p.21).

Singer (2002) acredita que, pelo fato da maioria das pessoas ter passado muitos anos trabalhando em organizações em que a gestão não era coletivas, a prática da autogestão não é comum. Essas pessoas que hoje entram nos empreendimentos estão acostumadas ao sistema anterior e por isso, têm tantas dificuldades nesse processo. A idéia da existência das incubadoras de empreendimentos solidários justifica-se, em parte, por essa afirmação.

Aos poucos, vai ficando claro para o leitor de que perspectiva pretendo encarar os sentidos da incubação. Incomodada com o vazio do cotidiano, fui em busca dos motivos que me levaram a acreditar nele, mesmo que momentaneamente. Me deparei com leituras sobre os processos de colonização de saberes, de Boaventura de Souza Santos, que me levam a refletir sobre “uma” formação acadêmica que vê o cotidiano e o senso comum como, pano de fundo e não saber, respectivamente. E aí, me perguntei se a incubação, feita por nós, estudantes, professores ou profissionais, entraria ou não nesse campo. O que consideramos como conhecimento é uma outra pergunta que me faço nessa dissertação. Para completar o rol de autores que me guiaram, me encontrei também com uma outra perspectiva, a feminista:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

A ciência que se faz na academia é situada tanto quanto o conhecimento que se produz em outros espaços. E é assim que comecei a pensar na incubação: como um corpo de conhecimentos, reflexões e práticas que é situado. Para a autora, a produção do conhecimento é sempre **de alguém em algum lugar e num tempo**. Assim é essa dissertação e assim tentarei olhar para a incubação: enquanto uma produção socialmente localizada. Para essas autoras e autores, tornar o conhecimento científico “no” único conhecimento válido é impor aos outros, uma universalização que, em última análise, não deixa de ser localizada também.

Como ressalta Balasch (2004), na perspectiva dos conhecimentos situados, a produção do conhecimento é sempre relacional e longe de representar a realidade externa, são frutos das interações, conexões parciais entre as posições ocupadas. Parciais porque as posições diferem entre si e não se conectam a partir de sua identidade, mas na tensão entre semelhanças e diferenças entre elas.

Enfim, diante disso, a proposta é focalizar a incubação no seu sentido mais amplo, enquanto noção que circula com facilidade pela economia solidária. No entanto, entendo que, ainda assim, esse sentido mais geral se dá sempre de forma específica em cada lugar, nas relações de cada empreendimento solidário com cada incubadora. Quando algum grupo adota como referência de trabalho a expressão “incubação de empreendimentos solidários” este está se situando numa comunidade de sentido mais ampla, conhecendo ou não a noção. Obviamente que só se faz a “incubação” em algum lugar e no caso dessa pesquisa, numa incubadora de Campinas.

Diante disso, mas não apenas, o processo que pretendo compreender é o da negociação dos sentidos do incubar empreendimentos solidários, a partir de conversas no entorno de uma incubadora de cooperativas em Campinas, SP. A princípio, me dividi entre os de dentro da incubadora e os de fora, o que foi tornando-se inviável conforme olhava para as conversas que havia tido com as pessoas e tentava delimitar um campo de pesquisa. Meu campo vai além do lugar incubadora, ele é um campo-tema, um tema no qual eu entro, ora de forma central ora periféricamente. O meu campo-tema é esse universo da incubação, ao qual me remeterei tanto a partir de textos e reflexões teóricas,

quanto a partir de textos vivos, conversas com pessoas (não apenas pessoas da incubadora) a esse respeito.

Não significa colocá-los em igualdade de poder, pois são posições e papéis distintos. É perceber se há lugares de confronto, conflito e negociações dos sentidos do incubar. Antes de continuar na próxima seção, uma inspiração, proposta por Boaventura de Souza Santos, em que fala sobre a ecologia dos saberes:

(...) garantir igualdade de oportunidades aos diferentes conhecimentos em disputas epistemológicas cada vez mais amplas com o objetivo de maximizar o contributo de cada um deles na construção de uma sociedade mais democrática e justa e também mais equilibrada em sua relação com a natureza. Não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas antes de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade que não desqualifique à partida tudo o que não cabe no cânone epistemológico da ciência moderna (2005, p.10) .

Mais uma vez sinto necessidade de afirmar que essa não foi a busca por uma melhor maneira de fazer a incubação, assim como também não tem a intenção de avaliar, julgar ou mesmo denunciar uma prática existente. A única proposta aqui presente é a da problematização do tema. Se essa problematização levará a outros questionamentos, é uma outra história.

O que é educação para a economia solidária, na prática? Como os saberes são pensados e discutidos? Há articulação de “certos” e “errados” na incubação ou a aceitação da coexistência e convivência (não necessariamente pacífica) de diferentes perspectivas? Acredito que o conhecimento dos sentidos da incubação por diferentes vozes permitirá refletir, para além da experiência de uma única incubadora, sobre as possibilidades de uma incubação que seja mais parecida com uma *ecologia de saberes* do que com uma transferência do saber científico ou organizacional para os empreendimentos sem agregar o que existe de conhecimento preparado e construído no cotidiano.

Essa dissertação buscou responder às perguntas: como se dá a construção da idéia de incubação para essa incubadora? Existiriam diferentes sentidos de incubação circulando nesse cotidiano? Que sentidos são esses e quais são as vozes presentes nessa construção?

O texto está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo introduzirá o leitor nas questões mais amplas da economia solidária e dos seus diferentes sentidos no Brasil, acreditando ser importante identificar também as versões existentes para o cooperativismo, para a autogestão e para a economia solidária. Em seguida, optei por

apresentar um pouco do que circula teoricamente sobre a incubação de empreendimentos solidários neste país e vincula-la a uma breve discussão sobre a desigualdade social e pobreza, questão muito presente no trabalho das incubadoras. No terceiro capítulo apresentarei o aporte teórico da psicologia social no qual me baseio para o desenvolvimento da pesquisa, apresentando mais claramente os caminhos que percorri. Já no quarto capítulo, uma parada para reflexão sobre a diversidade epistemológica e os processos autogestionários na economia solidária. Por fim, apresento algumas conversas que aconteceram e possíveis considerações finais.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

Escolhi uma estrada dentre as muitas possíveis para falar da incubação. A princípio não sabia onde gostaria de chegar e muito menos como fazer. Aos poucos, percebia que a própria pesquisa já estava acontecendo e me mobilizando para uma direção. Que eu não precisaria pensar em ir a um campo de pesquisa, pois eu já estava dentro dele. Resolvi participar de reuniões tanto dentro da incubadora quanto fora, nos seus arredores.

Em meio a minha presença nas reuniões de equipe da incubadora, nas reuniões com os empreendimentos e encontros e fóruns municipais, plenária estadual de economia solidária, já me vi decidindo por um caminho ao invés de outros. Os objetivos, que não estavam claros no início, foram se criando conforme me debruçava sobre o tema e refletia. O método é sempre a decisão por um caminho ou outro. E certamente está embasado em perspectivas e formas de compreender os fenômenos que se quer conhecer.

No Núcleo de Organização e Ação Social da Psicologia Social, na PUC-SP, tomei contato com uma perspectiva que ainda não conhecia e com a qual me identifiquei, especialmente no que diz respeito à discussão epistemológica e metodológica. Há algum tempo, os pesquisadores do núcleo vinham refletindo sobre o pesquisar em psicologia social. Havia um entendimento de que o núcleo não produzia pesquisas da maneira tradicional, com objetivos e métodos bem delimitados desde o início. “Ao contrário, a pesquisa tendia a se dar a partir da identificação de um ponto de partida, a partir do qual: ‘iria se caminhando sem saber direito como e onde’ ” (SPINK, 2003, p. 1). Há apenas um ponto de partida, uma questão, um incômodo que localiza o pesquisador dentro de um tema, e que, ao se posicionar dentro dele, abre espaços para que o caminho, os objetivos, os métodos se mostrem aos poucos.

Essa discussão teve como pontos de partida, cinco grandes eixos, que Peter Spink (2003), coordenador do núcleo, relata num artigo: 1. preocupação com a relação de pesquisa (“pesquisador” e “pesquisado”), que engloba a pesquisa colaborativa, a pesquisa participante, a pesquisa ação e a ética na pesquisa, seja ela qual for; 2. a experiência do núcleo com o uso de múltiplos métodos dentro de uma mesma investigação; 3. aproximação com uma abordagem construcionista dos processos sociais; 4. reconhecimento de que os estudos do núcleo não partiam de um planejamento prévio e sistemático de pesquisa e 5. a importância de refletir sobre o como “contar” essas histórias.

Depois de retomar o conceito de campo de Kurt Lewin, que diz respeito à “totalidade de fatos psicológicos que não são reais em si, mas são reais porque tem efeitos” (p. 2), o núcleo chegou à reflexão construcionista da linguagem e à intersubjetividade, o que ampliou os horizontes e permitiu compreender o campo não como lugar específico, já que o próprio lugar começou a ser visto como produto social. Agora o campo passa a ser o assunto. **Campo, portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento que tem múltiplas faces e materialidades, que acontece em muitos lugares diferentes” (SPINK, 2003, p.6)(grifo meu).**

Para designar essa nova versão de campo de pesquisa, adotou-se o termo **campo-tema**, que diz respeito a tudo que remete ao tema e que muitas vezes é anterior ao próprio local geográfico. A partir daí, a noção de matriz (Hacking, 1999) permite pensar as construções sociais num campo composto por vários aspectos: as materialidades e socialidades. Assim, àquelas coisas que denominamos objetos são também produtos sociais lingüísticos, portanto chamadas de materialidades e às relações sociais, socialidades. De acordo com o autor,

As idéias não existem no vácuo, habitam situações sociais. Vamos chamar isto a matriz dentro da qual uma idéia ou conceito são criados. A matriz dentro da qual a idéia de mulher refugiada é formada é um complexo de instituições, ativistas, artigos de revista, advogados, decisões jurídicas, procedimentos migratórios. Para não falar da infra-estrutura material, barreiras, passaportes, uniformes, balcões de aeroporto, centros de detenção, tribunais e os campos para crianças refugiadas. Você pode querer considerar estes como sociais porque são seus sentidos que são importantes para nós, mas são materiais e sua materialidade faz uma diferença substantiva para as pessoas. Igualmente, as idéias sobre mulheres refugiadas afetam o ambiente material (porque mulheres refugiadas não são violentas e não há necessidade de armas, mas há uma grande necessidade de papel, papel, papel)... (HACKING, 1999, p. 10)

Nesse sentido, ao optar por essa perspectiva, o pesquisador sai do campo da pesquisa tradicional e se orienta em direção de algo distinto, tanto nos seus objetivos, no seu método e na sua maneira de trabalhar com os sentidos que aparecem na pesquisa. É preciso encará-la com outro olhar, senão as conclusões parecerão frágeis e sem validade.

Não há dados, mas há, ao contrário, pedaços e fragmentos de conversas: conversas no presente, conversas no passado; conversas presentes nas materialidades; conversas que já viraram eventos, artefatos e instituições; conversas ainda em formação; e, mais importante ainda, conversas sobre conversas. Não há múltiplas formas de coleta de dados, e sim, múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes (SPINK, 2003, p.61).

De acordo com o autor, o campo-tema “... é um processo contínuo e multi-temático no qual as pessoas e os eventos entram e saem dos lugares, transformando-se em versões e produtos que também são feitos por pessoas e utilizados por pessoas em diálogos que podem ser lentos e distantes, mas mesmo assim acontecem.”(SPINK, 2003, p. 4). Como eventos e produtos, conversas, o pesquisador deve estar atento a aspectos que antes não estaria:

Em qualquer lugar podem aparecer formas de fazer que se conectem, de uma ou outra forma, com o campo-tema: mídia impressa ou áudio-visual, dança, poesia, conversas no cotidiano, documentos de domínio público, debater com as pessoas e fazer junto com elas. Isso porque, tal como dito anteriormente, estamos dentro de redes de poder/dominação/controle e emancipação que se interconectam, redes de materialidades e socialidades cujos pontos se constituem mutuamente sem ter um centro único ou imutável (LÉON-CEDEÑO, 2006, p. 83)

O objetivo que foi aparecendo no processo da pesquisa foi o de **buscar os sentidos circulantes de incubação que vêm sendo negociados cotidianamente, tanto nas práticas discursivas de uma incubadora da cidade de Campinas quanto nos encontros entre incubadora, cooperativas e gestão pública**. Mais especificamente, pretendi:

1. Caracterizar os diferentes sentidos de incubação, apresentando as diferentes vozes presentes na construção cotidiana destes: a fala da equipe da incubadora bem como dos membros dos empreendimentos, e por vezes, da gestão pública.
1. Compreender como se dá o processo de negociação desses sentidos nos espaços de discussão presentes nesse cotidiano.

A composição de um quadro onde diversos fragmentos de conversa formarão um conjunto, conectados ou não, poderá permitir a interação com os dilemas e os pontos fortes da construção da noção do incubar. Este trabalho é uma coletânea de pedaços vindos de lugares e posições diferentes, narrativas que vão se configurar numa espécie de mosaico.

Já que sentidos são empreendimentos coletivos, que se constroem numa matriz, por materialidades e socialidades, fica evidente a impossibilidade de pensar em uma única versão para incubação e tampouco que essa versão é construída unicamente pela incubadora, mas também pelos outros atores da economia solidária. A produção de sentidos implica a existência de outros interlocutores.

Isto significa que, para alcançá-los, precisei ir ao encontro dessa multidão de sentidos e versões presentes no universo da incubação na economia solidária, entendendo a importância de inicialmente **visibilizar** as diferentes versões dadas a uma ação. Dessa forma, evitar-se-á a possibilidade de hegemonia de um discurso que, apesar de estar em pleno amadurecimento, corre o risco de se tornar rígido e cristalizado, incapaz de dialogar com outros canais de compreensão sobre a prática do *incubar*.

A partir disso, tentei responder a essas perguntas: há diferentes sentidos de incubação circulando e produzindo a própria incubação? Se há, quais são os diferentes sentidos de incubação presentes no cotidiano dessa incubadora de empreendimentos populares solidários? Como se dá o processo de construção desses sentidos para que a incubação aconteça?

Pesquisar é conversar: a questão da autoria da dissertação

Toda essa nova forma de pensar a pesquisa implica em encará-la dentro de uma variedade de conversas: pesquisar é mais uma conversa ou mais algumas conversas (SPINK, 1999). A dissertação é um texto que diz alguma coisa, seja importante ou não, mas diz. O pesquisar é recolocado no lugar de comum, deixa de ser algo que centraliza e impõe autoridade aquela fala e passa a ser mais uma voz dizendo algo, dentro de um universo de conversas, de debates, de disputas. Assim, falar em sentidos de incubação e **problematizá-los** dessa maneira, é argumentar, a partir de um lugar e de um tempo, com outras pessoas que também estão falando sobre o assunto, que têm seus pontos de vista sobre incubação.

Olhar para o campo como o argumento dentro do qual se insere uma pesquisa implica estar posicionado e ocupar algum lugar dentro dele, algo que seja maior do que o papel de um observador (e mesmo o pesquisador que opte por observar, estará posicionado também), algo que permita uma participação, uma relação de debate, de conversa. A participação de quem faz a pesquisa, seja como for, também produzirá sentidos. Assim, compreendo o processo de pesquisar como um momento de diálogo com as inúmeras pessoas, materialidades, artefatos que participam contando suas histórias, suas versões, para assim, tentar transformar as práticas (SPINK, 2003).

Portanto, pesquisar não é ser neutro. O relativismo, um dos grandes norteadores desse enfoque, muitas vezes atemoriza algumas pessoas, que argumentam que então

tudo é possível e considerável. No entanto, ainda que o risco de cair nesse absolutismo exista, necessariamente perceberá que a reflexão ética aconteça. O seu lugar nessa discussão aparece quando se olha para os sentidos que estão sendo construídos e se reflete sobre seus efeitos no cotidiano das relações. M. J. Spink resume isso da seguinte maneira:

Não há como negar esses medos. Mas preocupações que suscitem abre mais uma janela para a reflexão ética. Para afirmar que X não precisaria ter existido ou que X poderia ter sido diferente, tenho que me situar no campo da ética. Por isso, para mim, as coisas andam juntas. O relativismo suscita a necessidade de reflexão sobre os efeitos daquilo que a gente produz; suscita, portanto, uma reflexão ética. O mérito de acatar tão abertamente uma postura relativista face aos fatos sócias é que ela abre o debate; força a reflexão sobre os efeitos de nossas práticas em pesquisa. (2004, p.28)

De acordo com Spink (2003, p.55), “investigar é uma forma de relatar o mundo e a pesquisa social é tanto um produto social para relatar quanto um produtor de relatos, uma maneira de contar o mundo.” Todos os saberes são processos sociais construídos coletivamente, inclusive a pesquisa científica. O que, por outro lado, não significa que então tudo é possível e deve acontecer sem ninguém se preocupar. Escrever uma dissertação implica numa responsabilidade de estar produzindo um texto dentro de um espaço social – a universidade – que, por muito tempo e ainda hoje, tem um status e legitimidade diferentes dos outros. O risco de transformar um texto, localizado, em universal, não é pequeno.

Por sua capacidade de produção de sentidos, aquele que a escreve deve estar desde o início, imbuído da responsabilidade pelos efeitos que produzirá. Assumindo sua postura diante do que estudou e apontando dicas sobre o caminho. Ao dizer que fui conversar com muitas pessoas sobre a incubação, não quero aqui dizer que foram todas conversas amigáveis, harmônicas e coloridas. Pelo contrário, me vi, em vários momentos, diante de situações desconfortáveis e delicadas, inclusive com relação ao texto que escrevia, a forma como escrevia, aos meus objetivos iniciais, etc. Entrar no campo de debate sobre a incubação não é entrar tranquilamente, ainda mais quando se entra a partir da universidade, redigindo um texto sobre isso.

A dissertação é um texto que, querendo ou não, é protegido pelo aparato da academia, pelo discurso científico, que, caso seja aprovada, me garantirá alguma legitimidade de falar sobre o assunto. No entanto, há sim múltiplas conversas produzindo os sentidos, e sim, uma delas será o meu texto, o que não significa que essa relação de produção de sentidos sobre o incubar se dá de forma coerente e tranqüila,

mas nas lutas pela hegemonia do discurso. Este texto entra nessa corrente de debates e busca mais do que dar respostas, provocar reflexões, sabendo que corre o risco de ser aceita inadvertidamente sem que as reflexões que propõe sejam feitas.

A pesquisa em Psicologia Social, e por que não em todos os campos da ciência, não tem direito algum de se colocar acima dos outros saberes existentes no mundo, pois não acredita-se na existência de saberes universais. “Se o processo de pesquisa não é um processo de achar o real ou uma investigação para descobrir a verdade, mas, ao contrário, é uma tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes, precisamos também buscar meios e formas de narrar e veicular nossos estudos que incluem e não excluem; que apóiam os debates e não afastam e excluem os debatedores” (SPINK, 1999: 61). A partir daí, reafirmar o compromisso ético com aquele campo-tema e com as pessoas que o constroem cotidianamente, buscando formas de dialogar a partir da pesquisa.

Considerações sobre os sentidos e a linguagem em uso:

O olhar para a produção de sentidos na perspectiva da linguagem em ação, é uma visão compartilhada por diversos autores e está baseada na compreensão da linguagem a partir do giro lingüístico, nos anos 1970 e 1980, em um momento das ciências humanas, sociais e da filosofia, onde a natureza da linguagem foi repensada. Esse movimento transformou a maneira de conceber os fenômenos sociais.

Ibañez (2004) levanta quatro grandes influências deste movimento nessas disciplinas. O primeiro diz respeito à crítica a uma concepção de linguagem representativa e designativa de uma realidade externa. Isso se estendeu às concepções representacionistas do conhecimento e aos critérios de verdade que os acompanhavam, já que a linguagem teria uma forte relação com a produção do conhecimento. Sendo assim, não há um conhecimento que se possa considerar verdadeiro em relação aos demais. A segunda influência do giro lingüístico, segundo o autor, se dá na concepção da linguagem como atividade, ação. A linguagem não representa “a” verdade e “a” realidade, ela é compreendida como produtora de sentidos. É o caráter performativo da mesma, onde se compreende que o “dizer é, também e sempre, fazer” (IBAÑEZ, 2004, p.39). Mais do que descrever as coisas, a linguagem as cria, as constrói, constitui.

O terceiro ponto é que, além de ação no mundo, a linguagem é também ação sobre os demais. Posicionando-nos e re-posicionando-nos nas relações, no diálogo. Isso permitiu demonstrar também os usos retóricos e argumentativos de vários tipos de discurso e seus efeitos de poder ocultos pela estrutura discursiva. Por último, “ocorre que, se a linguagem é constitutiva de realidades e é um instrumento para atuarmos sobre o mundo, inclusive sobre nossos semelhantes, devemos esperar que ela incida também sobre a conformação e o desenvolvimento das relações sociais e das práticas sociais” (2004, p. 41). A linguagem produz sentidos cotidianos, estabelece formas de conceber o mundo, o trabalho, a vida, etc.

Mary Jane Spink adota a noção de *práticas discursivas* para se referir à característica de ação própria da linguagem. A linguagem é prática social. A noção de práticas discursivas tem a ver com os momentos em que se produzem sentidos, ressignificações ou rupturas, com os momentos do uso da linguagem. São as formas como as pessoas produzem sentidos, posicionam-se e são posicionadas nas relações sociais cotidianas.

A linguagem em uso é tomada como prática social e isso implica trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultino de construções históricas) (SPINK, M.J. 2004, p. 39).

A linguagem em uso ou práticas discursivas também necessita ser olhada a partir de sua matriz de construção de sentidos. A autora diz que as práticas discursivas se caracterizam tanto pela sua dinâmica, pelo seu processo, quanto pelo seu conteúdo. Os Repertórios Lingüísticos seriam os conteúdos da produção de sentido e, de acordo com ela, seriam entidades mais fluidas que as Representações Sociais, que são trabalhadas enquanto teorias. A diferença entre essas duas noções também está no fato de que quem trabalha com Representações Sociais atua num nível mais estrutural enquanto que os Repertórios Lingüísticos são mais flexíveis, podendo mudar de acordo com as circunstâncias.

Os repertórios têm uma história de construção, longa. Por isso, a questão do tempo e da história tornam-se importantes para quem opta por essa perspectiva. A produção dos sentidos não se dá num tempo cronológico ou linear. Quando se pensa em produção de sentidos, adota-se a noção de um *passado presentificado*. Para a autora, um esquema fácil de compreender essa idéia é pensar em tempos: tempo longo, tempo

vivido e o tempo curto. O primeiro deles, o tempo longo, é uma tentativa de atentar para a longa história de circulação de sentidos, de repertórios lingüísticos na sociedade. Esses repertórios não desaparecem, mesmo que o tempo em que foram produzidos tenha passado. Estão presentes nas manifestações culturais e muitas vezes são reativados, como acredito ser a noção de incubação. Já o tempo vivido diz respeito ao tempo da socialização, onde aprendemos a usar os repertórios lingüísticos a partir das nossas vivências sociais: família, escola, etc. Acabam tornando-se nossas matrizes de percepção e apreciação e ação no mundo. Por sua vez, o tempo curto refere-se ao tempo das interações no aqui e agora. É onde se produzem os sentidos.

O tempo curto é o tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes ativadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória pessoal do tempo vivido (SPINK, M.J, 2004, p. 48).

As implicações que essa forma de olhar os sentidos e a linguagem têm para a pesquisa sobre a incubação são grandes. Trata-se de olhar para esses sentidos como produtos sociais, coletivos, situados num tempo (ou em tempos) e num espaço. Sentidos que se constroem nas conversas que acontecem no dia-a-dia, nas materialidades e nas socialidades. Conversar produz sentido, saber e conhecimento no cotidiano. Assim, nada é natural, tudo é construído socialmente, e não há justificativa para a hegemonia de um conhecimento sobre o outro, de uma versão sobre a outra. Se tudo se constrói nas relações, há de se explicitar que as relações são datadas e localizadas, são de um lugar.

Posso dizer que conversar com as pessoas tenha sido um método utilizado nesse trabalho, mas conversar não é de forma alguma uma ação extraordinária. Pode ser que a conversa aconteça a duas, três, quatro, vinte ou mais pessoas, pode ser que aconteça com uma só ... ela pode começar e terminar ali, ou pode começar e terminar dias depois. De acordo com Peter Spink, “Quando falamos em negociar falamos em processos que são multidirecionais. Processos que podem ser iniciados em qualquer momento e por qualquer parte, pessoa ou acontecimento”(1999, p. 57).

Ao considerar a pesquisa enquanto um meio de produção de sentidos, a opção por um método qualitativo não é um mero recurso técnico. Nessa perspectiva, tanto os sujeitos quanto os objetos são construções sócio-históricas, datadas e localizadas. A realidade não tem uma independência das pessoas, constituindo-se no modo como é processada pelos atores sociais, na dialogia.

Sendo assim, pesquisar conversas, conversando, não é apenas um método, porque uma vez conversando, dizendo, o pesquisador está já fazendo algo, já está produzindo sentidos na relação. O dizer é fazer também.

Uma reunião leva às outras:

Começo então a participar de reuniões na incubadora e a partir desta, de outras também. A partir porque foi nas reuniões de equipe da incubadora que percebi a importância de ir para as outras reuniões, ver o que circulava sobre a incubação. Na realidade, nunca cheguei a me afastar por muito tempo das reuniões de equipe da incubadora. Mesmo quando, em 2004, optei por sair do trabalho, alguns meses depois voltara a estar com as pessoas nas reuniões, não tão frequentemente como antes. É apenas no segundo semestre de 2005 que volto a freqüentar, quase que semanalmente a reunião de equipe e as outras. Essas reuniões serão melhores descritas no capítulo que apresenta as questões que surgiram.

Para conhecer os sentidos, bastava estar nas reuniões, conversando, pensando, debatendo. Os registros, em geral, foram feitos a partir das minhas anotações das reuniões. Escrevia tanto que, em alguns momentos, fui solicitada para fazer a ata das reuniões da associação. No entanto, algumas reuniões eram tão complexas, do ponto de vista do debate, que não conseguia registrar senão alguns apontamentos que para mim fizeram sentido. Optei por apresentar trechos desses registros ao leitor. Na sua totalidade, são registros da minha impressão na reunião e não falas das pessoas nas reuniões. Em alguns momentos até tento apresentar alguns diálogos, mas, como não estive interessada em retratar realidade nenhuma e sim seus efeitos, a forma como os debates pareciam afetar as pessoas, não me preocupei com essa rigorosidade.

No início, quando me propus a adentrar esse universo da incubação, o incômodo que sentia e que, depois foi se transformando em outros incômodos, tinha muito a ver com a separação entre quem incuba e quem é incubado, ou seja, entre a incubadora e os empreendimentos. Isso se traduzia na dicotomia entre quem tem poder e quem não tem poder, numa oposição que se aproximava muito da idéia de opressores e oprimidos, de Paulo Freire e outros autores. Era como se houvesse um vilão e uma vítima na história do incubar.

A dicotomia entre incubadora e empreendimento estava presente de maneira muito forte em mim (que me baseava muito na experiência negativa de ter sido da incubadora) e dificultou o processo de garimpar os sentidos da incubação. Quando percebi que eles já estavam se mostrando a mim nas reuniões que participava com a presença de vários outros atores encontrei o fio que precisava desenrolar. Um fio emaranhado que compunha uma rede que construía nos seus cotidianos⁴ os sentidos da incubação: cooperativas, associações, prefeitura, incubadoras, grupos de apoio, entre outros.

Aos poucos, quanto mais se participava das reuniões, encontros, conversas, mais se desfazia esse esquema e se construía outro cenário para a pesquisa. Um cenário que se formava pela multiplicidade de vozes construindo a noção de incubar: agora não apenas incubadoras e empreendimentos, mas também gestores públicos, grupos de apoio. E mais: tal cenário, que mais parece um mosaico do que um quadro que se pinta coerentemente, se conformava de forma dinâmica, pelas contradições e pelos acertos das práticas. A despeito do que trazem as teorias sobre incubação (se é possível falar em uma teoria), a vivência da incubação é algo extremamente contraditório, especialmente na relação que se estabelece na ação social da incubadora e tudo que abrange esse universo.

Optei por acompanhar as reuniões mais do que estar presente nas incubações feitas, por dois motivos: já estava presente nessas reuniões como participante autônoma que queria contribuir e fui percebendo a riqueza que a presença das diversas e diferentes vozes reunidas proporcionava. Riqueza, no sentido de trazer à tona as várias construções da idéia do incubar empreendimentos solidários e, junto com isso, os conflitos e as negociações que vão se dando nesse diálogo.

Em segundo lugar porque sentia que a idéia de acompanhar a incubadora no seu cotidiano de incubar, nas visitas às cooperativas, poderia me colocar numa postura de “avaliadora” do momento da incubação, já que, a uma certa altura da pesquisa, eu ainda estava muito centrada naquilo que não gostava da minha experiência como monitora. Fiquei preocupada em acabar adotando uma postura diante da incubação que não gostaria de adotar. E já que nas reuniões eu participava abertamente, como alguém que podia contribuir à minha maneira, e já que os sentidos da incubação estavam sempre

⁴ pois para cada um dos atores que compunham a rede era possível imaginar sentidos diferentes e portanto, cotidianos igualmente diferentes mas que compartilhavam algumas coisas: momentos, expectativas e interesses.

presentes, resolvi ficar ali. Assim, até o fim da pesquisa, até as últimas negociações de como escreveria o texto, das questões éticas, meu interesse foi deixando de ser um “encostar a incubadora contra a parede” para ir se traduzindo numa busca dos diversos sentidos da incubação pelas diversas vozes.

A opção pela noção de campo-tema permitiu ampliar o meu olhar para algo que vai muito além do lugar incubadora enquanto espaço em que os sentidos de incubação circulam. Certamente, ali a produção de sentidos de incubação é constante, mas campo-tema, não diz respeito a um lugar geográfico, mas à situação de um tema, de um assunto. Não se trata mais de ir ao “habitat natural” das pessoas e observar as interações que ali se dão, inclusive com o pesquisador. Trata-se de estar junto com as pessoas conversando sobre o tema investigado e produzindo sentidos dele, possibilitando possíveis contribuições.

1. SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Neste capítulo pretendo trazer as discussões presentes no campo da economia solidária, desde os elementos que possibilitaram que ela ganhasse força no Brasil, passando brevemente por um recorte histórico de suas origens até as **diferentes versões e tensões** presentes em torno das terminologias usadas para se referir a ela. Tudo isso com a intenção de além de localizar o leitor, tornar visível que o campo da economia solidária é heterogêneo de sentidos, assim como a incubação dos seus empreendimentos.

Situando o momento de ressurgimento da economia solidária no Brasil:

A partir de 1980, o mercado de trabalho em diversos lugares do mundo, em um momento ou outro, transformou-se. Por razões diferentes - modelos de política macroeconômica, mudança nas matrizes norteadoras de organização do trabalho, concepções mais globalizadas de produção industrial, crescente sofisticação dos postos de trabalho -, os sinais indicavam o fim de um modelo ortodoxo de pleno emprego de base majoritariamente industrial.

As conseqüências dessas transformações, em termos globais, podem ser vistas nos altos índices de desemprego e no crescimento intenso dos trabalhos informais em diversos países, de acordo com suas especificidades. No Brasil não é diferente (ANTUNES, 1999, 2005; SINGER & SOUZA, 2003, ESTEVES, 2004). De acordo com Esteves (2004), nos anos noventa, o mercado, que até então havia se fortalecido com a organização do vínculo de trabalho assalariado, sofre uma reversão. Com uma abertura comercial mal realizada, esse panorama se modifica e as taxas de desemprego crescem consideravelmente no Brasil. Os vínculos empregatícios, baseados na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), são onerosos para os que contratam e, assim, muitos trabalhadores encontram-se desempregados, ocupados voluntariamente ou trabalhando como autônomos, ou seja, fora desse regime.

Antunes (2005) enumera algumas das mais graves conseqüências que tais mudanças provocaram no mundo do trabalho. São elas: redução do proletariado fabril estável por conta da reestruturação produtiva; flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo (toyotismo); surgimento de uma grande parcela de trabalhadores em atividades precarizadas: tercerizados, subcontratados, part-time etc.; grande exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce e “criminosa” de

crianças no mesmo mercado nos países em desenvolvimento, mas também em países como a Itália; aumento significativo do trabalho feminino, porém com contratos precarizados também, em funções não-intelectuais (destinadas em geral aos homens), com média salarial inferior, condições de trabalho e direitos desiguais também em relação ao que é oferecido aos homens; crescimento do trabalho do “Terceiro Setor”, em função do desemprego estrutural, mas muito baseado no voluntariado – portanto, incapaz de solucionar o problema; expansão do trabalho em domicílio (e em se tratando das mulheres, mescla-se com o trabalho doméstico); e, por fim, a transnacionalização do capital e do sistema produtivo, fazendo com que também o mundo do trabalho se transnacionalize.

Segundo a última pesquisa do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) sobre as taxas de desemprego na cidade de São Paulo (região metropolitana), realizada em julho de 2006, 16,8% da população encontra-se desempregada. A média de tempo despendida para se conseguir um emprego fica em torno de 50 semanas, mais ou menos 1 ano.

Por um lado, devido à dificuldade em delinear políticas econômicas mais apropriadas e, por outro, à própria heterogeneidade do fenômeno, que se enraíza de maneiras diferentes, a questão do emprego e da renda começa a ser colocada na agenda - seja por governos progressistas preocupados com o desenvolvimento político, social e econômico, seja por grupos e movimentos buscando contribuir para a transformação de uma situação cada vez mais difícil. Além do desassalariamento⁵, a crescente flexibilização das relações trabalhistas contribuiu para que, em determinados locais, o trabalho se precarizasse.

Alguns trabalhadores começaram a buscar outras maneiras de dar conta de sua sustentabilidade. Uma das formas encontradas para isso foi a organização coletiva de trabalhadores em cooperativas ou associações de trabalho, serviços ou produção e a recuperação de empresas falidas, todas elas com caráter organizativo autogestionário.

Segundo Leite (2003), apesar das políticas de governo adotadas no país e das formas de inserção da economia brasileira na globalização serem de caráter extremamente excludentes, ainda assim, nem tudo que acontece no país se define por isso. “(...) pelo contrário, reagindo às conseqüências nocivas desse processo, a sociedade vem se movimentando em direção a modos alternativos de produção, criando

⁵ Termo utilizado por Esteves (2004).

novas formas de subsistência, novas institucionalidades e novas formas de governance” (2003, p.19).

Gestões públicas, tanto progressistas quanto conservadoras, começaram a assumir a economia solidária como política de governo e, mesmo que mais raramente, até como política pública. Na mesma linha, muitos setores da sociedade civil e organizações sociais, como grupos de jovens católicos, caritas, movimentos sociais e universidades, optaram e viram na economia solidária a possibilidade tanto de gerar renda quanto de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda que se estejam traçando rumos alternativos, não significa que estão já determinados a se impor futuramente. Para a autora, tudo dependerá da capacidade de tais movimentos e práticas de quebrarem com a hegemonia de um caminho (o sistema capitalista de sociedade), por meio da atuação dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de transformação social, e do debate e difusão de experiências que, de fato, concretizem um modo de viver diferente, mais sustentável social e ambientalmente.

Entre os que têm renda e, principalmente, entre os que não têm, a economia solidária já conquistou muitos adeptos ao longo do tempo. A economia solidária, compreendida num sentido mais amplo como um modo de produção autogestionária e cooperativa, não é recente na nossa história. Enquanto projeto de sociedade, surge no Brasil, no fim do século XIX, durante a vinda de imigrantes para o país que traziam consigo a noção de cooperativismo. Depois de passar por um período de latência e de acúmulo de experiências, novamente, no fim da década de 80, a economia solidária ressurge com novos formatos, redesenhada, despontando esperanças entre os que vivem a crise do emprego. São criadas muitas cooperativas, associações, oscips e constrói-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho. Ganha força, apoio estatal e legitimidade entre os que a praticam.

Resistências às formas de viver no capitalismo também levaram muitos grupos a se organizarem em torno da economia solidária, nesse caso, a partir de um questionamento mais ideológico do sistema, anterior à necessidade de gerar renda. Dessa maneira, economia solidária vai se produzindo de formas heterogêneas, de acordo com especificidades locais e sociais.

Diferentes terminologias para definir diferentes “economias solidárias”?

No debate, circulam diferentes noções e termos que, apesar de aparentemente designarem a mesma idéia, diferenciam posições e marcos conceituais. Para essa “outra economia”, foram dados nomes, no Brasil, na América Latina e na Europa, de “economia solidária”, “economia popular solidária”, “economia social”, entre outros (CATTANI, 2003; QUIJANO, 2005; SINGER, 2001). As diferenças entre os nomes são, muitas vezes, sutis, mas refletem a riqueza das experiências e dos sentidos construídos ao longo do tempo.

Assim como existem diversos sentidos de “cooperativismo” (IDE, 2004), diversos sentidos de “autogestão” (LEÓN - CEDEÑO, 1999), podemos arriscar dizer que existem também diversos sentidos de “economia solidária”, ou melhor, diversas formas de compreendê-la, como sugere pesquisa realizada pela autora no site “Google” (GOOGLE.COM, 2005) da internet, em que aparecem mais de 2.420.000 de páginas sob o nome de “solidarity economy”. Há também inúmeras outras páginas sob o nome de “economia social”, “fairtrade” (comércio justo), “socioeconomia solidária”, “coletivização”, “clubes de troca” etc. Cada palavra desta designa uma prática que caminha por trechos parecidos que, no entanto, se distinguem em termos de propostas, de concepções, etc. A esses, podemos ainda acrescentar: economia alternativa, economia da dívida, economia da simplicidade, economia autogestionária, projetos alternativos comunitários, entre outros (LECHAT, 2004).

Lechat (2004) propõe pensar na economia solidária enquanto um campo em construção e repleto de sentidos. Enfatiza que os fenômenos sociais devem ser encarados a partir de uma visão dialética e processual da história e pensar na economia solidária é pensar em processos demorados, que recobrem fenômenos antigos que são reinterpretados na atualidade. A autora retoma a partir do que denomina “ondas” de economia solidária, algumas experiências e princípios que hoje fazem parte da realidade dos empreendimentos solidários.

É essa autora, juntamente com alguns outros, **que me auxiliará nessa discussão**, a partir de sua tese de doutorado, onde buscou traçar três diferentes trajetórias intelectuais na economia solidária brasileira: a de Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger. A partir das três histórias, destaca três construções da “economia solidária” que mais têm repercussão no Brasil. A autora traça uma arqueologia dos sentidos da economia solidária ao longo dessas três trajetórias intelectuais, que marcadamente contribuíram para que, atualmente, as experiências de produção associada sejam opção (entendendo a

necessidade de gerar renda urgente como algo que poderá levar a essa escolha ou não) para muitos trabalhadores brasileiros. A seguir, justifica a necessidade de buscar os sentidos circulantes no país sobre a economia solidária:

Há realidades e categorias usadas para expressá-las e elas recobrem uma série de noções mais ou menos explícitas, guardando sentidos internos, ‘êmicos’ e plurívocos. Uma mesma categoria pode possuir vários significados, dependendo do lugar ou da época. Certas categorias são neologismos e, com alguma chance, podemos identificar seus inspiradores; algumas, mais antigas, deixaram registros o que facilita para clarear alguns episódios de sua história. Todas elas vêm marcadas pela historicidade e o sentido que lhes é atribuído se modifica com a transformação das análises e das realidades investigadas. Por isso, a reflexão sobre seu uso e sua circulação é importante. Ela esclarece um conjunto de significados latentes, e permite assim a compreensão das suas implicações contemporâneas (p.105).

Da mesma maneira, Tiriba (2001) diz que:

Muitas têm sido as propostas e análises políticas e econômicas sobre os efeitos da pobreza; entretanto, ainda são poucos os estudos sobre a diversidade e complexidade da dinâmica interna dos empreendimentos populares. Os conceitos e denominações utilizadas para fazer referência às experiências de pequena escala têm sido os mais diversos, dependendo das diferentes perspectivas políticas e enfoques teóricos e da diversidade de práticas econômicas populares: além de economia informal, subterrânea, invisível, submergida, surgem novos termos, como economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, socioeconomia solidária e cooperativismo popular (p. 104).

A economia solidária, como contam as autoras acima, é heterogênea, múltipla, conectada a vários enredos diferentes. Aníbal Quijano (2005), ao escrever o capítulo de conclusão do livro organizado por Boaventura de Souza Santos (2005) *“Produzir para viver”*, separa-as em duas correntes, que vão refletir, logicamente, duas posições ou correntes de pensamento distintas. São eles: os que denominam essas experiências de “economia solidária” e os que as denominam de “economia popular”.

Para este, o termo economia solidária é fortemente marcada pela constituição de cooperativas: de trabalho, serviços, consumo, etc. O que a diferencia de uma economia capitalista é a autogestão, um posicionamento político e ideológico, que busca a transformação do sistema em todas as suas dimensões. Tem como um dos principais autores, Paul Singer.

Por outro lado, a noção de economia popular é de origem especificamente latino-americana, tendo seu principal autor na figura de Luis Razeto, pesquisador chileno. O que a diferencia da economia solidária é o fato de tentar dar conta de um universo de atividades econômicas muito heterogêneas, tanto de produção quanto de distribuição e, talvez, o aspecto mais importante seja não ter como pré-requisito que os seus atores se

identifiquem ideológica e politicamente entre si, baseando-se numa visão revolucionária de sociedade. Nessa perspectiva, o que importa é que as relações, em geral, estão organizadas em torno da comunidade dos membros.

Economia popular: diversos sentidos

Tiriba também retoma a mesma discussão, de forma mais aprofundada: do debate da economia formal e informal e as condições de pobreza de uma parte da população, surge a noção de economia popular. Para dar início à sua reflexão, a autora se pergunta,

Hoje, entendendo a pobreza como uma pobreza ativa na qual os sujeitos desenvolvem capacidades, energias e forças reais para satisfazer suas necessidades básicas, é preciso perguntar: frente à crise do emprego, como se organizam os excluídos do mercado formal de trabalho? Como enfrentam seus problemas e necessidades? (2001, p. 98).

A partir daí, entendendo as estratégias de sobrevivência como mais que informais, já que o conceito de informalidade remete a uma falta, apresenta três concepções de economia popular na América Latina. A primeira é a concepção descrita por Nuñez, que baseia-se na experiência da Nicarágua. Adota a perspectiva de uma economia popular associativa e autogestionária, que deve ser concebida dentro de um contexto revolucionário. Segundo a autora, nessa lógica, não é necessário tomar o poder para ter avanços mais significativos, já que encara os empreendimentos populares como parte da tomada de poder político. “Assim, será necessário ‘incubar novas formas de produção; madurar sua superioridade no seio da velha sociedade, até que a tomada do poder político seja um resultado que permita completar sua tarefa’ ”(NUÑES, 1997, p. 50 apud TIRIBA, 2001, p. 111).

Uma outra corrente de pensamento sobre a economia popular é a argentina, proposta por Coraggio. Para este autor, o sistema econômico não se divide apenas em formal e informal, mas em três subsistemas: economia empresarial, economia pública e economia popular. Esta última designa um conjunto de práticas, recursos e relações econômicas composta por organizações econômicas domésticas, feitas por agentes populares. Sua lógica não é a acumulação nem a legitimação do poder, mas a não exploração do trabalho do outro, a não acumulação de riquezas. Seus membros trabalham para realizar suas expectativas de vida, e podem, mesmo assim, fazer parte dos outros subsistemas. Por não considerar essas relações como isoladas do resto do

sistema econômico, sendo a economia popular dependente desta totalidade, não pode considerar um projeto de desenvolvimento totalmente independente, a não ser que as condições do sistema maior sejam modificadas.

Por último, a idéia caracterizada por Luiz Razeto. Para este, a economia popular é heterogênea, composta por cinco tipos de atividades e empreendimentos: soluções assistenciais (mendicância, filantropia), atividades ilegais (pequenos delitos, p. ex.), iniciativas individuais informais (ambulantes, serviços domésticos), microempresas e pequenos negócios de caráter familiar e as organizações econômicas populares (OEPs). As OEPs seriam organizações de pequenos grupos que buscam de forma associativa e solidária, maneiras de resolver seus problemas econômicos, sociais e culturais. Alerta que nem toda economia popular é solidária, pela ausência do “fator C” (cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, etc.).

A autora parece adotar a última perspectiva para falar em economia popular e compreender os processos de educação que se dão.

Economia solidária no Brasil: heterogeneidade

Já o termo economia solidária começou a ser utilizado nos escritos brasileiros em 1996, mas as realidades que vêm nomear são anteriores a ela. A princípio (década de 60), falava-se em economia informal para designar as práticas econômicas coletivas e populares. Entre estes estavam os setores da economia familiar, os micro-empresários, as associações de trabalhadores para a produção e prestação de serviço, etc. Aos poucos, o interesse por essas práticas foi surgindo nas universidades, nos partidos e essas foram sendo retiradas do anonimato.

Esses empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela solidariedade existente entre seus sócios, para com a sociedade e com a natureza a sua volta vão receber novas nomeações; isto não os impede de continuar fazendo parte da economia informal ou da chamada economia popular. (LECHAT, 2004, p. 108).

Nomeadas das mais diferentes maneiras, essas experiências econômicas alternativas remetem a uma dimensão diferente da economia capitalista, como já mencionei anteriormente. Em sua grande maioria, são práticas inspiradas em correntes filosóficas que fizeram parte de momentos da história distintos e que estão em circulação pelo mundo há algum tempo. No Brasil, a expressão economia solidária é

mais genericamente utilizada, no entanto, é forte também as correntes da socioeconomia solidária e da economia popular solidária.

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular (LECHAT, 2002, p. 9).

Diante do que a autora apresenta, parece que a adoção do termo economia solidária se deu mediante uma questão de criar legitimidade, de dar visibilidade a fenômenos heterogêneos mas semelhantes em alguns aspectos de sua organização. Portanto, também utilizarei a terminologia para me referir a esse conjunto de práticas e ações econômicas, sociais e culturais.

A socioeconomia solidária, por sua vez, foi lançada, enquanto designação dessas experiências, Porto Alegre, em 1998, no Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias (LECHAT, 2004). Para estes, a socioeconomia tem uma preocupação maior com os aspectos sociais do que a economia solidária, porém, não chegam a se opor uma à outra. Marcos Arruda, um dos responsáveis pela divulgação do termo no país, reivindica as mesmas origens históricas enunciadas por Singer: “as origens socialistas, marxistas, anarquistas, solidaristas, principalmente francesas e inglesas, acrescentando algumas à lista: Gramsci e contemporâneos como Landauer e Vanek” (LECHAT, 2004, p. 145). Ao que parece, Marcos Arruda esteve na Nicarágua por algum tempo e foi influenciado pela primeira perspectiva exposta acima.

Com relação ao termo “economia popular solidária”, cunhado por Luiz Gaiger em seus escritos e pesquisas que fazia para a Cáritas do RS. Parece ter sido em 1997, no Encontro Estadual de Economia Popular Solidária que o termo é debatido e adotado, indicando “uma vontade de partir da base, da periferia e para dar a esta economia um caráter de classe” (LECHAT, 2004, p. 265). Gaiger baseia-se, por sua vez, nas idéias do chileno Luiz Razeto e inclui em seus escritos questões como a exclusão e o sentido desta na produção dos empreendimentos. Segundo a autora, Gaiger aponta duas origens distintas para a heterogeneidade das experiências em economia solidária: uma economia popular de base doméstica e familiar e uma origem operária, que acredita na socialização dos meios de produção no trabalho e de democratização econômica. Salienta a necessidade de o intelectual ter claro para si a diferença entre o que é um

projeto e o que é a realidade dos empreendimentos, para não reificar o conceito, tornando-o expressão “da” realidade.

No que diz respeito à economia solidária, no seu sentido específico, a trajetória de Singer explica em grande parte sua adoção. No entanto, antes de falar mais do autor, a autora aponta duas possíveis hipóteses para o uso do termo economia solidária no Brasil: no decorrer de sua pesquisa histórica sobre o termo no Brasil, chegou a outros países latino americanos e europeus. Uma das hipóteses é que a categoria “economia solidária” tenha migrado da Europa para América Latina a partir de pesquisadores latinos que foram ou trabalhar ou fazer seus estudos lá. Pode também haver duas correntes teóricas que matizam a economia solidária: a européia e a latino-americana. “O que é certo é que esta categoria foi utilizada em vários países da América Latina como o Chile, a Bolívia, o México, a Colômbia, a Nicarágua e são essas experiências que ficaram conhecidas no Brasil antes das européias.” (2004, p. 28).

O qualitativo “popular” é um dos aspectos que diferencia as propostas de Singer e Gaiger. A idéia da economia solidária foi primeiramente divulgada por Singer e adotado pela CUT, ANTEAG, ADS e incubadoras filiadas a UNITRABALHO. O autor faz uma crítica ao adjetivo popular na economia solidária, perguntando-se quais os critérios que definem esse grupo chamado “popular”. Apresenta experiências de economia solidária que não necessariamente se enquadrariam dentro do critério do “popular”. O aspecto autogestionário é o que define melhor, para ele, o que é a economia solidária. Esse apreço pela autogestão é antigo, já que Singer participou, na segunda metade da década de 40, de um grupo que se reunia em torno do jornal “Vanguarda Socialista”, elaborado e dirigido por membros egressos do trotskismo e do movimento anarquista libertário (LECHAT, 2004, p. 169).

A adoção do termo economia solidária para esta pesquisa tem a ver com o fato de esse remeter ao conjunto geral das experiências existentes, já que a grande maioria delas está ligada, de alguma maneira, à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Não significa, portanto, que desconsidere a existência das diferenças entre os termos e as experiências e as posturas que eles nomeiam. Como mostra Lechat, esse campo é repleto de tensões: “Trata-se de um equilíbrio frágil. A unidade é dada pela oposição a um inimigo comum, o neoliberalismo, pelo compartilhamento de uma esperança: uma outra economia é possível.” (2004, p. 312). Apesar de apresentar as diferentes terminologias e sentidos usados para definir esse conjunto heterogêneo de

experiências, acredito também na importância do uso do termo economia solidária como estratégia política de buscar visibilizar, encontrar espaços políticos para essas experiências diferentes mas que se convergem em muitos pontos. Ao entrar nessa questão, estou querendo apontar para uma reflexão que muitas vezes, não é feita: a de que, como apontam os autores, os fenômenos acontecem de forma heterogênea, sem que haja algo que seja naturalmente encarado como “autêntico”, “verdadeiro”. Assim, tomo por base o que P. Spink diz a esse respeito:

Redes solidárias, autogestão e solidariedade podem formar parte de uma frente libertária de pensamento transformadora, mas podem igualmente formar parte de uma frente liberal de desublimação repressiva e reprodutiva que, ao mesmo tempo em que aparentemente abre, reprime e aliena (2004, p. 66 – redes solidárias).

Para Santos (2002), tanto a economia solidária como outros movimentos sociais contemporâneos são experiências que se caracterizam pela busca de sociabilidades e práticas anticapitalistas, que ao criticarem e buscarem a superação das características desse sistema, “têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda sua reprodução e hegemonia.” (p.29). Nesse sentido, as práticas de associativismo e cooperativismo pela autogestão poderiam ser caracterizadas como contra-hegemônicas, pois vão na corrente contrária do modelo econômico, político, cultural dominante. No mapeamento que vem sendo realizado pela SENAES, constatou-se, até 2005, a existência de 14.954 empreendimentos solidários no país. Desses, são 600 mil trabalhadores envolvidos em associações ou cooperativos autogestionários, mais 100 mil famílias desenvolvendo atividades de crédito solidário, clubes de troca, etc. Espera-se que até o fim do mapeamento, esse número chegue a 20 mil empreendimentos, o que representaria um total de quase 2 milhões de pessoas participantes de alguma maneira da economia solidária no país. (SILVA, 2005, p. 1; MTE/ SENAES, 2006).

De acordo com Singer, o cooperativismo, o movimento que mais influenciou a retomada do conceito de economia solidária pelo autor, tem suas origens no início do séc. XIX, no período da 1ª revolução industrial, na Inglaterra. Ela nasce pouco tempo depois do capitalismo industrial, em reação à pobreza da população, provocada pelo advento das máquinas e fábricas, desempregando muitos trabalhadores. Quando não eram descartados, era necessário submeterem-se às regras impostas pelos patrões.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão

logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (2002, p.24).

Inspirado no socialismo utópico, um movimento que vinha se fortalecendo em diversos lugares da Europa, um industrial inglês chamado Robert Owen, “pregava a formação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas existentes na época, para que os trabalhadores fossem proprietários e gerissem os meios de produção coletivamente.” (SOUZA, 2003, p. 35). Nesse período, como relata Singer (2002), Owen propôs ao governo britânico que as verbas do fundo de sustento para os pobres fossem revertidas para a implantação de Aldeias Cooperativas para essas pessoas. O governo britânico percebeu que, mais que filantropia, Owen buscava o que o autor chama de “uma mudança completa no sistema social e a abolição da empresa lucrativa capitalista”. Seu pedido foi negado, e em 1825, partiu para os EUA, onde fundou algumas dessas aldeias, ainda acreditando que a transformação seria possível. Essas experiências, infelizmente não lograram muito sucesso, nem nos EUA nem na Inglaterra.

Owen retornou à Inglaterra, onde o owenismo já se tornara um grande movimento de massas nos anos 30 daquele século. Seus seguidores punham em prática suas idéias e, não por acaso, surgiram também, no mesmo período, os primeiros sindicatos dos proletários. Com a proximidade de lutas, as cooperativas de trabalhadores começaram a ser grandes armas não para forçar o aumento dos salários, mas para eliminar a condição de assalariamento e substituí-la pela autogestão. Em 1832, Owen criou o Labour Exchange (Bolsa de Trabalho), cujo objetivo era fazer o intercâmbio dos produtos das cooperativas, a preços justos, que eram estipulados conforme as horas de trabalho despendidas em sua produção. Emitia-se uma moeda própria, que valiam horas de trabalho. A experiência foi muito bem sucedida e outras bolsas como essa foram criadas, no mesmo formato, em Birmingham, Liverpool e Glasgow. (SINGER, 2003).

Essa mesma estrutura de cambio é praticada desde 1980 no Canadá – Local Employment and Trade Systems e na Argentina, pelos famosos Clubes de Troca. Além das aldeias e da bolsa, Owen dedicou-se também ao movimento das comunas agrícolas, onde se buscava o princípio da repartição: “a cada um conforme suas necessidades, de cada um conforme suas capacidades”, este era o lema. O patrimônio era coletivo e as decisões, tomadas em assembléia. Além disso, havia um fundo em que os ganhos dos membros eram depositados e retirados conforme as necessidades de cada um. O

igualitarismo era praticado intensamente, diferentemente das outras organizações criadas pelo movimento da economia solidária da época.

No entanto, a experiência que teve maior destaque nesse período e que mais uma vez foi inspirada nas idéias socialistas de Owen foi a cooperativa de consumo “Pioneiros Equitativos de Rochdale”, criada em 1844 por um grupo de operários do setor têxtil. Como naquela época os alimentos que eram comercializados para consumo estavam vindo deteriorados, de baixa qualidade, estes resolveram montar um grande armazém, cujo objetivo era redução de custos dos alimentos e melhoria da qualidade do que consumiam. Naquele tempo, apesar dos inúmeros grupos cooperados existentes, ainda não havia um modelo comum para o funcionamento das mesmas.

Por isso, os pioneiros criaram oito princípios básicos para o funcionamento da cooperativa e estes se espalharam para diversos lugares do mundo. Os princípios são: 1) democracia na sociedade, sendo para cada sócio reservado o direito a um voto nas assembleias gerais; 2) abertura para quem desejar participar da sociedade, desde que integrasse a quota capital mínima igual para todos; 3) qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a quem o investiu nenhum direito adicional; 4) as sobras de dinheiro seriam distribuídas entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5) vendas, apenas a vista; 6) os produtos vendidos seriam puros e de qualidade; 7) a cooperativa deveria promover a educação de seus sócios nos princípios do cooperativismo e 8) a cooperativa seria neutra religiosa e politicamente (SOUZA, 2003, p. 36). Segundo Singer (2003b), alguns desses princípios – talvez os mais importantes – permanecem até hoje como os princípios do cooperativismo, e os outros, com o tempo, foram tornando-se obsoletos e desnecessários, como o pagamento à vista, por exemplo.

Com seu crescimento vultuoso e multiplicação de filiais por diversos países, a Cooperativa de Rochdale cada vez mais necessitava de novos membros para trabalhar e foi aí que se iniciou sua degeneração: desde o início, os dirigentes da cooperativa, eleitos pelos membros, foram profissionalizados e a partir do momento em que se necessitou de um contingente maior de pessoas trabalhando, a direção começou a escolher novos funcionários, sem que essa escolha passasse pelos outros membros, como estava em seus princípios. Além disso, esses funcionários não entravam como sócios da cooperativa e a divisão entre os dirigentes eleitos e empregados foi se aprofundando a tal ponto que se criou uma grande controvérsia entre os sócios. Estes

optaram por abandonar os princípios de repartição dos dividendos e das sobras e também a autogestão. As cooperativas então formadas continuaram funcionando, porém no formato tradicional capitalista, ainda que a propriedade fosse dos sócios dirigentes.

Singer considera a origem da economia solidária um “cooperativismo revolucionário” e diz que o que aconteceu naquele tempo jamais se repetiu na história com aquela dimensão. (2002, p.35). Para ele, esta é a aproximação mais nítida da economia solidária com as lutas da classe trabalhadora. Com o tempo, a situação do trabalhador assalariado começou a mudar, tanto em termos do salário, que aumentava conforme o mercado, quanto pelas conquistas dos direitos dos sindicatos de se organizarem. As primeiras bases do estado de Bem Estar Social, que começavam a ser construídas. Ter um salário era algo desejável por todos e a autogestão foi perdendo sua força. “Reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores em sua grande maioria perderam o entusiasmo e o interesse pela autogestão. O cooperativismo passou a ser avaliado, pelos seus membros, somente pelos serviços que ele lhes pudesse prestar (SINGER, 2003, p. 122)”.

Dos anos que sucederam desde o fracasso dos Pioneiros até o período posterior à segunda guerra mundial, o movimento operário cada vez mais cresceu e conquistou direitos que proporcionaram uma mudança inclusive de padrão de vida de classe média para os trabalhadores. Naquele momento, ao contrário de quando o movimento cooperativista eclodiu, a questão não era mais se o trabalho assalariado “alienava” ou não o trabalhador, mas a necessidade de se buscar continuamente a ampliação dos direitos, mantendo assim o sistema econômico patronal vigente, já que este estava favorecendo os que dele dependiam. O autor defende a tese de que o desinteresse pela economia solidária e pela autogestão aumenta gradativamente devido ao conformismo generalizado da classe operária e à crescente necessidade de se conservar o emprego. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cujo objetivo central era o da preservação desse modo de relação de trabalho. “Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego [que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970] e se acomodou ao assalariamento ” (SINGER, 2002, p.110).

A história do cooperativismo e da economia solidária no Brasil:

Na região sul do país a tradição associativista data do século XIX. Segundo Lechat (2004), ela surgiu da colonização de alemães, austríacos, poloneses, entre outros. Os jesuítas souberam explorar essa tendência para fins católicos, no período de 1870. No entanto, deve-se a um grupo de intelectuais e políticos alemães (os Brummer) que haviam participado em 1845, das revoluções liberais na Europa, o impulso inicial para o associativismo entre os imigrantes. Além disso, também a tradição anarcossindicalista intervinha sobre os operários urbanos, naquele período. Lechat (2004) cita também a importância das práticas de economia popular entre os índios e os caboclos da região. A região sul do país foi uma das primeiras a apresentar experiências em cooperativismo e autogestão, na década de 80, 90, tendo sido referência para outros estados do país durante algum tempo.

Já no século XX, nas décadas de 1940 e 1970, o crescimento e incentivo ao cooperativismo pelo governo brasileiro, que buscava transformar essas cooperativas em propagandistas da “Revolução Verde” (latifúndio), estas começaram a implantar em seu seio o patronato, desvinculado dos princípios iniciais da economia solidária. Em geral, eram cooperativas agrícolas, laticínios ou pecuária, ou seja, de grandes produções. Com a chegada da década de 70, inicia-se uma nova crise do sistema capitalista, marcada principalmente por um grande contingente de trabalhadores desempregados. Por toda a Europa e também pela América Latina, criaram-se cooperativas de trabalhadores buscando uma nova alternativa diante da situação que lhes prejudicava. Seus direitos foram sendo paulatinamente flexibilizados e seus salários reduzidos, e a luta diminuiu, tamanho o medo do desemprego. “Floresceu, então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas” (LECHAT, 2002, p.3). Diferentemente do que havia restado das experiências anteriores – cooperativas funcionando, porém organizadas pela heterogestão, com assalariamento –, esse reviver da economia solidária no Brasil veio carregado de princípios éticos, igualitarismo, democracia e de retomada da autogestão (SINGER, 2002, LECHAT, 2002).

Nas décadas de 80 e 90, depois da ditadura militar no Brasil, palco de repressão e efervescência de movimentos sociais e da esquerda no país, mas também de implantação de políticas econômicas que desfavoreciam o crescimento nacional e a reestruturação produtiva, a crise salarial chegou fortemente e as consequências foram

visíveis: aumento da desigualdade, pobreza e desemprego. A economia solidária apareceu como uma das maneiras para contornar a situação. Assim como no cenário internacional, trouxe consigo, dessa vez, os antigos princípios e a autogestão. Começa-se então, uma multiplicação de cooperativas e associações produtivas, cada vez maiores.

Nas grandes cidades, a pobreza cresce gradativamente e as alternativas para sobreviver diante da crise vão aparecendo em diversos espaços como micro-resistências à estrutura que se impõe. Em alguns casos, a economia solidária se faz presente como possibilidade de sobrevivência de muitos e é fomentada também pela sociedade civil, universidades e grupos religiosos.

No período entre 1981 e 1983, muitas indústrias pedem concordata e entram em processo falimentar, deixando seus funcionários à deriva. Algumas dessas empresas são assumidas por trabalhadores, em forma de cooperativa autogestionária. A legislação do Brasil oferece aos trabalhadores a possibilidade de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos ex-proprietários, preservando seus postos de trabalho. De acordo com Singer,

A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável (2002, p. 87).

As diversas experiências de recuperação das empresas falidas permitiram, ao longo do tempo, que uma metodologia de transferência de empresas capitalistas a seus empregados fosse elaborada. Mas, especialmente a experiência de uma fábrica de sapatos em Franca, a Makerli, permitiu essa reflexão.

Esta entra em crise com a abertura do mercado brasileiro para a importação, desempregando 482 trabalhadores. Em 1991, o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca procurou o DIEESE, que contava com uma equipe experiente em apoiar os trabalhadores acerca da necessidade do trabalho coletivo e participativo (NAKANO, 2000). Os trabalhadores consideraram a proposta viável e compraram dos proprietários da fábrica todo o maquinário. O crédito necessário para a compra da empresa foi conseguido com a ocupação do prédio do Banespa pelos trabalhadores. A Makerli funcionou durante alguns anos com bastante sucesso. Em 1995, o governo federal interveio no banco suspendendo a linha de crédito destinada aos trabalhadores, dando fim a essa experiência (SINGER, 2002).

Em 1994, foi realizado o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, em São Paulo. Nesse momento, optou-se por criar a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, cujo objetivo era auxiliar os trabalhadores na luta pelos postos de trabalho, por meio da recuperação de empresas falidas. A ANTEAG foi se consolidando cada vez mais, com o sucesso das empresas solidárias, sendo atualmente uma das agências que fazem o trabalho de formação de cooperativas, porém não criando novos empreendimentos como as outras, e sim resgatando os que já existem. De acordo com Nakano,

Essa ação pró-ativa de trabalhadores buscando uma saída para o desemprego, é o primeiro elemento explicativo do surgimento da Anteag, uma ação que não deve ser interpretada única e exclusivamente como uma tentativa desesperada de manter os postos de trabalho. Ela precisa e deve ser entendida no âmbito de um determinado setor sindical que buscava, de maneira autônoma, novas formas de agir e enfrentar as questões do mundo do trabalho, ultrapassando os limites da reivindicação por melhores salários e das relações patrão e empregado (2000, p. 67).

Um outro grupo que se destaca como pioneiro da economia solidária no país é o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, por ser, assim como o sindicato dos químicos, bastante propositivo e interventor nas políticas públicas e empresariais, da própria fábrica. Em 1996, o sindicato, no seu 2º Congresso, resolve discutir com seus trabalhadores a possibilidade da formação de cooperativas autogestionárias, tendo em vista o desemprego que se agravava cada vez mais. Com a aceitação dos trabalhadores e com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o cooperativismo, o sindicato fez acordos para troca de informações com as entidades sindicais italianas e com a federação de cooperativas da península, agências com grande acúmulo de conhecimentos em cooperativismo.

Como aconteceu na Anteag, em 1996 o sindicato é convidado a operar na luta pela recuperação de postos de trabalho da maior forja do país, localizada em Diadema – SP, a Conforja. Sequencialmente, o sindicato se engaja em outras ações para a formação de cooperativas em outras empresas falidas. Porém, a cada operação ficava patente a necessidade de formar os novos cooperados em gestão de negócios, já que, mesmo depois de recuperada e formada a cooperativa, havia ainda uma “mentalidade” remanescente da gestão autoritária das fábricas, baseadas na gestão patronal e, com ela, dificuldades em implantar a autogestão junto aos trabalhadores, que desacreditavam desse sistema.

Diante disso, no 3º Congresso dos Metalúrgicos, em 1999, o sindicato resolve constituir uma associação, a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Cooperativas). Assim como a Anteag, a Unisol tem propostas semelhantes de formação dos trabalhadores e congregação das cooperativas do ABC paulista, com pretensões de abranger todo o estado de São Paulo.

A constituição de uma associação de cooperativas, como no caso da Unisol Cooperativas, insere-se num projeto político mais amplo, confirmando a crença deste sindicato na geração de uma economia solidária que cumpra seu papel em termos de democratização da economia e das relações de trabalho e que possibilite dar um novo significado político e econômico ao desenvolvimento do cooperativismo, bem como da própria trajetória do sindicalismo (ODA, 2003, p. 104).

A associação conta com o apoio da incubadora de cooperativas populares de Santo André, ligada a uma universidade local. A idéia é que as cooperativas capacitadas pela incubadora passem a fazer parte da Unisol. Com o tempo, a Unisol cresceu e expandiu seus trabalhos e, atualmente, é um dos grandes grupos que fomentam a economia solidária no país.

A Cáritas Brasileira é uma organização da Igreja Católica e tem por objetivo desenvolver projetos de ação social, desde os anos 70, com apoio de outras Cáritas internacionais. Na década de 80, inaugurou os Projetos de Ação Comunitários, os PACs. O intuito desses projetos era o de apoiar pequenas iniciativas associativas que possibilitassem a transformação da vida das pessoas por meio da solidariedade. “Os PACs tem sua história ligada à busca de alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo.” (BERTUCCI & SILVA, 2003:13). Em cada canto do Brasil, projetos alternativos comunitários foram criados de acordo com as necessidades e demandas locais, sempre tendo em vista a sustentabilidade das comunidades.

O termo alternativo destinado a esses projetos tem a ver com uma concepção de organização libertadora, por estarem buscando o fortalecimento dos setores populares, mudanças sociais, um novo projeto de desenvolvimento para o país e o surgimento de novas relações sociais baseadas na solidariedade. (SINGER, 2002; BERTUCCI & SILVA, 2003).

Ainda na década de 80, logo no início dos projetos, a atuação era mais assistencialista, voltada ao atendimento das necessidades básicas da população. O financiamento desses projetos era feito na forma de fundo perdido, cabendo à comunidade apenas o compromisso de desenvolver o modelo organizativo coletivo e solidário. Não havia uma sistematização de acompanhamento aos grupos. Já na transição para a década seguinte, algumas regionais da Cáritas no país se abriram para reflexões sobre a criação de um fundo de apoio aos PACs. Dessas reflexões, decidiu-se que todo o dinheiro emprestado seria quitado e retornaria ao fundo para que pudesse ser emprestado para um outro projeto, criando-se assim a contínua sustentabilidade dos projetos.

O acompanhamento sistemático dos grupos começou a se tornar necessário e as experiências com os grupos permitem à Cáritas se assumir como capacitadora em planejamento participativo, e aos poucos os projetos foram se fortalecendo. No fim desse período e diante da força que as discussões acerca de alternativas econômicas vinham ganhando, uma aproximação entre a economia solidária e os PACs foi possível. “Do debate resultou uma percepção inicial de que os PACs são parte de algo maior, de um movimento que ocorre no seio da sociedade, de construção de alternativas econômicas solidárias articuladas às concepções sustentáveis de desenvolvimento” (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 91).

Logo, a economia solidária passou a ser uma das linhas de ação da organização para o período de 2000 a 2003, com objetivos de fomentá-la. E assim continua ainda hoje, num âmbito muito maior, uma vez que a demanda dos grupos só aumenta a cada dia.

Numa corrente parecida está a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCFMV), que, em 1994, influenciados por Hebert de Souza, o Betinho, resolveu atuar não mais na mera distribuição de alimentos para pessoas com fome, e sim no estímulo e fomento da geração de trabalho e renda para as mesmas. Passa-se do assistencialismo para uma ação, segundo Singer (2002:119), de “solidariedade libertadora”. Mais conhecida nacionalmente que a Cáritas, principalmente, por ter sido fruto de um grande movimento da sociedade civil da década de 90 e por agregar outros segmentos como a OAB, a CNBB, entre outros, a ACCFMV alcançou resultados com mais facilidade que outros movimentos.

Integrante do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), foi na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mais especificamente na Faculdade Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro – RJ, que as primeiras sementes da campanha começaram a brotar. Localizada próximo à favela da Maré, onde o narcotráfico começava a empregar os jovens desempregados e pobres e onde a luta por pontos de tráfico gerava tiroteios, a universidade acabava sendo atingida por balas perdidas e pela violência da região.

Diante da criminalidade local, que até então vinha sendo tratada de maneira repressora pela polícia, o que impedia a emersão do conflito provocado pela desigualdade, o corpo docente e discente se mobilizou numa tentativa de solucionar o problema, abrindo-se para a comunidade. Como o problema identificado era a falta de emprego, a Universidade de Santa Maria/RS foi convidada pelo Coep a auxiliar no processo de criação de uma cooperativa de trabalho para a região, pois a mesma era a única que possuía, na época, um curso de cooperativismo. Com isso, criou-se a Cooperativa de Trabalho de Manguinhos (Cootram), prestadora dos serviços de jardinagem e limpeza dos prédios da universidade (SINGER, 2002, 2003, BOCAUYUA, 2001, GUIMARÃES, 2003).

Com o funcionamento da cooperativa, a universidade obteve uma redução de até 15% nos gastos com limpeza e jardinagem e, o mais importante, o cooperado passou a receber por seu trabalho o dobro do que recebiam os trabalhadores anteriormente contratados por empresas privadas para a execução do mesmo. Dados de 2003 mostram que Cootram congrega hoje cerca de 1200 famílias na região e seu ramo de atividade é a produção industrial de louças sanitárias. (SINGER, 2002).

Foi a primeira vez que universidades se envolveram num projeto de economia solidária – tanto a Fiocruz quanto a Universidade de Santa Maria. A partir desse momento, outras universidades foram se interessando pelo fomento à economia solidária. Surgiu então, em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), no Rio de Janeiro, na UFRJ. É importante destacar que a primeira incubadora nasce no centro de pós-graduação em engenharia desta universidade, a exemplo da incubadora de empresas já existente lá, porém com ideais políticos diferentes. Seu primeiro trabalho foi auxiliar na criação da Cootram, citada no parágrafo acima. Em 1996, iniciou um projeto na Baixada Fluminense.

Diante do sucesso da mesma, os financiadores do projeto de incubadora – Finep, Banco do Brasil e Coep resolvem investir na criação de outras incubadoras universitárias. Começam a nascer incubadoras desse estilo nas diversas regiões do país. Todas elas são formadas pela incubadora da UFRJ, a pioneira. Com o tempo e o número de incubadoras aumentado, cria-se, em 1999, uma rede nacional das incubadoras universitárias, responsável por congregá-las para a troca de experiências e ajuda mútua (SINGER, 2003; GUIMARÃES, 2003). Segundo dados da Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas, 12 universidades compõem essa rede atualmente.

Alguns dos papéis das incubadoras universitárias são: a prestação de assessoria aos empreendimentos solidários, auxílio na organização de suas atividades produtivas, legalização das cooperativas, pesquisa de mercado e financiadores e divulgação dos princípios do cooperativismo. De acordo com Gonçalo Guimarães, coordenador da incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRJ, o “objetivo dessa iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimentos da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho.” (2003, p.111).

Por outro lado, no campo, a economia solidária vai se construindo juntamente com movimentos sociais os mais diversos. O maior exemplo disso é a luta pela terra no Brasil, impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O movimento, que tem início no fim da década de 70 e início dos anos 80, vai se consolidando na medida em que novas alternativas de produção campesina vão sendo necessárias, tendo em vista o fracasso das experiências iniciais. Segundo a Concrab (apud SINGER, 2002), as reivindicações que deram início ao movimento estavam baseadas na crença de que o problema da falta de terra se resolveria num nível individual. Quando o trabalhador recebesse sua terra, o problema teria se resolvido. Porém a agricultura de subsistência praticada pelas famílias não conseguiu melhorar o padrão de vida das mesmas e muitos desistiram de sua conquista. O camponês estava reproduzindo em seu cotidiano a sociedade patriarcal e a lógica do latifúndio, a que tanto o movimento lutava contra.

Com a realização do I Encontro Nacional dos Assentados, em 1986, percebe-se a necessidade de uma organização mais coletiva da produção e do assentamento. Segundo Singer, apesar da resistência ao modelo cooperativista tradicional (amplamente praticado por grandes agricultores, donos de laticínios, em geral, latifundiários) que

nada tem a ver com uma proposta de transformação social, começa então uma discussão sobre o que hoje chamamos de economia solidária.

Em 1988 é organizado um Manual de Cooperação Agrícola e no ano seguinte, forma criados os *Laboratórios Organizacionais*, uma metodologia de organização autogestionária da produção nos assentamentos desenvolvida por Clodomir de Moraes, baseado na experiência das Ligas Camponesas. A mesma é aplicada e começam a surgir as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) no Rio Grande do Sul. A preocupação do movimento, a essa altura, era com a viabilidade econômica dos pequenos agricultores e não apenas com a ocupação das terras como antes. De nada adiantava conquistar a terra e não ter como torná-la sustentável.

Em 1991/1992, cria-se o Sistema Cooperativista dos Assentados, formado por cooperativas agropecuárias, de comercialização regional, grupos coletivos e associações. No âmbito nacional, estabeleceu-se a Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária). Há a unificação dos lotes e a produção coletiva nas cooperativas agropecuárias. “Passou-se, assim, de um modelo bastante individualista, em que o pequeno agricultor tem toda a autonomia e se expõe a todos os riscos, para um modelo totalmente coletivista, em que cada cooperado participa de um trabalho socializado, de acordo com uma divisão de trabalho previamente planejada.” (SINGER, 2002, p. 104).

O projeto havia sido inspirado no modelo cubano de cooperativismo e neste caso, as cooperativas tinham pouca autonomia perante o Estado. No caso do MST, parece que a mesma lógica não poderia dar certo, pois tais aspirações eram incompatíveis com as aspirações da maioria dos assentados. As CPAs foram sendo cada vez mais abandonadas por seus cooperados. Um outro agravante para o fracasso dessa idéia era a pouca formação técnica e administrativa dos assentados, o que gerou a criação do Curso Técnico em Administração de Cooperativas, em 1993, em um dos assentamentos. Aos poucos, esses que se formavam foram sendo incorporados à administração e o desempenho das cooperativas de produção e comercialização foi melhorando.

Um ponto importante quanto ao fracasso das CPAs e que interessa ao projeto político que se tenta firmar via esse movimento, mas também, como já foi dito, via sindicatos e outros que serão abordados a seguir, tem a ver com a distância entre o que o movimento deseja e o que as pessoas desejam do movimento. Isso se aplica à economia

solidária no geral, mas o MST soube perceber e respeitar os assentados e suas formas de encarar o movimento.

“O fracasso das CPAs foi causado possivelmente porque a maioria dos assentados prefere a pequena produção de mercadorias, mesmo que ela resulte em menor padrão de vida e maior risco, dada a grande oscilação dos preços dos produtos agrícolas” (SINGER, 2002, p. 105). Mais adiante, o autor comenta que, nesse sentido, não deve ser surpresa que a primeira tentativa de se implementar a economia solidária tenha dado errado, uma vez que tal característica da produção agrícola e das concepções acerca do trabalho na terra não tenham sido observadas.

Mesmo diante da dificuldade, o movimento insiste em uma produção alternativa, porém agora sem impor nem priorizá-la. Começa a fomentar outras formas de cooperação entre os assentados, como as compras coletivas de equipamentos etc. Não se distingue mais entre os que são cooperados e os que não são, o que criava um certo constrangimento no assentamento. Aos poucos, por meio de uma participação mais democrática, o movimento conquista mais adeptos do cooperativismo, na medida em que estes vão percebendo que sozinhos correm mais riscos do que juntos. A cooperação é vista como arma para o desenvolvimento da produção mais sustentável para todos, porém se entende que esta só acontecerá se for um desejo daqueles que participam do movimento.

E mais, de acordo com Ferreira,

As cooperativas, associações, grupos coletivos e agrovilas possibilitaram maior convivência social. E maior convivência social implica maior troca de idéias e de informações. A conscientização implica experimentação. A execução de pequenas tarefas, como a organização do local para realização de uma assembléia, já contribui para uma tomada de consciência (2003, p. 90).

Nesse sentido, a economia solidária ou as práticas de economia solidária no MST (já que estes não denominam o que fazem por economia solidária) se diferem um pouco das que acontecem nas cidades, no meio urbano, onde a pressão provocada pelas altas taxas de desemprego e a desigualdade faz do cooperativismo e da economia solidária um projeto de geração de renda a qualquer custo, ficando os ideais distantes do que é vivido pelas pessoas. Para Singer,

O contínuo de solidariedade, construído desta forma, é um modelo que o movimento popular poderá desenvolver nas cidades. Cada modalidade de cooperação combina em graus diferentes autonomia individual com trabalho coletivo e depende tanto da vontade dos membros quanto das características da produção (2002, p.106).

Esses são alguns dos lugares de destaque do fervilhar da economia solidária no Brasil. Seria reduzir a riqueza das experiências acreditarmos que apenas nesses espaços surgem alternativas de economia divergentes do capitalismo. Sabe-se também que hoje outras experiências estão acontecendo e que estas que narro acima, continuam se processando.

Atualmente, outro movimento social do país, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tem o cooperativismo e a autogestão como forma de garantir uma maior renda para si e para sua família. É um dos maiores movimentos sociais brasileiros (assim se auto-denominam) e como o MST, parecem não terem a economia solidária como luta maior, mas como estratégia. Sua luta é por melhores condições e por respeito ao seu trabalho. Nos dizeres do jornal “De catador para catador”:

O catador de materiais recicláveis tem em seu dia-a-dia o desafio de manter seu sustento e de sua família em um ramo de trabalho que a sociedade em geral ainda vê com grande preconceito. Retrato de anos de exclusão social, o catador luta pela sobrevivência e pela valorização da sua categoria. (...) Muitos companheiros catadores ainda enfrentam o drama das ruas e precisam vencer o trabalho individual e buscar força nos grupos. Aqueles que já estão organizados têm na união e na solidariedade de classe seu ponto forte. São aqueles que conciliam a atividade militante com a de um organizador. São esses que compõem o Movimento Nacional dos Catadores, o MNCR (2005, p. 4).

Assim como essas, muitas outras experiências em economia solidária ou cooperativismo foram emergindo nesses anos.

A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Se os termos e as palavras usadas cotidianamente são sentidos construídos socialmente (Spink M.J. e Medrado, B, 2004), a incubação é também uma palavra que pode ser transformada de acordo com os usos que as pessoas fazem dela, dentro da riqueza e diversidade de experiências existentes. Nesse sentido, devem ser consideradas também as diferentes construções ou versões do termo que são historicamente datadas e localizadas. Ao falar sobre a psicologia social, Spink P. diz:

É preciso refletir sobre os textos em que essas práticas vêm sendo escritas, ou seja, onde, como, quando, por quais razões surge a idéia de incubar cooperativas inseridas no projeto da economia solidária e por fim, que sentidos são construídos a partir dos usos. Este capítulo tem por objetivo mapear o que está sendo produzido teoricamente acerca da incubação, focalizando dois aspectos: suas relações com a temática da educação e da pobreza. Para tanto, recorri ao material teórico proveniente, especialmente, das ITCPs, uma vez que são elas que fazem maior uso da noção. Outras agências são apresentadas em menor grau.

Sentidos da incubação de empreendimentos solidários na literatura:

Sendo a educação um processo indispensável à construção da economia solidária, as incubadoras de empreendimentos solidários apresentam-se como novos espaços pedagógicos responsáveis pelo apoio aos empreendimentos solidários. É também resposta a uma demanda prática vivenciada no cotidiano daqueles que optam por esta forma de organização: a dificuldade de promover um empreendimento autogestionário e solidário que seja capaz de gerar renda (GUIMARÃES, 2003, SINGER, 2003).

Ao longo das últimas décadas, “incubar” tornou-se um verbo muito utilizado no espaço de ação da economia solidária. Remete a uma série de processos de apoio a empreendimentos solidários, desenvolvidos em diversos lugares e que, longe de serem homogêneos e padronizados, se diferenciam tanto nos planos ideológicos e políticos quanto tecnicamente. Mesmo diante de processos heterogêneos, a incubação é uma noção que parece unir alguns pontos essenciais. Por mais locais que sejam as produções de cada incubadora, parece haver um consenso mínimo sobre o que significa incubar um empreendimento.

Sabe-se da existência de incubadoras de empresas em universidades e, de acordo com a história de algumas incubadoras de cooperativas, como é o caso da UFRJ e da UNICAMP, é possível concluir que o termo “incubadora” tenha migrado do meio empresarial para a economia solidária. No caso do Rio de Janeiro, já havia na universidade a experiência de uma incubadora de empresas na engenharia que tinha ampla atuação junto às empresas.

De acordo com Oliveira (2006), as primeiras experiências mais parecidas com o que hoje se convencionou chamar de incubadoras de empresas aconteceram há 50 anos, nos Estados Unidos, na região do Vale do Silício. Mas foi nos anos de 1970 que a noção começou a circular nos formatos atuais, ou seja, com a intenção de designar um processo em que se desenvolve o dinamismo econômico e tecnológico nas empresas que começavam a ser formadas. No Brasil, a idéia chegou às universidades em 1980, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Organização dos Estados Americanos. Em 1987 foi criada a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada (ANPROTEC), cujos objetivos eram a constituição de incubadoras e parques tecnológicos no país.

Quando o termo migra para a economia solidária, conserva antigos sentidos e ganha novos, tanto relativos ao seu uso quanto ao seu papel, prático e político: a incubação deixa de se dirigir a empresas capitalistas e passa a atender as necessidades de empresas solidárias. Conseqüentemente a atuação dessa incubadora também se difere, tendo em vista tanto a população que se beneficiará da proposta quanto os conteúdos que serão trabalhados. Diante dos processos que cada vez mais desencadeiam fenômenos como o desemprego e a precarização das condições de trabalho, a idéia da incubadora de cooperativas populares surge, em meados da década de 90, como um instrumento necessário para consolidação da economia solidária, uma vez que, acreditava-se que os trabalhadores desempregados careciam de determinados conhecimentos para saírem das situações de marginalização, através do cooperativismo.

Nas inúmeras experiências já relatadas anteriormente, a idéia da incubação vai se criando e se fortalecendo, conforme a necessidade se impõe a cada organização. No início desse mestrado (2004), ainda havia pouco material para uma revisão da literatura, no entanto, mais recentemente, esse quadro parece ter se modificado. A produção acadêmica em torno do tema da incubação aponta para o fato de que o conceito e as

práticas estão em debate, tanto no interior das incubadoras quanto no campo mais amplo da economia solidária.

Dessa forma, toma-se a iniciativa de tentar formular um conceito a partir de um empreendimento que dispõe de uma equipe técnica para fornecer apoio, durante um determinado período de tempo, visando contribuir para o processo de aprendizagem de pessoas e grupos dispostos a montar e gerir uma cooperativa de forma sustentada, sem relação de dependência. (2006, p. 75).

Apesar da conceituação acima se referir às incubadoras universitárias, é necessário esclarecer que o conceito de incubadora que adotado nesse estudo engloba não apenas estas, mas também outras organizações que se autodenominam assim ou que consideram que desenvolvem um trabalho de incubação. Esse esclarecimento deve-se ao fato de que, em alguns textos referentes às incubadoras universitárias, pode-se ter a impressão de que o processo de incubação é feito exclusivamente por elas. Isso é reforçado constantemente pelos autores da economia solidária, como Singer (2004), no capítulo para o livro ‘Produzir e Viver’, de Boaventura de Souza Santos. Neste artigo o autor separa, em grupos distintos, a atuação de formação da Cáritas, das incubadoras universitárias, do MST etc., dando a entender que o processo de incubação está presente apenas nas incubadoras universitárias, apesar de relatar *experiências de incubação* em todos os outros espaços. Apesar dessas entidades ou movimentos sociais não utilizarem do termo incubação para se referirem a uma ação semelhante não significa que a noção do apoio técnico não faça parte das ações. O autor diz, referindo-se à formação da primeira incubadora universitária do país:

A Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada, iniciada pela Cáritas e expandida pela ACCMV: a de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento, etc. (2004, p. 122).

Termos como “assessoria”, “atuação”, “apoio” também são utilizados para designar os processos de incubação. A diferença pode estar no nome que se dá a essas ações e na forma de fazer, nos conteúdos. Mas a ação é de apoio a pequenos empreendimentos solidários. Um exemplo claro disso foi quando, no Encontro Internacional de Economia Solidária, realizado pelo NESOL (Núcleo de estudos de economia solidária), em julho de 2006, numa mesa formada para debater metodologias de ensino estavam presentes tanto uma incubadora universitária quanto duas ONGs, uma da Argentina e uma do Brasil. Ainda que os dois últimos não tenham referido suas

ações como incubação, compunham a mesa para falar dos processos de apoio aos grupos que acompanham. Um outro motivo para a compreensão da noção incubação não limitada a um espaço universitário é o fato de que, nessa pesquisa, busquei os sentidos da incubação numa instituição que não é universitária e, no entanto, utiliza a palavra incubação para denominar um de seus trabalhos (talvez o maior) junto aos empreendimentos. Ao que tudo indica, a noção de incubação na economia solidária nasceu nas universidades, mas não permaneceu por muito tempo restrita a esse âmbito.

Ainda assim são incubadoras universitárias que dispõem da possibilidade de discussões mais contínuas sobre o trabalho que desenvolvem, em função da existência da Rede de Incubadoras Universitárias e dos encontros anuais realizados pela mesma. A rede foi criada com o objetivo da troca de experiências, do debate, o que não acontece fora do campo universitário, a não ser quando acontecem encontros maiores sobre o assunto, que congregam todas as experiências existentes. Por esse motivo, a maior parte dos textos encontrados na revisão da literatura sobre incubação são produções das incubadoras universitárias.

No que diz respeito a esse grupo, existem vários exemplos daquilo é considerado uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). As incubadoras universitárias têm por característica a integração entre ensino, pesquisa e extensão e dessa forma, a participação de alunos da graduação e da pós-graduação é constante, via iniciação científica, mestrado ou doutorado. Nas publicações oriundas dessa experiência, é comum a explicitação dos objetivos de cada incubadora e do que se considera como importante no processo de formação.

Ao falar sobre a existência da primeira ITCP (ITCP/UFRJ) a ser formada no país, Bocayuva (2001) apresenta alguns motivos para que a educação seja considerada importante ferramenta:

O acesso ao mercado de trabalho exige um instrumento de caráter sociotécnico como a Incubadora, para romper o quadro de fragmentação social e de precarização do mercado de trabalho, com seus correlatos culturais de marginalização e criminalização das populações faveladas. O cooperativismo apresenta-se como o instrumento mais próximo dessa abordagem política, com uma definição precisa do seu sentido e do seu limite como empresa de trabalhadores (p. 239).

As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a situação precária em que muitos desses trabalhadores se encontram faz com que a incubadora tenha como

objetivo a superação dessas condições. Por ser um instrumento “sociotécnico” é capaz de apoiar tanto tecnicamente quanto politicamente, a partir do cooperativismo.

Em geral, diferentemente das incubadoras de empresas, o ‘público-alvo’ dessas incubadoras é a população de baixa renda que tem interesse em desenvolver uma atividade produtiva coletivamente. Isso implica na adoção de parâmetros de desenvolvimento diferentes, adequados às necessidades locais. “As ITCPs necessitam de uma tecnologia adaptada ao tamanho físico e financeiro pequeno; - As ITCPs necessitam de uma tecnologia voltada para o mercado interno de massa;- As ITCPs necessitam de uma tecnologia adaptada ao contexto socioeconômico de seu público-alvo.” (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

A UNITRABALHO é uma organização que foi criada em 1996 e congrega, atualmente, 92 universidades no país, com o objetivo de “contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores” (Rede Unitrabalho, disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/institucional.html>, 2006). A Rede de Incubadoras Universitária é filiada a essa organização. A Rede, por sua vez foi oficializada em 1999, é composta por 17 incubadoras universitárias e tem o intuito de “desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos” (disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>, 2006).

Recentemente foi publicado um artigo em que se apresentou a concepção de incubação sugerida para os trabalhos nas incubadoras. De acordo com Eid (2004), no artigo “Análise sobre os processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária”, a metodologia de incubação necessita compreender *a educação como um processo unitário e interativo (educadores e educandos), que busque a superação da compartimentalização do conhecimento*. A idéia é que se trabalhe a partir do que o autor chama de “transdisciplinariedade” - que ultrapassa a divisão de disciplinas.

De fato, nos artigos publicados por algumas incubadoras universitárias essa concepção está presente de diferentes formas nos objetivos e em algumas atividades. A extensão universitária prioriza que a comunidade tenha acesso ao conhecimento que é produzido dentro da universidade. É uma postura que visa democratizar o conhecimento científico e é o que permite que tais considerações sejam feitas:

A estrutura organizacional da ITCP Unicamp é voltada para a práxis da extensão universitária, isto é, para promover a interação direta entre universidade e comunidade, através da troca de saberes, na medida que sistematiza e (re)elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto popular e concretiza a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados e alunos no trabalho conjunto para a construção das cooperativas (ITCP/UNICAMP, 2003, p. 3).

A incubadora é compreendida enquanto uma ferramenta de “(re) elaboração” dos conhecimentos disponíveis na relação cooperativa/universidade para que, a partir disso, ocorra a troca mútua, em favor da construção do empreendimento.

(...)todo o projeto de incubação visa: (i) acompanhar e assessorar a formação de cooperativas populares autogestionárias e outras iniciativas de economia solidária, disponibilizando aos grupos atendidos o conhecimento técnico e científico produzido pela Unicamp e ajudando na consolidação das iniciativas; (ii) permitir aos professores e estudantes vinculados ao programa um campo permanente de observação e aprendizado em relação à sociedade e suas demandas sociais mais urgentes (2003, p. 3).

Por sua vez, a ANTEAG também desenvolve ações junto aos trabalhadores das fábricas recuperadas e, para isso, estão partindo de uma perspectiva diferente dessas duas acima, já que foi constituída nas experiências de luta nas empresas recuperadas. Também utilizam o termo “incubação” para designar o apoio que oferecem aos trabalhadores. De acordo com a entidade,

Podemos dizer que a base do processo de formação está na adoção de situações e preocupações concretas capazes de dialogar com a realidade do trabalhador, para só então despertar preocupações mais universais e abstratas que se estendam a todos os trabalhadores e, até mesmo à humanidade. Estabelecer essa ponte do concreto ao universal, da situação particular daquele trabalhador e daquela empresa/empreendimento à situação do trabalho e dos trabalhadores em geral, é condição necessária para ajudar cada trabalhador individual a reconhecer-se no coletivo, ampliar o sentido de seu trabalho compreendendo as profundas implicações da escolha de um modelo autogestionário para a sua vida (2005, p. 21).

Por incubação estão compreendendo:

- acompanhamento cotidiano (com visitas regulares ou de acordo com a demanda) de caráter interdisciplinar. Realização de formação permanente a partir da identificação das demandas ou o seu encaminhamento a partir da articulação de parcerias. Desenvolvimento ou articulação de suporte tecnológico. Disponibilização de espaço físico ou de infra-estrutura quando necessário (2005, p. 24).

Por outro lado, no livro “25 anos de Economia Popular Solidária”, elaborado pela Cáritas Brasileira (SÉRIE CARTILHAS, 2006), conta-se a história a partir dos PACs até a adoção da economia solidária como linha de ação da entidade.

A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fortalecimento do crédito ou assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua grande contribuição deve ser formativa dos

sujeitos para uma nova forma de construir relações solidárias. Cabe a Cáritas animar e estimular a prática da solidariedade coerente com uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário (p. 27).

A perspectiva do apoio é outra. Não deixa de lado questões da técnica e dos financiamentos, dando ênfase a uma reflexão sobre as relações sociais na comunidade. Não há essa valorização da transferência de um saber científico, organizacional ou administrativo quanto o que se observa nos textos das ITCPs. A Cáritas, enquanto entidade religiosa, atua a partir de seus princípios valorativos maiores.

A incubação como um processo de educação

A discussão sobre a pedagogia da incubação vem ganhando espaço gradativamente, na medida em que as experiências de economia solidária se consolidam (positiva ou negativamente) e as agências de fomento (incubadoras) se permitem debater sobre o cotidiano desse agir – desde o trabalho desenvolvido até a definição do que é ser um trabalhador de incubadora de cooperativas dentro da economia solidária.

De acordo com Candeias, Lima e Silva (2005), há uma necessidade crescente de reflexão acerca da relação dialética entre o processo de incubação e o incubador. Este último é encarado enquanto um profissional que atua pela construção de relações econômicas mais igualitárias, a partir da economia solidária, e que, para isso, deve dispor de ferramentas para a ação que se propõe: a de junto com o grupo, criar uma nova cultura organizacional, a autogestão. Ressaltam que o processo pedagógico vivido numa incubação é social, uma relação de troca mútua entre o incubador e os incubados:

Parece-nos assim, que esse processo, que se revela como um genuíno processo de educação popular, é também um processo de construção de novas culturas organizacionais baseadas não mais na heterogestão, mas sim na autogestão, demandando novas dinâmicas que para além da importante viabilidade econômica, precisa ser também de viabilidade social e política (2005, p. 1).

Para os autores, a incubação é uma pedagogia social e o incubador, um etnógrafo e um animador sociocultural. Pedagogia social porque é inevitável que essa relação seja de construção coletiva, feita pelos diversos atores envolvidos no empreendimento solidário. Ao mesmo tempo, a atividade do que incuba pressupõe adotar uma postura etnográfica diante da realidade em que se mergulha, lidando com essa realidade não como mero observador, mas como parte do mesmo processo, implicado com aquele universo. Assim, ele é capaz de propor alternativas viáveis localmente. Animador sócio-

cultural no sentido de que se aproxima de um grupo ou comunidade, com o propósito de promover nas pessoas uma atitude de participação ativa diante do seu desenvolvimento social e cultural. (CANDEIAS; LIMA; SILVA, 2005).

Por outro lado, apesar da palavra “incubador” designar uma pessoa específica que relacionar-se-á com o grupo, parece representar mais uma *presença* da participação ativa da incubadora (composta por outras pessoas em debate) na construção de algo diferente naquele lugar. Ao trazer para o artigo essa idéia, os autores esclarecem que a relação que o incubador estabelece com o grupo não é originada apenas nele, mas no coletivo da incubadora – com suas idéias, fundamentações, concepções.

Isso permite pensar num conhecimento que é construído nas reuniões, na prática da incubadora, nos debates, etc. Um corpo de conhecimento que é elaborado no **cotidiano da incubação**, que tenta integrar as diferentes disciplinas para quando, no contato com os grupos, seja aplicável àquela realidade.

A idéia da *presença*, aliada ao fato de que este é um campo profissional interdisciplinar, impactado pela realidade dos grupos, remete a uma dimensão importante do trabalho daquele que incuba: a reflexão sobre a base de conhecimentos, princípios, valores, práticas em que a incubação é feita e no quanto essa base se abre para o reconhecimento de que outros saberes também fazem parte da construção do empreendimento econômico.

Não é raro encontrar profissionais ou estudantes universitários que realmente acreditam que o conhecimento que se produz dentro das universidades vale mais que os outros. Também não é difícil que pessoas pensem que o senso comum é credence, é sem valor, não deve ser considerado. Como a economia solidária percebe esses outros saberes e, como cada incubadora, especificamente, atua a partir disso?

A troca de conhecimentos, a participação, o reconhecimento dos saberes cotidianos fazem parte das discussões na literatura. Parece haver uma necessidade de atuar a partir de processos educacionais que se pautam por modelos diferentes da educação formal: educação popular, pedagogia social, pesquisa participante, pesquisa-ação, etc.

No caso acima, apesar de fazerem apontamentos importantes, os mesmos autores apresentam no texto uma concepção de profissão que parece se contrapor à própria idéia de pedagogia social e coletivização do processo de incubação. Segundo eles, é necessário que o incubador seja visto como um **profissional especialista no incubar**.

Adotam duas conceituações sobre profissão: a primeira se caracteriza por ser um saber sistemático global (profissional), ter poder sobre o cliente (a disposição deste em acatar suas decisões), atitude e serviço ante seus clientes, autonomia ou controle profissional independente, prestígio social e reconhecimento público do seu status e subcultura profissional especial. A segunda definição diz que a constituição de uma profissão se dá por ser uma espécie de trabalho específico e teoricamente fundamentado, que conforma um conhecimento delimitado, complexo e institucionalizado. A conclusão que os autores chegam é de que:

Todas as duas observações acima colocadas lançam para o campo da incubação e em especial na consolidação desse ator social que é o incubador, demandas que estão vinculadas a uma dimensão que poderíamos dizer mais interna, a qual faz referência ao procedimento de concretização e fundamentação de uma metodologia e de uma teoria da incubação; e uma outra demanda de caráter externo, a qual está ligada ao reconhecimento público desse profissional como agente detentor de autoridade nesse campo (2005, p. 6).

A noção de incubadora pressupõe a existência de pessoas que possuem um conhecimento que pode ser destinado ao auxílio de grupos interessados em compor a própria cooperativa ou mais além, a grupos interessados em praticar a economia solidária em empreendimentos ou em comunidades (ainda que as experiências de atuação das incubadoras em comunidades sejam mais raras). Acredita-se na possibilidade de ajuda a partir dos conhecimentos – da universidade, das organizações não governamentais, de profissionais especialistas, seja qual for o tipo de incubadora. A idéia é disponibilizar um saber ou saberes para outros.

No entanto, a contradição que parece existir entre a idéia de uma pedagogia mais participativa dentro dos processos de incubação e a idéia de que há profissionais especializados nesse processo, é a de que numa relação de troca, a delimitação de papéis parece importante, mas as relações que podem se estabelecer a partir dessa delimitação **podem não** condizer com a idéia de educação mais libertária. Reconhecendo-se, como sugerem os autores, que o incubador é um profissional especialista em incubar, caberia perguntar que capacitação é essa e o que envolve essa especialização em incubar? Seria a capacidade de construir coletivamente um corpo de ações, estratégias e conhecimentos? Ou seria a capacidade de, a partir de seu campo profissional, elaborar complexas estratégias, mecanismos e formas organizativas para os cooperados? Por exemplo, a importância da engenharia de produção numa cooperativa de triagem de materiais recicláveis é uma questão interessante. O engenheiro(a) poderá elaborar, ele

próprio, a partir do seu conhecimento sobre processos produtivos, uma forma de trabalhar que considere aspectos que para ele são importantes. Ou ele poderá sentar-se junto com o grupo da cooperativa para investigar os aspectos que têm relevância para aquele processo e, também junto com o grupo, construí-lo. As diferenças nos resultados podem ser grandes. A engenharia é construção de materialidades e socialidades. A partir dos modos escolhidos para a produção, formas de relação se estabelecerão naquele cotidiano.

O fato é que o que delimita a profissão “incubador” é um conhecimento particular, em geral oriundo dos meios acadêmicos a que tiveram acesso essas pessoas. A questão é como tornar esse conhecimento válido, interessante, útil para a cooperativa, no sentido de que, a partir dele, novas materialidades e socialidades possam ser construídas, para que, de fato, essas cooperativas sejam, no mínimo, empreendimentos que permitam que as pessoas saiam de situações precárias de trabalho e vida.

A economia solidária é um campo interdisciplinar, que engloba diversas áreas do conhecimento científico e também diversos saberes. Hoje em dia, a economia solidária no Brasil caracteriza-se por ser uma opção alternativa dentro de um quadro de poucas saídas para o trabalhador. A relação que se estabelece entre aquele que incuba e aquele que é incubado é, fundamentalmente, uma relação de conflito de sentidos, exatamente porque existe uma diferença gritante entre as posições que um profissional de incubadora pode ocupar e os que um trabalhador de cooperativa popular pode ocupar (SATO, 1999). Isso não significa naturalizar o conflito, mas indicar que o processo de incubação é construído a partir de particularidades, de diferenças, que podem, muitas vezes, levar a desigualdades na relação.

Há inevitavelmente, uma série de indagações que circulam nesse campo: sobre as diferentes concepções de cooperativismo, sobre a autogestão e a co-gestão, sobre as diferentes territorialidades da ação urbana e rural, e sobre os horizontes possíveis dessas intervenções. Entretanto há um consenso mínimo sobre as possibilidades de construir relações mais solidárias, de criar emprego e renda a partir de outros princípios e de recuperar o sonho da dignidade e da igualdade. O problema levantado por aquelas indagações, como também pelas muitas experiências em curso que não são necessariamente exitosas, é o ‘como’? (SPINK, A PERDA..., p. 73).

É, em parte, a base orientadora das pessoas que desenvolvem a incubação que dará sustentação ao *como* de cada incubadora. São advogados(a) com as leis do cooperativismo, são economistas com teorias de economia, cientistas sociais, assistentes sociais, psicólogos(a), pedagogos(a), técnicos(a) em contabilidade, administradores,

engenheiros(a), entre outros, todos munidos de um conjunto de conhecimentos, visões de mundo e posicionados em algum lugar no terreno da economia solidária.

Ao mesmo tempo, colocar o incubador como um especialista no incubar remete a uma dimensão muito comentada na literatura sobre a incubação: a formação dos formadores. Sobre o assunto, fala-se em conteúdos da economia solidária, autogestão, e outros temas que serão trabalhados junto aos grupos, como também no papel dos formadores. Vou me deter mais sobre esse segundo aspecto, por considerá-lo interessante ao debate sobre os processos pedagógicos na incubação. A educação popular e a pesquisa-ação aparecem como formas de promover um processo de educação diferenciado, político e construído coletivamente.

Cruz (2004) afirma que um dos desafios das incubadoras universitárias está no seu aspecto pedagógico:

Como capacitar este tipo de trabalhador, que não compartilhou a cultura da educação formal, a criar, gerir e consolidar um negócio, fazendo-o – mais difícil ainda! – de forma coletiva? Como lograr que esses trabalhadores, coletivamente, sejam capazes de acessar e manejar conhecimentos de (a) gestão econômica, de (b) qualidade do produto, de (c) mecanismos de decisão democrática, de (d) permanente busca de tecnologias alternativas, e finalmente, de (e) preservação da saúde e do meio ambiente? (p. 47).

O que permitirá que o trabalhador acesse conhecimentos que são estratégicos para seu cotidiano no seu empreendimento? A incubadora deve refletir sobre as melhores formas de fazer com que esse conhecimento seja apropriado pelas pessoas. Para o autor, a incubação se dá num espaço social e pedagógico onde as diferenças de acesso estão marcadas, entre aquele que possui um conhecimento científico e aquele que possui outros conhecimentos, baseado nas experiências e histórias de vida dos trabalhadores. A articulação entre esses saberes é apontada como um desafio da incubação. O mesmo aspecto também é tratado na incubadora da UFF. Estes dizem que na incubação,

Mais do que prestar assessoria na estruturação do negócio, oferecendo aporte técnico e físico, as incubadoras devem ter como missão a condução de um *processo pedagógico amplo*, mobilizador de um espaço propício ao desenvolvimento da consciência crítica, isto é, um espaço favorável ao resgate do papel social por todos os atores envolvidos. Educadores e educandos estabelecem uma relação horizontal de parceria, de complementaridade e de crescimento mútuo (sem data, p. 4).

A incubação é, portanto, uma prática que político-dialógica, que se faz no exercício do diálogo entre educadores e educandos, de problematização e discussão para que o conhecimento seja construído e novas formas de ação e resolução sejam possíveis.

“Nesse sentido, o papel do incubador, ora visto como impositor de idéias, deve ser o de coordenador de debates, conduzindo à roda elementos que enriqueçam a discussão.”

(VIEIRA, ANDRADE, FIGUEIREDO, DUARTE, p. 4).

Para Kirsch (s/ data), são os agentes (incubadoras, assessores) que constroem o discurso da economia solidária, mas é o cotidiano dos empreendimentos que dá concretude ao projeto. Se o agente é hábil, consegue construir o projeto junto com os trabalhadores, não precisará se esforçar para que estes se apropriem dele, pois o projeto já será propriedade coletiva do grupo. “A opção político-metodológica pela educação popular tenderia à superação desta simulação entre quem é o ator e o agente da economia solidária.” (p. 11). Mesmo diante das demandas emergenciais dos grupos, é possível traçar caminhos mais dialogados.

Para a ANTEAG, a questão da formação dos agentes é importante porque, da mesma forma que exige-se dos grupos um olhar total dos processos, o técnico também necessita ter essa visão do empreendimento. Isso leva a uma postura no grupo que possibilita o diálogo para a construção de soluções. Por isso, os técnicos devem:

(...) questionar em primeiro lugar a visão clássica de que são portadores de um saber e que o processo formativo baseia-se na transmissão desse saber aos trabalhadores que, nesse processo, seriam meros receptores. Devemos considerar que cada empresa é única e que seus trabalhadores conhecem, melhor do que ninguém, a realidade de seu ambiente de trabalho. Por isso, é importante considerar também que todo trabalhador é capaz de contribuir na busca de soluções quando instigados e ajudados a fazê-lo. O saber do técnico/formador/ assessor em diálogo com o trabalhador é o meio mais eficiente para a construção de soluções adequadas. Mesmo porque se esse saber não dialoga com os trabalhadores, dificilmente será incorporado ao dia a dia da empresa (ANTEAG, 2005, p. 151).

Se encarada a partir de uma ótica mais libertária, a incubação deve eliminar a distância entre quem incuba e quem é incubado, ao invés de assegurá-la, fundamentando-se a partir da idéia de profissões, especializações, que só servem para enrijecer as desigualdades existentes. Quando se senta para conversar sobre as possibilidades de ação coletivamente, através da problematização do cotidiano, dos temas e necessidades que preocupam as pessoas, as possibilidades da ação ser bem sucedida parecem ser melhores. Além de estarem considerando a construção de conhecimentos como um processo que não se faz sozinho, mas em relação, fica claro que a importância de construção tem a ver com a propriedade do conhecimento, com o como ele vai ser apropriado pelas pessoas no cotidiano.

Algumas incubadoras apontam a pesquisa-ação como meio de chegar a essa construção. Para a INCOOP/UFSCAR, esta forma de pesquisar está necessariamente

imbricada com o agir. Não há pesquisa sem ação. Para Eid e Gallo (2001), seu valor está em possibilitar aos participantes (pesquisadores e grupos) formas de responder aos problemas cotidianos com maior eficácia, porque está conectada com o lugar. A incubação é um processo de pesquisa-ação que permite o nascimento de empreendimentos a partir das demandas tanto do grupo quanto dos assessores, que trabalham em conjunto. Para Spink (1976), antes de qualquer coisa, “a pesquisa-ação é uma fusão de pesquisa com assessoria” (p.1). Implica numa aproximação aos problemas reais dos grupos e no reconhecimento de sua capacidade de propor soluções. Não é, entretanto, uma tarefa fácil, simples. Demanda que cada opinião seja escutada e debatida. Os múltiplos interesses estão em negociação para a construção de possibilidades.

Enfim, os textos apontam para a importância de tornar a incubação um processo negociado, ainda que necessidades emergenciais se apresentem. Atores - compreendidos como as pessoas dos empreendimentos - e agentes - como as pessoas das incubadoras – estão, na relação propiciada pela incubação, buscando construir um empreendimento solidário. Para isso, é preciso que as distâncias diminuam e que os saberes estejam disponíveis para essa construção.

A incubação e a pobreza

Como já foi dito, a população foco dos trabalhos das incubadoras é de baixa renda, muitas vezes há bastante tempo em situação de desemprego, residindo nas periferias das cidades. O trabalho na “informalidade” é um dos caminhos possíveis para a geração de renda. Coraggio (2000) define a informalidade como o conjunto de atividades econômicas de sujeitos considerados excluídos da sociedade, que se dá na justaposição de alguns critérios (já mencionados na discussão sobre economia solidária no capítulo anterior) e que não obedece a nenhuma lógica específica. É, no entanto, um conjunto de atividades que tem uma importância que é desvalorizada pelos estudos estatísticos, apesar de constituir mais da metade das ocupações e uma parte significativa do produto interno. Aplica-se a trabalhadores independentes ou individuais e a empreendimentos de pequeno porte que participam do mercado. “Esta visão caótica complementa-se com a idéia de que estes agentes atuam nos interstícios, fora da lógica da economia “formal”/ moderna – privada ou pública – e que se expandem ou contraem para compensar o movimento do setor moderno” (CORAGGIO, 2000, p. 182).

Na economia solidária, quando um grupo resolve se organizar de forma autogestionária para produzir algo e a partir dessa produção, gerar uma renda que seja capaz de fornecer uma sustentabilidade para si e para sua família, em geral, se depara com dificuldades de entrar no mercado de maneira mais incisiva e justa (sem ser explorado por “atravessadores”, por exemplo): dificuldades de obter recursos para legalização do empreendimento; muitas vezes necessitam de equipamentos de trabalho, como maquinários; dificuldade de alugar ou comprar um espaço para instalar o prédio onde se trabalhará; dificuldades para conseguir recursos para construir o prédio; entre muitos outros aspectos. A renda é pequena e não supre as necessidades dos membros, o que leva a desistência de muitos.

A incubação aparece como estratégia de apoio a esses pequenos grupos. Um apoio que é técnico, administrativo, financeiro e, muitas vezes, político. A literatura sobre os processos de incubação sempre apontam para esses problemas. A pobreza é um tema que provoca reflexões sobre como agir. As discussões sobre a economia solidária, autogestão e posicionamentos mais políticos mesclam-se as circunstâncias de uma realidade de poucos acessos e muitos problemas. Assim, a necessidade de trabalhar com esses aspectos da realidade dos grupos também acabam fazendo parte dos objetivos da incubação.

Num texto escrito para um dos encontros da ANPROTEC sobre políticas públicas de crédito, Gonçalo Guimarães (1999) apresenta a ITCP/UFRJ como um elemento importante de apoio às pessoas socialmente marginalizadas, no sentido de proporcionar uma maior participação no mercado, tendo em vista os obstáculos existentes para que essa inserção ocorra por si só. Diz que, quando o projeto se iniciou as incubadoras tinham a função de atuar junto aos trabalhadores oprimidos que se encontravam na condição de *não - cidadãos* por estarem sem trabalho, vivendo precariamente. Em um outro momento, 2002, sobre o público-alvo das incubadoras, Gonçalo Guimarães diz:

Então, o que seria excluir? Qual seria o nosso papel? Mudar a renda? Se a gente mudar a renda estará realmente mudando a exclusão? Será que pelo fato de termos conseguido que o patamar de renda subisse de 1 para 2 salários mínimos podemos chegar à conclusão que nós conseguimos inserir aquele grupo? Temos que discutir o que é inserção e o que é exclusão. O que diferenciaria um favelado com renda familiar de 10 salários mínimos de uma família de classe média com renda de 10 salários mínimos? Não é a renda. É o meio ambiente. Eu diria então que a exclusão não se dá pela renda e pelo poder de consumo, mas ela se dá, prioritariamente, pelos direitos. O que diferencia a classe média da classe popular, ao meu ver, está muito mais

centrado na exclusão aos direitos: educação, saúde, saneamento, transporte, meio ambiente e riqueza produzida no país. Então, na realidade, o que está diferenciando os cidadãos do mesmo território e do mesmo país é o direito de cidadão, extremamente diferenciado (Gonçalo Guimarães, ITCP/UFRJ, exposição em reuniões regionais, apud KRUPPA e SANCHEZ, 2002, p. 9).

Os processos de exclusão e inclusão são trazidos para o debate da incubação, em contraste com a necessidade econômica. Ainda, o que parece estar presente na primeira fala, em 1999, é uma noção de cidadania baseada na luta por direitos sociais negados às pessoas de baixa renda. Guimarães traz essa discussão: estamos falando em cidadania a partir da renda ou a partir dos direitos sociais? E assim, como qual seria o papel da incubadora? Trata-se apenas de ajudar o empreendimento a gerar a própria renda?

Já em 2001, um outro texto dessa mesma incubadora reflete a posição em relação ao trabalho desenvolvido:

Essa abrangência e vocação para um trabalho integrado permanente faz da incubadora um meio sociotécnico de novo tipo. O transplante de linguagem, do terreno acadêmico e da tecnologia de ponta para o terreno do setor popular da economia exige a construção de novas estratégias de formação e capacitação dos incubados, de metodologias de educação e de aprendizagem, de elementos de cidadania, e de aspectos culturais e antropológicos presentes nesse novo público com o qual a universidade não está acostumada a trabalhar. (BOCAYUVA, 2001, p. 245).

O trabalho desenvolvido pelas incubadoras está implicado com uma série de noções que necessitam de discussão. A relação da pobreza com a incubação é uma delas. Este debate pode ser feito de diversas maneiras, cada uma delas com conseqüências para a ação. Um dos critérios da UNITRABALHO para definição da demanda das incubadoras universitárias é que os grupos sejam compostos por “pessoas pobres, desempregados (as) a vários meses, trabalho precário, intermitente, itinerante e com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e quando evidencia potencial para o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, na perspectiva da autogestão;” (EID, 2004, p. 4). Pensar programas que visem reduzir ou amenizar algumas dessas condições é uma tarefa delicada, uma vez que significa entrar num campo de sentidos muito polêmico, que envolve concepções diversas acerca do popular, do humano, do social, etc. A incubação, ao que parece, está inevitavelmente diante dessas questões, portanto, problematizar essas noções parece importante.

De acordo com Gaiger (2005), as condições para o surgimento da economia solidária são múltiplas e se interconectam, sendo difícil defini-la apenas a partir de um

aspecto. Para este, a diversidade com que esse conjunto de atividades econômicas se expressa é muito grande, tanto na busca de soluções para os problemas enfrentados quanto nos sentidos que são produzidos por seus atores. De acordo com uma pesquisa realizada por sua equipe em diversas regiões do país, foram elencadas algumas considerações sobre a emergência dos empreendimentos solidários. São elas, resumidamente:

a) A economia solidária se dá pela presença histórica de setores populares com *experiência* em práticas associativas, comunitárias, relacionadas tanto a um tempo passado quanto a uma vivência atual de mobilizações e lutas por ações coletivas;

b) pela existência de organizações populares genuínas presentes nas ações diretas como também nos sistemas de representação coletiva dos segmentos da economia solidária. Segundo o autor, a importância deste item está no fato de que, por serem organizações da “base”, permanecem ligadas aos interesses dos grupos que representam, assim como devido à facilidade das mesmas em se conectar com agentes externos. Conseguem transitar por diversos espaços;

c) A possibilidade das práticas econômicas associativas serem compatíveis com a economia popular dos trabalhadores. A economia solidária se aproxima da economia popular informal, já praticada por algumas pessoas anteriormente. A economia solidária se adequa às necessidades individuais, familiares ou coletivas. Não consegue substituir a economia popular que já existe, mas é capaz de potencializar as práticas inscritas nas experiências cotidianas desses grupos.

d) É, em parte, resultado da presença de *mediadores do processo de construção do empreendimento* com papel de fomentar, a partir da demanda dos trabalhadores, as alternativas econômicas e sociais, permitindo que essas experiências transitem de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de emancipação social e econômica. Segundo o autor, essa presença “(...) implica uma ruptura progressiva com a condição subalterna, ao lado da remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de subsistência e da lógica econômica de reprodução simples” (GAIGER, 2005, p.376). A pesquisa demonstra que o desafio é justamente esse: *não acabar tutelando a experiência que se pretende impulsionar*. Se a intenção é romper com uma condição subalterna, pode-se cair no mito de que há algumas pessoas preparadas para provocar isso nas outras.

e) É efeito concreto da redução de empregos formais, ou melhor, o desemprego. Segundo ele, apesar deste ser o argumento explicativo do surgimento da economia solidária, não pode explicar tudo sozinho. Ele de fato tem um papel relevante, mas não determinante, caso contrário, haveria muito mais iniciativas do que as que de fato existem.

f) A formação de um cenário político e ideológico favorável ao reconhecimento dessas experiências e de suas demandas, passando a penetrar tanto movimentos sociais quanto os poderes públicos.

Segundo o autor, nenhuma dessas condições, por si só, é capaz de fazer emergir um empreendimento econômico solidário, apenas a interconexão destas. A economia solidária é um processo heterogêneo que se faz, se conforma e se refaz em rede. As forças de cada condição se impõem diferentemente. Nada há de trivial nesse processo que é lento e complexo. A partir disso, Gaiger afirma que:

Tais experiências, imersas em histórias individuais e coletivas, não obedecem a leis de geração espontânea, não germinam artificialmente e apenas em casos especiais podem ter o seu nascimento abreviado. A formação de sujeitos populares ativos e organizados – misto de necessidades e de vontades – conhece poucos atalhos e muitos desvios (2005, p.378).

Nesse sentido, a economia solidária se constitui num movimento de ir e vir, sem uma ordem cronológica que evolui de um estado para o outro, em rede e permeada pelas diversas condições sociais, políticas e culturais, por saberes e em conhecimentos, por intervenções que potencializam e em informações. As ações dentro desse campo parecem se dar na justaposição dos atores e das contribuições que são possíveis, no encontro dos saberes e dos conhecimentos. Ação remete-nos a um contínuo, ao tempo e aos diferentes sentidos produzidos cotidianamente pelas pessoas. De acordo com Spink (1999), nós estamos dentro de um fluxo contínuo de eventos e também produzimos sentidos em uma intervenção.

A incubação de empreendimentos solidários, como uma intervenção que se constrói no seio da economia solidária, precisa ser refletida a partir desse sistema que a constrói, que a localiza e a situa. De que modelo pedagógico se parte e como a incubadora se posiciona na relação com os empreendimentos? Enquanto agência de fomento intervém no empreendimento. O empreendimento, por sua vez, não depende apenas da intervenção da incubadora para existir, mas dessas outras forças, mencionadas acima, e também necessita de alguma forma, de conhecimentos e estratégias que os viabilize.

Como articular essas duas faces da moeda? Como ser útil sem atrapalhar? (SPINK, 1999). Útil, não no sentido do utilitarismo, mas no sentido de ser uma atuação coerente com a demanda e capaz de gerar transformações significativas no local.

Atuar na pobreza é ter que lidar com uma realidade que se impõe e que, muitas vezes, não oferece nem respostas, nem soluções. As pessoas que compõem uma incubadora, em geral (com possíveis exceções), não vivem em situação de pobreza como acontece com quem está nos empreendimentos populares. Ainda assim, pode-se argüir que a incubadora participa do movimento tanto quanto os empreendimentos, que são atores sociais que também fazem a economia solidária se consolidar. Mas, a integração na rede não significa que os lugares ocupados sejam iguais. Ao contrário, as diferenças existem e podem ou não levar a processos desiguais. É um encontro (ou não) entre diferentes, em que se confronta e esbarra nas desigualdades e nas igualdades existentes. O simples fato de alguns terem acesso a universidade e outros não, já demonstra parte da complexidade da relação de incubação. Há outros vieses que apontam para o mesmo caminho. A valorização do conhecimento científico, por ser socialmente legítimo e aceito, em relação a outros conhecimentos, já em si, um motivo para a reflexão sobre as posições ocupadas pelos técnicos, monitores, agentes da incubação na economia solidária.

Sen (2000), diz que há duas formas de abordar a problemática da pobreza: a pobreza como privação de renda e a pobreza como privação de capacidades. Pobreza de renda seria usar o critério da renda para definir quem é pobre e quem não é. Para o autor, tal perspectiva fundamenta-se numa ótica instrumental. Com renda, a pessoa consegue sair da pobreza. A afirmativa é inadequada, uma vez que a abordagem baseada na renda ignora aspectos que são, também, indicativos de uma situação de pobreza. Sen compreende “capacidades” de uma pessoa como sendo as “combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela” (p. 95). Nesse sentido, a capacidade é uma espécie de liberdade para realizar as mais diversas escolhas, alternativas de funcionamento, ou como o próprio autor indica, “estilos de vida diversos” (p. 95). Ser pobre é estar privado da capacidade de fazer essas combinações de acordo com o que se considera mais importante. Defende que uma renda inadequada é sim uma condição para a pobreza, mas não é a maior. Existiriam outras influências que levariam a isso, e isso varia de uma família ou comunidade para outra. Para ele, questões como idade da pessoa, papel sexual e social, localização, condições

epidemiológicas podem afetar tanto quanto a baixa renda. Em geral, pode haver acomplamento de desvantagens entre a renda e o uso que se pode fazer dela, ou seja, um idoso poderia receber a mesma quantidade de renda que outra pessoa não idosa e ainda assim, gastaria mais com remédios, aparelhos, etc.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins (2000, p. 112)

O que não significa abrir mão das estratégias de geração de renda, uma vez que ainda é através da renda que se garantem os mínimos de sobrevivência. A proposta é ampliar o debate sobre a pobreza para os acessos, as formas de alcançar e utilizar os recursos que existem. A incubadora enfrenta o problema dos acessos cotidianamente, quando, por exemplo, se depara com situações em que um membro da cooperativa precisa urgentemente de um médico e ao chegar em um posto de saúde, entra numa lista de espera enorme, que não permite que seu problema seja resolvido a tempo. As preocupações com moradia, saúde, educação, trabalho digno fazem parte desse cotidiano do incubar, ainda que teoricamente, incubar designe apenas apoio técnico. Para P. Spink,

Apesar da aparente amplitude da conceituação da pobreza enquanto exclusão e desigualdade social, muitas vezes assimiladas pelas ausências – de dinheiro, educação, saúde, alimentação, integração, liberdade, dignidade – ela contempla realidades extremamente diversas, às vezes mensuráveis, às vezes, não. Desta maneira, a noção de pobreza está diretamente ligada à questão fundamental da cidadania, da democratização da sociedade, da construção de laços sociais e da falta de proteção aos direitos individuais e coletivos (SPINK, 199 ..., p. 37).

Não se trata de vitimizar as pessoas, mas apontar para as dificuldades presentes quando estas buscam acessar seus direitos sociais. Friedman (1992) discute sobre a inclusão social dessa população e um dos aspectos que considera importante é a questão do acesso **a conhecimentos, habilidades e a informações relevantes, claras, honestas e de confiança sobre métodos, práticas e oportunidades**. Nesse sentido, a idéia da incubadora torna-se importante pela possibilidade de potencializar os meios de acesso a recursos disponíveis na sociedade, para que o empreendimento se viabilize social, política e economicamente. Um de seus papéis é levar e trazer informações, pesquisar meios de se fazer algo de maneira a se ajustar às demandas dos empreendimentos. É, nesse sentido, um veículo de informações, estratégias e oportunidades.

Alinsky (1965) aborda a pobreza a partir da perspectiva do poder. Segundo o autor, é comum que estratégias de combate à pobreza tornem-se oportunidades políticas para muitos governos. Em algumas situações, pode haver a manipulação das comunidades e o enfraquecimento das organizações comunitárias independentes, através do consenso, usado para abafar os conflitos nas relações em que se definem as prioridades dos programas.

Pobreza significa não apenas falta de dinheiro, mas falta de poder. Um negro economicamente estável em Mississippi é pobre. Quando se vive em uma sociedade onde pobreza e poder impedem de usufruir de igualdade de proteção, igualdade de justiça nos tribunais e igualdade participativa na vida econômica e social da sociedade, você é pobre. O sentido do dinheiro está no que se pode comprar, e em como pode ser usado. Então, um programa de combate à pobreza precisa reconhecer que precisa fazer algo não só sobre a pobreza econômica, mas sobre a pobreza política (1965, p. 6).

O terreno da pobreza é heterogêneo, cheio de portas que se abrem e se fecham a todo o momento. Trabalhar dentro dela exige atuar numa via de mão dupla, tripla e assim sucessivamente. A pobreza não é algo de um lugar, individual e de responsabilidade de algumas pessoas. Ela é produto de um social que se pauta pela desigualdade em quase, para não dizer, em todo o tempo.

Trabalhar com pobreza, especialmente dentro da ótica da desigualdade e da exclusão social requer a capacidade de ler e agir em eventos-no-mundo produzidos por cadeias diferentes de ação. Cadeias onde os porteiros podem às vezes compreender, às vezes ser explicitamente hostis e frequentemente estarão reproduzindo, sem perceber, elementos da dinâmica complexa que produz a discriminação e a marginalização no cotidiano.” (SPINK, 1999, p. .

A pobreza só começa a ter visibilidade no Brasil quando a esquerda se propõe a pensar sobre ela. No entanto, a desigualdade econômica é legado de nossa longa história de colonização. Obviamente que não se trata de dizer que a renda não é um fator importante. É importante, mas não resolve o problema da pobreza. A situação é complexa demais para se acreditar que gerando renda se gera igualdade social, bem estar, qualidade de vida. A renda é um indicador dessa desigualdade, como são também as desigualdades de gênero, raciais e de conhecimento.

Segundo Camarotti e P. Spink, a necessidade atual é pensar a pobreza numa ótica mais interativa, onde são considerados não apenas as “capacidades e os recursos individuais ou sociais, ou as estratégias de estímulo ao desenvolvimento econômico socialmente sustentável, mas também a provisão e o acesso aos serviços e bens necessários para uma vida mais digna, menos desigual e com o exercício pleno da cidadania” (2000, p. 1). Ainda de acordo com os autores, pensar em estratégias para a

redução da pobreza significa pensar em como **coletivizar os processos decisórios** e de fato realizar uma gestão mais democrática das prioridades e ações públicas. É abordar a condição da pobreza a partir dos poderes e das “capacidades”, no sentido proposto por Sen (2000). A decisão sobre os programas de redução da pobreza e o que priorizar como ação não é algo que se faz num gabinete da prefeitura, com técnicos refletindo sobre o assunto. Assim como, na incubadora, a reflexão sobre esses processos deve ser feita na negociação do que os diferentes atores entendem serem as prioridades de ação.

Diversas ações sociais que são desenvolvidas atualmente têm como metas, como problemas, como objetivos, como desafios, a pobreza, ou melhor, sua redução ou erradicação. A partir dos sentidos de pobreza de cada um desses projetos, constroem-se formas de atuação correlatas.

“Pobreza é uma característica da sociedade como um todo, produto de suas políticas e ações; não é algo que pode ser individualizado no ‘pobre’ visto como fraco, culpado ou incompetente”(SPINK, 35, HETEROGENEIDADE). Culpabilizar um indivíduo ou um grupo por sua situação é uma forma de reproduzir a desigualdade. Não significa que as incubadoras façam isso, apenas que a possibilidade de cair no limbo da culpabilização do outro existe.

Muitos projetos sociais atuam a partir da idéia de que, pelo fato de as pessoas serem pobres, necessitam de educação, qualificação e organização. Para Spink (2003), essa é uma maneira de lidar com a pobreza que se baseia na crença de que há uma incapacidade ou inabilidade do *popular* para a organização coletiva. Isso leva a uma outra crença: a da existência de indivíduos pré-sociais, que em determinado momento resolvem participar da sociedade, mas não sabem como. Não se considera que pessoas nascem em comunidades e vivem dessa forma, e que é lá, nessa convivência que a organização acontece. “Portanto, qualquer explicação de comunidade que tente mostrá-la como o produto do acordo de indivíduos pré-sociais será incoerente, porque a tais pessoas acabará por faltar a capacidade para deliberar, refletir, escolher” (SPINK, 2003a, p.13).

Por outro lado, recolocar a questão da pobreza nas dificuldades de acesso a recursos, bens, informações, etc., significa perceber a complexidade que a ação da incubadora exige no cotidiano do empreendimento. Não se trata de considerar a falta de organização, a falta de capacidade de gestão, mas a dificuldade tornar o

empreendimento viável. As razões para “incubar” e a forma de fazer isso se modificam. Os fracassos não estão ligados às pessoas, mas a uma totalidade maior.

Etimologia da palavra incubar: sentidos no tempo longo

Para finalizar, pretendo voltar aos sentidos da palavra *incubar*. Nenhum termo nasce no vazio. São nomes que são dados para aquilo que as pessoas fazem no seu dia a dia. Esse dia a dia dos empreendimentos, ao longo da história que se conta, não é repleto de certezas sobre as melhores formas de se fazer a autogestão. As diversas maneiras de ser incubadora na literatura sobre o tema demonstram que esse é um dos grandes desafios do movimento. Entre os autores, não há quem discorde da relevância do processo de formação no cooperativismo, porém há quem aponte que este ainda é um caminho a ser construído ou até mesmo que questione o caminho construído até agora.

A noção do *incubar* não está apenas conectada com a economia solidária, mas também com outras esferas de produção de sentido da sociedade. Na etimologia da palavra “incubação” pode-se encontrar sentidos muito próximos da maneira como compreendemos o termo/ação hoje. Uma breve consulta realizada em dois dicionários etimológicos da língua portuguesa permitiu a reflexão sobre a possibilidade das palavras perpetuarem seus sentidos ao longo dos tempos. Por exemplo, de acordo com o Dicionário Nova Fronteira da Língua Portuguesa, em 1844, *incubar* dizia respeito a chocar (ovos), predispor, premeditar, projetar. No latim, *incubāre* quer dizer estar deitado em, atirar-se sobre, chocar, guardar com cuidado. Em outro dicionário do mesmo gênero, uma outra informação sobre *incubar*: estar deitado num templo sobre a pele das vítimas a espera dos sonhos divinos para obter uma interpretação deles ou para curar uma doença; e mais: chocar qualquer coisa, vigiá-la ciosamente, estar deitado sobre, isto é, não largar a presa, permanecer, habitar um lugar, ser contíguo a (CUNHA, 1986; MACHADO, 1977).

Liga-se a uma noção de cuidado, de espera porque dali há de nascer algo, ou há de acontecer algo. Aguardar a aparição de algo, como o ovo que se choca, como o sonho divino que curará ou iluminará alguém com a interpretação. Esse é outro aspecto do termo: alguém guarda, cuida ou deita sobre *algo*, o que pressupõe que esse algo precisa sofrer essa ação. É bem próximo do que hoje se chama de incubadora.

No decorrer do tempo, o sentido se amplia e alcança outros universos de ação, como está demonstrado no dicionário de língua portuguesa contemporânea (CASTELEIRO, 2001): *incubação* – ação de chocar ovos, desenvolvimento do embrião no ovo choco; média de espaço de tempo entre a introdução de um agente patológico no organismo e a manifestação sintomática dos seus efeitos; processo que permite assegurar a manutenção das funções vitais de um recém-nascido numa temperatura semelhante a do organismo materno; ação de preparar, desenvolver ou formar sem que haja uma manifestação concreta.

A noção se mistura os conceitos mais científicos da biologia e da medicina, como o vírus que fica incubado no organismo ou como o embrião que precisa ser chocado para se desenvolver, assim como os bebês prematuros que, quando nascem, necessitam de um lugar mais aconchegante e saudável, pois não conseguem se manter vivos sozinhos ainda. Ao mesmo tempo, a última definição nos remete, talvez, à prática da incubadora enquanto uma agência de formação mesmo, como são as incubadoras de empresas, por exemplo. Preparar para a ação que ocorrerá, ou seja, um lugar onde se forma, informa, desenvolve algo, no caso dessas, tecnologias de ponta vindas da universidade e que serão vendidas para empresas.

É interessante notar como malha de sentidos se amarra na história remota do termo: o chocar, preparar algo para. E mais, a noção circula por diversos universos ao longo da história, criando práticas ou sendo criada por elas. Pode-se argumentar que ela passa por alguns lugares: crenças religiosas, biologia, hospitais/medicina, empresas e o mais atual, economia solidária – cooperativas, universidades, prefeituras, ongs. Liga-se a doenças, recém-nascidos, animais e pessoas. Pode ser uma oferta de tecnologia de ponta para empresas como uma tecnologia de ponta na luta contra a pobreza. Pode ser para empresários ou para pessoas pobres, desempregadas. O espaço por onde navega essa noção é muito amplo e repleto de concepções sobre saúde/doença, vida/morte, realidade, pobreza/riqueza, modelos de desenvolvimento, certo/errado, universidade/sociedade, saberes/competências/conhecimento, entre outras.

Problematizar a incubação não é sugerir o fim da pedagogia ou algo assim. É argüir que é urgente retomar o respeito à competência do outro, como caracterizava a noção de educação apoiada nas relações dialógicas de Freire (1999). A incubação compreendida como um ato pedagógico pode ou não se tornar um problema, de acordo com o que existir por trás da sua prática. Para Cruz (2002), membro da incubadora de

Pelotas/RS, atualmente, um dos desafios das incubadoras de cooperativas é questionar a maneira como se concebe a incubação de cooperativas populares, uma vez que essa é uma prática que remete a relações entre diferentes experiências e saberes: o do chamado *senso comum* e do acadêmico ou científico. “A incubação refere-se, antes de quaisquer outras coisas, a uma relação social de trocas entre diferentes saberes acumulados, sob condições sociais e históricas, diferentes.” (CRUZ, 2002, p.2). Nesse sentido, incubar deixa de ser *transmissão de conhecimentos* para se transformar em troca, construção de conhecimentos.

Na relação pedagógica existem saberes e experiências diferentes que precisam se conectar para que os sentidos da vivência sejam construídos coletivamente, numa relação que tem por base a dialogia e a horizontalidade. A educação pode tanto ser um atalho para a liberdade quanto para a dominação. Ao relatar sua experiência como educador em “Pedagogia da Esperança”, Paulo Freire reflete sobre a importância do diálogo *com* os participantes e não *para* os participantes.

Este foi um aprendizado longo, que implicou numa caminhada, nem toda vez fácil, quase sempre sofrida, até que me convencesse de que, ainda quando minha tese, minha proposta fossem certas e em torno delas eu não tivesse dúvida, era imperioso, primeiro, saber se elas coincidiam com a leitura de mundo dos grupos ou da classe social a quem falava; segundo, se impunha a mim estar mais ou menos a par, familiarizado, com sua leitura de mundo, pois que, somente a partir do saber nela contido ou nela implícito me seria possível discutir a minha leitura de mundo, que igualmente guarda e se funda num outro tipo de saber (FREIRE, 1999, p. 24)

O sentido mais remoto atribuído a palavra incubar diz respeito aos templos gregos de incubação. Estes eram lugares ermos para onde as pessoas iam deitar e sonhar. Havia sacerdotes que acompanhavam esse momento, preparavam o leito para o sono da pessoa. Acreditava-se que depois do sonho ali, a pessoa estaria curada ou teria seus problemas resolvidos. O importante de ressaltar aqui é que, apesar da existência do templo e da presença dos sacerdotes, quem sonhava e se curava era a pessoa.

**CONHECIMENTO E PROCESSOS ORGANIZATIVOS NO
COTIDIANO**

O conhecimento no cotidiano

Para Boaventura de Souza Santos (2005), é imprescindível que o mundo seja visto enquanto diversidade epistemológica. O advento do capitalismo optou por privilegiar um tipo de conhecimento que possibilitasse inovações tecnológicas, cujos interesses eram econômicos e políticos. No entanto, conhecimentos ou saberes que perseguem objetivos diferentes e informam outras práticas sociais sempre existiram. Para que o conhecimento científico se legitimasse enquanto “o” conhecimento, foi preciso transformar os critérios de validade do conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento. “A partir de então a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas, muito mais do que isso, o que é conhecimento válido” (SANTOS, 2005, p.22). A idéia se fortaleceu no século XIX: o conhecimento científico tornou-se a-histórico e eliminou a existência *social* dos outros, processo este que o autor denomina *epistemicídio*. “A morte de conhecimentos alternativos acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos.” (2005, p.22).

Entretanto, ainda que tente negar a existência de outros saberes, o conhecimento científico não consegue, e, por isso, conhecimentos produzidos fora da ciência são tratados por *locais* ou mesmo *etnociências*. Busca-se circunscrever tais conhecimentos para assim, tirar deles sua importância. De acordo com P. Spink, o uso desses adjetivos para caracterizar os demais saberes existentes pode ser uma maneira de hierarquizar e subordinar espaços construídos num processo que é socioeconômico, que é produto da desigualdade dessa forma de pensar o mundo (Spink, 2000). Assim, é comum pensarmos em “global”, “nacional”, “regional” e por fim, o “local”. É uma maneira de valorizar o global, desvalorizando o local.

De acordo com Souza Santos (2005), nessa forma de tratar os conhecimentos não científicos, existe a compreensão de que, por nascerem em lugares comuns, são restritos, ou seja, não têm aplicação para além dele, não são universais. No entanto, entre os que defendem a idéia da diversidade de conhecimentos, falar em universalidade de um sobre o outro é uma invenção para a conquista de hegemonia. Propõem pensar o conhecimento científico enquanto uma forma de **“localismo globalizado”**: um conhecimento que se produz num tempo e num espaço, datado e localizado, mas que adquire sucesso ao ser tratado como global (SOUZA SANTOS, 2005).

Vandana Shiva é outra autora que compartilha dessa visão sobre os conhecimentos. Pouco conhecida na Psicologia, suas contribuições em torno das questões dos conhecimentos são muito valiosas. Física e filósofa indiana, Shiva é feminista e ativista da biodiversidade. Tem algumas obras publicadas no Brasil e atua junto à luta pela preservação da biodiversidade no mundo e, em especial, junto aos povos habitantes das florestas indianas. Tem uma posição bastante parecida com a de Boaventura de Souza Santos, dando um enfoque maior às questões de gênero e dos conhecimentos tradicionais. Sobre a tentativa de universalização do conhecimento científico diz:

No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios colonizadores (SHIVA, 2003, p. 21).

A autora trabalha com a perspectiva da oposição entre biodiversidade e monoculturas. Tenta demonstrar, por meios de sua participação nos movimentos camponeses indianos, como as práticas de administração científica da agricultura e das florestas foram dizimando não apenas a floresta e a agricultura, mas também os saberes e os sistemas de vida existentes naqueles espaços. “A biodiversidade foi sempre um recurso local comunitário. Um recurso é propriedade comunitária quando existem sistemas sociais que o utilizam segundo princípios de justiça e sustentabilidade” (2001, p. 93). Em alguns lugares, as pessoas dependem dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, portanto, a relação da comunidade com a biodiversidade é íntima. Esta não é uma forma de acumular, mas uma necessidade. Tampouco se trata de explorar esses recursos, mas de se ver como parte do sistema, como parte da biodiversidade. O respeito à noção de diversidade é o que permite a sustentabilidade, porque esta última é retornável, não acaba, pois é vida e nutre as vidas.

Aparentemente, podemos pensar que biodiversidade, economia solidária, incubação e conhecimentos não se conectam. No entanto, para a autora, a biodiversidade está intimamente ligada à possibilidade da autogestão, da auto-organização, uma vez que é a *descentralização e o controle democrático local* que permitem a sua existência. Processos como os da globalização destroem as condições para a autogestão ao impor regras, ordens e maneiras a serem seguidas por todos.

Existem maneiras de transformar um saber num não-saber. A ciência moderna, na tentativa de se tornar suprema (e isso não tem início agora, mas já no período onde se

deram as grandes navegações), invisibilizando os outros saberes. Este, segundo ela, é o primeiro motivo que leva grandes sistemas locais a entrarem em colapso, mesmo antes de serem confrontados com o saber ‘dominante’. Porém, quando os conhecimentos não científicos confrontam a ciência, lhes é logo negado um status de validade: é anticientífico ou primitivo. Além disso, uma outra estratégia usada é a de não apenas tornar invisível o saber, mas também a realidade na qual se sustenta aquele saber, fazendo desaparecer espaços de alternativas locais e sustentáveis (SHIVA, 2003).

A metáfora das “Monoculturas da Mente”, sugerida por Shiva como título de um de seus livros, pode ser exemplificada a partir dos saberes e práticas da silvicultura e da agricultura. Para as comunidades das florestas ou camponesas, o mundo vegetal não é dividido entre a floresta que fornece madeiras comerciais e a terra que fornece mercadorias em forma de alimentos. Já o projeto de ciência moderna está comprometido com o desenvolvimento tecnológico que, por conseguinte está comprometido não com o bem estar social, mas com a acumulação de riquezas para alguns e, portanto, com a madeira como mercadoria.

O saber (silvicultura/agricultura) se descola da prática, do lugar que o produz e o que importa é tratar a natureza como recurso a ser explorado. Para autora, estas são práticas baseadas nas concepções da administração científica, que retiram da população local a condição de administrar a própria sustentabilidade. “Em vez de a sociedade tomar a floresta como modelo, como acontece nas culturas florestais, é a fábrica que serve de modelo para a floresta” (2003, p.32). Para uma monocultura acontecer é preciso que se destrua tudo aquilo que é menor que ela, tudo aquilo que permite que ela se renove.

Tanto para Vandana Shiva quanto para Boaventura de Souza Santos, os processos de colonização começaram há muito tempo e ainda não acabaram. “É hoje evidente que, para além das dimensões econômicas e políticas, o colonialismo teve uma forte dimensão epistemológica, e que, em parte por isso, não terminou com o fim dos impérios coloniais” (SANTOS, 2005, p.27). O que implica pensar na possibilidade de reprodução dessas formas de relação baseadas não nos saberes, mas nos poderes e na desigualdade entre os mesmos, também dentro da relação incubadora e empreendimentos, especialmente no que diz respeito à relação entre os conhecimentos existentes.

O autor aborda a questão de como o colonialismo, que certos grupos sociais viveram ao longo de sua história, produziu *(des)conhecimentos*. Mesmo quando em nome de projetos de civilização, libertação de alguns povos, as experiências de colonização, que tiveram início no século XV, buscavam tornar hegemônica a compreensão ocidental do mundo. São inúmeros os exemplos de experiências em que um estrangeiro chega a uma terra desconhecida e interpreta as práticas que ali existem como superstições, crendices, etc. A colonização teve força para construir ou destruir epistemologias, uma vez que a negação do diferente, do estranho era inerente a essas práticas. O fim dos impérios coloniais não resulta, necessariamente, no fim do colonialismo do poder e do saber, ou seja, no fim do colonialismo nas relações sociais.

Ao se produzir o Ocidente como a forma de conhecimento hegemônico, produziu-se também o Outro, desqualificado em relação aos poderes ocidentais. Nas sociedades coloniais produziram-se o civilizado e o selvagem, objetificando-se o colonizado. Assim foi feito com a natureza, que foi exteriorizada, não mais compreendida enquanto igual ao homem. Muitas vidas foram destruídas, bem como, os sistemas que as agregavam. A natureza foi convertida em recurso natural a poderia ser usada e apropriada, assim como as formas de saber dos selvagens. Nesse sentido, torna-se imperativo pensar na ciência de outra maneira:

A ciência é uma expressão da criatividade humana, tanto a individual quanto a coletiva. Uma vez que a criatividade tem diversas expressões, considero a ciência como uma iniciativa pluralista que engloba diferentes 'maneiras de conhecer'. Para mim, ela não se restringe à ciência ocidental moderna, mas inclui os sistemas de conhecimento de diversas culturas em diferentes períodos da história (SHIVA, 2001, p. 30).

A ciência é expressão de criatividade e, por isso, diversas também são as maneiras de expressá-la. Logo, não há uma única ciência, mas múltiplas. P. Spink diz isso de outra maneira, ao afirmar que todos têm curiosidade, não apenas os cientistas. Nesse sentido, não haveria uma distinção valorativa entre a ciência ocidental e outras ciências, mas sim uma distinção hierárquica.

Há resistências que negam essa lógica e buscam construir e reconstruir tudo aquilo que se tenta destruir. A ciência ocidental que se nomeia universal, pois substitui a natureza por tecnologia, reproduz essa lógica de colonização ao tentar se sobrepor as outras formas de conhecer o mundo e outras tecnologias desenvolvidas para se viver. Desqualifica o discurso do outro ao colocá-lo no lugar de não científico, local, apesar de ela própria ser situada também. “Nesse sentido, conhecimento é sempre autóctone,

acontece porque é necessário; conseqüentemente, precisamos aceitar que os saberes têm múltiplas origens e que a academia é somente um deles” (SPINK, P., 2003, p. 124). Portanto, aquilo que se denomina global não é mais que uma mera tentativa de universalizar algo que não é de todo mundo, mas de um grupo. Seu poder é definir os outros conhecimentos como locais, particulares.

No livro organizado por Santos (2005), são elencadas teses que podem servir de base para o debate sobre projetos sociais que busquem a emancipação social. Para os autores, a diversidade epistemológica do mundo é infinita e é preciso reconhecer que todas as práticas sociais produzem conhecimentos. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que os conhecimentos são parcelares e que as práticas sociais não envolvem apenas um tipo de conhecimento, mas uma pluralidade destes. O que se deve perguntar é sobre as hierarquias entre os tipos de conhecimentos e suas conseqüências. Um outro ponto é que o pluralismo epistemológico passa, necessariamente, pela democratização interna da ciência. Isso significa que precisam ser considerados dois aspectos: a ciência precisa reconhecer que, internamente, ela é plural em tradições, em disciplinas, em estratégias analíticas, etc. Por outro lado, é preciso também considerar que a democratização tem a ver com:

“a relação entre a comunidade científica e os cidadãos, entre o conhecimento científico e as capacidades cognitivas exigidas para sustentar a cidadania ativa, quer individual, quer coletiva, em sociedades que concebem o seu bem estar como estando crescentemente dependente da qualidade e da quantidade dos conhecimentos que nela circulam.” (p. 100)

Para que haja justiça social global é preciso haver justiça cognitiva global e isso só se atinge pela substituição das monoculturas de saber pela ecologia de saberes. Essa última seria uma posição epistemológica que pressupõe uma nova relação entre o saber científico com os outros saberes. Uma relação baseada na igualdade de oportunidades no debate, para que cada vez mais, aumente o poder de contribuição de cada saber na construção de um mundo diferente. Implica na não desqualificação de um pelo outro. Segundo os autores, essa transição não será fácil, pois envolve questões que não se detém apenas em aspectos epistemológicos, mas econômicos, sociais e políticos. A ecologia de saberes permitirá o surgimento do “conhecimento-emancipação”. Este se liga ao saber, concebido como solidariedade e não como ordem. A ciência moderna deve recuperar o seu potencial emancipatório ao se posicionar como parte da constelação de saberes existente no mundo.

A economia solidária, como já foi discutido, é também um desejo de transformação das situações de exclusão e desigualdades, criadas ao longo desses muitos anos de colonização pelos padrões ocidentais (norte-americanos e europeus) de vida, de economia, de política. A idéia não é substituir radicalmente as formas de produção capitalistas, e sim, ir aos poucos se concretizando, como pequenos espaços de convivência e de produção que vão se multiplicando continuamente, e se transformando numa opção. De acordo com Singer: “Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social” (SINGER, 2000, p. 28). Nesse sentido, nada mais coerente do que se perguntar se dentro desse campo há disposição para pensar os processos de educação na perspectiva da diversidade.

Um empreendimento solidário e autogestionário se desenvolve numa densa malha de interações diárias, de ir fazendo e ir aprendendo o que é ser autogestionário. Nessa convivência se dão conversas, conversas que planejam, decidem, executam e que transformam as pessoas, o trabalho, a vida. Constroem materialidades e socialidades. Muitas vezes, as formas ali criadas para resolver problemas podem ser desprezadas pela incubadora, que vai com seu corpo de conhecimentos sobre gestão, administração, relações humanas, pronta para colocá-lo em prática.

O que os autores que falam sobre o conhecimento parecem estar apontando é a necessidade de reconhecimento de que a academia produz um conhecimento tão local quanto os outros, apesar de se guiarem, em geral, por objetivos opostos. No caso dos conhecimentos e saberes que se dão fora desse âmbito universitário, sua produção é fecundada por questões e demandas das práticas sociais. É através das conversas, negociações, confrontos de posições e sentidos que se criam os conhecimentos. No cotidiano, no lugar.

Organização como processos organizativos

O segundo ponto importante para essa discussão diz respeito às formas de compreender o conceito de “organização”, e, a partir daí, a própria noção de autogestão. Em geral, costuma-se encarar a noção “organização” como um pressuposto óbvio, que não necessita de reflexão sobre sua existência. Trabalhar numa organização é óbvio, não carece de explicações sobre o que se está dizendo. Organização é quase como o lugar onde as pessoas trabalham. No entanto, é preciso voltar a reflexão para os sentidos da palavra e pensar em como ela se tornou óbvia. A palavra diz respeito a ações que indicam ou dão ordem a algum lugar (de trabalho, em geral). Administrar significa organizar e envolve uma série de ações como: planejar, liderar, controlar, decidir, etc. “Organização” também sempre foi uma palavra pertencente ao vocabulário de todas as pessoas e diz respeito a ações que estão ao alcance de qualquer um.

Com a consolidação do campo profissional da gerência, enquanto um campo que necessitava de legitimidade e autoridade, a palavra organização ganhou mais um sentido, passando a ser objeto de estudos de muitos cientistas sociais e um lugar onde se vai desenvolver um trabalho. “Agora ela passa a ser um objeto a ser estudado, uma espécie de baú dentro do qual comportamentos podem ser observados, e sobre o qual se pode discutir suas características e seu gerenciamento” (SPINK, P, 1996, p.185). Rapidamente, o conceito se reifica e se naturaliza, tornando-se uma entidade concreta com comportamento próprio.

Quando acontece isso, se fortalece a “subordinação simbólica da parte ao todo”. A organização é algo que tem suas partes, pedaços dela mesma. Os comportamentos acontecem dentro desse todo, mas não são o todo. O todo é diferente da parte, ele é maior. “A estrutura do todo, da organização formalmente constituída, é diferente das ações do dia-a-dia; do mundo informal e mundano da parte. Segue, portanto, que o primeiro é ‘obviamente’ a base do poder e o segundo da subserviência” (SPINK, P, 1996, p.185). No todo, não há lugar para o cotidiano, que faz parte da parte. O dia-a-dia organizacional acaba tornando-se um “vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão”, ainda que não se trate disso e sim de um lugar de comunicação, de conversa, de negociação e de confronto.

Esse cotidiano é onde o trabalhador, o gerente e o patrão trabalham. É um lugar sócio-tecnicamente construído e onde as ordens não são impostas, mas negociadas,

porque embora sejam ordens vindas ‘de cima para baixo’, ao chegarem embaixo serão redesenhadas, re-configuradas etc.

Ao transformar a organização em algo independente dos processos cotidianos de negociação, também as pessoas tornam-se parte da coisa, como se fossem continuação das máquinas e equipamentos, meros recursos, só que humanos.

“Assim, *gerir a empresa torna-se organizar as peças*, vivas ou inanimadas, e organizar as peças vivas (as pessoas) torna-se convencê-las a fazer aquilo que o gestor (diretor, administrador, patrão, supervisor, etc.) quer que elas façam em função das ‘necessidades da fábrica’ ou do ‘empreendimento’” (SATO & ESTEVES, 2002, p. 9).

Uma implicação dessa concepção de organização é o não reconhecimento da existência de uma racionalidade cotidiana. Recursos, nessa perspectiva, não pensam, devem ser pensados por outros. Recursos humanos pensam, mas não pensam o “melhor” para a organização, sendo necessária à presença de um gerente que faça isso. Por isso, justifica-se a ideologia gerencial, que se consolida quando a administração torna-se um campo científico, de especialidade de alguns. Surge como forma de abafar os conflitos existentes nas relações humanas (ainda mais se tratando de um emprego, onde claramente se define a desigualdade entre o patrão e o empregado).

De acordo com Spink, P. (1996) há três formas de se compreender uma organização e cada uma terá consequências. Uma primeira maneira é pensar o todo (organização) como exterior à parte e a parte dentro do todo. As organizações são separadas, externas, e as pessoas se comportam dentro dela, com suas regras, que podem ser controladas. Daí as noções de: cultura, estrutura, ambiente, dentro das quais as pessoas agirão. O autor a designa como “objetividade organizacional”.

Há também a possibilidade da “subjetividade organizacional”, onde ainda a organização está separada das pessoas. Existe independentemente delas, porém compreende-se que, na organização, as pessoas têm suas formas de ver peculiares e, formas essas cujas origens estão nos seus mapas cognitivos ou nas suas subjetividades. É aqui que se encontra boa parte das teorias de psicologia organizacional correntes: o terreno dos estudos administrativos é separado dos estudos psicológicos das pessoas em organizações.

A última possibilidade, adotada pelo autor, refere-se à inversão da idéia: o todo está dentro da parte e não existe, a não ser a partir da parte. A organização-todo é produto intersubjetivo dos sentidos que circulam no cotidiano onde as pessoas trabalham, o concreto, o local. A tal ponto que não existe, de fato, algo que se possa

chamar de organização, e sim *processos organizativos* densos de sentidos que vão se construindo no dia-a-dia do trabalho. Spink P. diz,

Se a organização enquanto um todo não é mais que um rastro de atividade que já passou e uma sombra pálida de um fenômeno que desaparece quando a luz é acesa, segue que estes empreendimentos diversos de todos os tipos conseguem se manter enquanto empreendimentos não porque as pessoas são corretamente administradas e direcionadas, mas porque a concentração de processos cotidianos serve de imã para o uso das caixas coletivas de ferramentas organizativas mundanas desenvolvidas ao longo da história social. Em última análise, pessoas sabem se virar e ao se juntar com outras em empreendimentos diversos é presumido que esta sabedoria será utilizada (1996, p.188).

Logo, as diferentes formas de conhecer e de agir tornam-se relevantes. A adoção da noção de processos organizativos traz à tona não apenas o respeito a essas diferentes formas de saber, mas também a compreensão de que esses conhecimentos devem ser adotados para a resolução de problemas do trabalho. Quando uma incubadora fala em um empreendimento popular solidário, não está falando de um local apenas, mas de processos cotidianos que podem ou não estar se tornando solidários ou autogestionários. A perspectiva implica pensar na capacidade organizativa como humana e coletiva, que está presente no dia a dia e que, por esse motivo, não tornam o gerente nem os técnicos, assessores, imprescindíveis ao andamento do trabalho.

Processos organizativos autogestionários no cotidiano

No caso das incubadoras de cooperativas populares, é possível pensar que o incubador, que se vê como um educador, numa perspectiva mais participativa, pode estar partindo de uma concepção de empreendimento solidário como um local que necessita de sua ajudar na organização cotidiana. Como a tradição é tratar a organização como um fenômeno separado das pessoas, o técnico, o estudante, o profissional pode acabar desenvolvendo sua ação de forma fragmentada também: “Essas são as regras e é assim que precisa ser feito”, produzindo, dessa maneira, materialidades e socialidades que pouco se aproximam da postura mais aberta de sua intenção inicial. A atuação pode ocorrer num formato verticalizado, onde o técnico observa e pensa o que é melhor em cada situação.

Assumir uma postura exterior ao movimento que acontece no grupo é uma maneira de legitimar um papel gerencial. O gerente é exterior à lógica da organização. O papel da gerência é olhar de fora e propor uma alternativa. Não se vê como um

participante da construção de sentidos em que está implicado, mesmo como gerente. Uma outra característica é a de que baseando-se na crença de que apenas alguns podem gerenciar (planejar, organizar e decidir), justificam-se as desigualdades no local de trabalho (SATO, 2002).

São possibilidades a serem admitidas por quem trabalha nessa área. Assim como é possível o contrário também.

O trabalho pode ser compreendido por um outro viés: como uma atividade dialógico-discursiva, onde o diálogo, as conversas entre os trabalhadores permitem que se discutam novas possibilidades do como fazer algo no trabalho. Compreende-se o planejamento como escolhas feitas no processo de organizar o trabalho (SPINK, 1996). Sato (2002) comenta alguns exemplos que mostram que os trabalhadores criam estratégias para resistir à ideologia gerencial.

Eles o fazem individual ou coletivamente. Denunciam com essas práticas que a divisão entre planejadores e executores é, de fato, uma ideologia. Podemos observar diversas manifestações que mostram a existência de outras racionalidades, outros modos de conceber e fazer o trabalho nos limites dados pela tecnologia empregada e pela divisão de poderes no local de trabalho (2002, p. 1148).

De acordo com Sato & Esteves, a diversidade de práticas, sentidos, significados existente está posta às negociações, tanto em nível macro quanto micro entre as pessoas, no dia-a-dia. São questões presentes no cotidiano, que no entanto, não aparecem oficialmente, pois estão submersas, camufladas. Não significa que as pessoas as desconheçam ou não estejam conscientes delas, e sim que passam despercebidas. São negociações que se dão nas conversas cotidianas da convivência no trabalho, no horário do café, do almoço, na esteira triando os materiais, na hora de ir pra casa, etc. Essas negociações cotidianas (tácitas ou não) sustentam o que os autores chamam de “ponta do iceberg”, os momentos oficiais, de decisão, como é o caso das assembléias. “A base imersa e invisível trata dessas questões com que todos se deparam o tempo todo, tendo de tomar diversas providencias a respeito delas de modo quase imediato e muitas vezes automatizado” (2002, p. 19). O cotidiano vivido, mesmo que não se projete muito oficialmente, é repleto de sentidos e conhecimentos.

A autogestão, princípio básico da economia solidária, não deve ser considerada uma noção meramente técnica, passível de ser ensinada ou aprendida por outras pessoas (LÉON-CEDEÑO, 1999; ESTEVES & SATO, 2002; ESTEVES, 2004). Teoricamente, autogestão refere-se à gestão por todos, oposto de uma gestão de alguns,

hierarquicamente, definidos. No entanto, a teoria diz muito pouco sobre como se dá a autogestão no cotidiano de uma cooperativa. Autogestão indica uma ação: “(...) a pergunta acerca de ‘que tipo de autogestão é esta’ levaria a tentar entender sua forma de uma maneira bem mais ampla do que a psicologia social costuma – entender-se-ia a forma como sendo ação e, portanto, indo além de ser um simples recipiente de comportamento” (LEÓN-CEDEÑO, 1999, p. 158).

Há diversos sentidos para a autogestão, como bem argumentou León-Cedeño, e diferenças muito sutis em relação a eles, que dão lugar a mundos completamente diferentes (1999). A definição utilizada aqui é a **autogestão no trabalho**, enquanto um processo organizativo peculiar (SATO & ESTEVES, 2002).

Enquanto ação, a autogestão se dá em todos os momentos de decisão do grupo em relação a qualquer caminho que se deseje seguir. Enfim, é a gestão por todos, sem hierarquia. Segundo Sato & Esteves (2002, p.15), a autogestão também é um processo organizativo e, como tal, se dá no cotidiano do grupo, sendo as decisões e assembléias apenas a “ponta do iceberg” que, uma vez aprofundada, revelam a existência de uma base de relações e acontecimentos diários que sustenta esses momentos oficiais. É nos momentos informais, corriqueiros, que as decisões começam a ser feitas.

No dia-a-dia – naqueles momentos que não são considerados memoráveis – também se gerencia coletivamente, a depender das exigências externas, o que fazer e como, quando, de quais formas e sob quais condições o trabalho será realizado. Também no dia-a-dia as pessoas planejam, replanejam e organizam os rumos do empreendimento (SATO & ESTEVES, 2002, p.16).

Considerando o planejar e o organizar atributos humanos e não propriedades intelectuais de algum profissional, e sendo a autogestão um processo organizativo de gestão coletiva, pode-se dizer que o tempo todo de um empreendimento solidário é marcado por negociações contínuas de sentido que vão conformando, construindo aquele **lugar**. Autogestão significa que, sendo ela uma construção social, é também negociação e conflito, pois se dá na argumentação das pessoas, a partir da qual os sentidos dessa prática vão se construindo (LEÓN –CEDEÑO, 1999).

Por lugar entende-se “um horizonte de ações e ligações, de produção de sentido e de lutas” (SPINK, 2000, p.41). Assim, esse lugar chamado cooperativa, associação ou qualquer outra formatação de economia solidária, não é um simples espaço físico para onde pessoas se dirigem para trabalhar coletivamente. É onde se constrói esse trabalho coletivo, onde se constrói o sistema produtivo, as formas de fazer ou não determinadas ações, é onde se decide que rumo seguir, como resolver, com quem falar. É onde se

organizam movimentos de luta, contestação, ou mesmo que não se organizem. É onde se pode protestar, ainda que esse protesto não seja declarado. É nesse lugar que as incubadoras atuam, não como meras espectadoras ou interventoras, mas como participantes de um processo organizativo que está sendo construído cotidianamente.

Negociar sentidos é uma prática dialógico-discursiva, na qual estão envolvidas as múltiplas racionalidades existentes nas interações. Nessa prática, não há um melhor modo de fazer, mas muitos e diferentes. O que se faz são escolhas organizacionais. O cotidiano é o lugar onde os sentidos são criados e recriados, e nele, práticas e acordos tácitos existem e facilitam a concretização do dia-a-dia (SATO, 2002).

O que está em foco é o reconhecimento da existência de uma racionalidade cotidiana e também de múltiplas formas de conhecer, de múltiplos saberes construídos, e que informam práticas sociais igualmente múltiplas. A autogestão, enquanto um processo organizativo, quando praticada explicita a existência dessa racionalidade prática cotidiana das pessoas e também os diversos saberes (os já existentes e os que serão construídos a partir do processo autogestionário). A autogestão é em si uma forma de fazer, de organizar, de construir um campo de ação, de reflexão que não precisa necessariamente de um técnico ou profissional para mostrar como se faz.

O cotidiano das práticas autogestionárias é a construção de significados. Por serem pessoas, as concepções e a conformação final de cada empreendimento serão singulares, uma vez que se dão com aquelas pessoas e não com outras. Enquanto parte da cultura dos povos, a especificidade dessas concepções e dessas conformações é um processo social; sua racionalidade dá-se no interior daquele grupo. Com isso, precisamos ainda mais a natureza dessas negociações. São negociações de significados; e os significados não são meros acessórios da realidade material, mas são também realidade (SATO & ESTEVES, 2002, p.31).

Essa visão da autogestão enquanto um processo interativo e cotidiano de organizar e que organiza, que se constrói coletivamente e que é datado e localizado ainda se choca com visões que compreendem a autogestão apenas como um sistema organizacional, como técnica que se aplica em empreendimentos, como a idéia do “baú de comportamentos” (SPINK, 1996). Entre os grupos que buscam fomentar a economia solidária e a autogestão em empreendimentos populares, é comum a presença dessa maneira de pensar a autogestão como instrumento, ferramenta.

Ao adotarmos a noção de baú, corremos o risco de termos como meta “um melhor jeito de fazer” em geral, retirado de nossa experiência de trabalho nas organizações existentes. Por outro lado, ao adotarmos a noção de processos sociais, temos algumas outras dicas: em primeiro lugar, a de que organização é interação, sempre. E, nesse sentido, as mudanças, as situações problemáticas, as soluções, que no momento seguinte transformam-se em

problemas, serão o normal e não uma “disfunção.” Em segundo lugar, a organização sempre será aquilo que aquelas pessoas envolvidas farão, não havendo “um melhor jeito de fazer.” Em terceiro lugar, por serem processos movidos por pessoas, grande diversidade de interesses estará presente. São interesses subjetivos, sociais, econômicos e políticos (SATO, 1999, p. 220).

Muito do que se pontua como imprescindível na educação tem base na psicologia e principalmente na psicologia social (talvez seja melhor dizer, nas ciências humanas em geral). Há uma dificuldade em aceitar que nem tudo que parece desorganizado é de fato assim. Essa “desorganização” pode estar exprimindo uma outra racionalidade, outras formas de organizar diferentes das formas costumeiramente difundidas. Em seu artigo “A forma do informal”, Peter Spink aponta para a importância de atentarmos para a variedade de formas organizativas existentes entre as idéias de rede social e de grupo, noções muito utilizadas na Psicologia Social que, no entanto, ao invés de ampliarem as possibilidades de formas, as restringem. Pergunta sobre a possibilidade de alguém se declarar preocupado com a ação social sem buscar compreender a sua forma, com respeito pelo que ali existe. “Quantos psicólogos, quantas psicólogas, se colocadas dentro dessa situação como agentes de desenvolvimento teriam trilhado a trilha da forma mais comum? Quantos e quantas, ao contrário, teriam coragem de responder a uma pergunta sobre ‘qual o grau de organização necessária?’ com a resposta ‘muito menos do que você pensa’.” (SPINK, 1989, p. 106).

Há uma outra categoria das práticas da autogestão, comentada brevemente por León-Cedeño, que também interessa a esse estudo: a da **autogestão agente externo**, que diz respeito às formas de autogestão promovidas e comandadas por agentes externos, ou melhor, pelos “de fora” do grupo (que podem ser incubadora, padres, irmãs, grupos de apoio, que venham de fora para “ajudar”). Segundo a autora, este agente não é simplesmente alguém que não é da comunidade, mas sim, uma construção social: “Fala-se de autogestão agente externo, quando a experiência autogestora é **promovida e comandada** por pessoa(s) de fora – de outra classe social, nacionalidade ou profissão, ou as três características juntas – que usualmente gere(m) obtenção de recursos para o empreendimento, e com quem se configuram relações encobertas de poder” (LEÓN-CEDEÑO, 1999, p. 173).

A autora relaciona a idéia da vanguarda leninista com a legitimação dessas práticas. Estas caracterizam-se pela verticalidade na tomada de decisões e pela liderança dessas pessoas de “fora” junto ao grupo. Esse dilema é muito presente na realidade da

economia solidária e, principalmente, para os que atuam junto aos grupos. Em geral, quando um grupo surge procurando orientação de alguma incubadora, já está de alguma maneira organizado para tal. É comum, logo depois que a incubadora adentra o universo do empreendimento para realizar a formação, que encontre ali pessoa(s) que já fazem um trabalho parecido, que estão com o grupo desde o início, que levaram a idéia do cooperativismo ao bairro e, por isso, sentem-se não apenas responsáveis, mas líderes daquelas pessoas. Esse é um momento de choque com a incubadora, onde muitas vezes, ou a pessoa pára de participar ou a incubadora retira seu trabalho (quando não se consegue negociar a intervenção). Acreditando que um grupo de economia solidária deve ser gerido coletivamente, a incubadora e essas pessoas entram em conflito, uma vez que a autogestão pode não estar presente ainda. O que pode, muitas vezes, acontecer é a incubadora ocupar o lugar desocupado pela liderança de fora e continuar reproduzindo, sem querer, a mesma lógica, dependendo de como estiver percebendo o movimento.

O dinamismo da relação entre o agente externo e o grupo se dá na medida em que, uma hora a pessoa que está ali, por exemplo, a incubadora, consegue favorecer um processo de autogestão mais libertária, e logo depois, adota a postura “de fora”, de agente externo, comandando as ações do grupo. A autora aponta que a forma de contrargumentar o dilema é o próprio conceito de autogestão, que remete a uma construção empreendida pelos próprios interessados, com práticas autóctones de organização. Nesse sentido, tornar a presença do agente externo *imprescindível* para o desenvolvimento da autogestão deve ser vista com “especial senso crítico” (LEÓN-CEDEÑO, 1999, p. 175).

Aqui, o exemplo diz respeito à presença de “apoios” externos ao grupo e das incubadoras, mas, da mesma forma, outros profissionais (o psicólogo, por exemplo) que, em outras ocasiões, também entram numa prática com comunidades, podem estar agindo a partir da idéia de que esta necessita de alguém para lhes “ajudar” a praticar a autogestão.

Por um lado, se a naturalização da ação do agente externo como boa não deve ser vista com bons olhos, naturalizar a separação entre os “de dentro” e os “de fora” também não, uma vez que, ambas idéias são socialmente construídas. Um segundo ponto nos remete à cisão da sociedade em classes sociais e em grupos dominantes e dominados, o que cria ações do tipo: aqueles que trabalham junto à elite e aqueles que

trabalham junto aos marginalizados, ambas posturas presas à idéia de que alguém “de fora” têm melhores condições de olhar para a situação-problema, resquícios de uma postura positivista de conhecimento.

No entanto, a autogestão não é herança desse modelo de sociedade e nem de ciência, e sim, pelo contrário, nasce das experiências de movimentos anarquistas em diversos lugares do mundo. Portanto, na autogestão, a ação é feita coletivamente, superando a divisão entre os que estão fora e os que estão dentro. O trabalho é distribuído equitativamente entre os presentes, sejam eles quem forem. Assim, a autora conclui: “A adoção de uma idéia de alguém de fora, ou do mesmo termo autogestão para denominar o trabalho, não é o que afeta o empreendimento, e sim o é a forma como a adoção é feita. Se for imposta, mesmo que sutilmente, as conseqüências são sentidas” (1999, p.176).

Já Spink P., levanta uma questão que pode estar por trás de ações que acreditam na necessidade da presença do agente externo na comunidade: a própria concepção de comunidade. O conceito é polêmico e não vem ao caso discuti-lo exaustivamente, porém, há um detalhe importante da discussão que, independente da concepção adotada, deve ser refletido: a de que a comunidade não é um organismo pré-social, que não tem sua própria dinâmica cotidiana e que só a terá depois que começar a ser suscitada para isso. Comunidade como produto da associação de pessoas independentes umas das outras ou o contrário: comunidade como o lugar em que as pessoas nascem e crescem? A existência de pessoas capazes de se associarem pressupõe a existência de uma comunidade. Na primeira assertiva, torna-se natural acreditar que as pessoas necessitam aprender a viver em comunidade, de um Estado que as governe, etc. Na segunda, dá-se importância para o fato de que, ao nascer em comunidade, as pessoas estão construindo materialidades e socialidades cotidianas e que a presença de palavras organizativas é constante. “Nascer em comunidade é presumir uma capacidade coletiva de autogestão, que antecede e prescinde de um governo ou um Estado” (SPINK, 2004, p. 66).

Diante disso, ousar dizer que as incubadoras de cooperativas populares encontram-se num terreno bastante irregular e perigoso, podendo cair facilmente em práticas que contradizem a noção de autogestão. São projetos de assessoria aos “autoconstrutores” (León-Cedeño, 1999), o que por si já parece uma contradição, e dependendo da forma adotada pela incubadora na relação com estes, haverá ou não a presença da autogestão. Autogestão, não como mero recurso de gestão, mas como

experiência histórica de fazeres coletivos, que antecede a própria economia solidária e vão muito além dela.

Empreendimentos e incubadoras como processos organizativos:

Até o presente momento, as incubadoras de empreendimentos solidários foram apresentadas por sua teoria, por seus ideais e seus diferentes princípios. No entanto, a noção de processo organizativo, comentada anteriormente, serve não apenas aos empreendimentos solidários, mas também às incubadoras. Ao encará-las sob esse prisma, a noção “incubadora” vai deixando de ser uma estrutura estática, para se tornar tão cotidiana quanto o empreendimento solidário. E, a partir, do reconhecimento da presença da incubadora num cotidiano, ou do cotidiano na incubadora, reconhece-se também que ali há debate, conflitos e negociações acontecendo o tempo todo, que permitem as diversas construções de sentidos de incubação existentes hoje.

Referindo-se aos desafios sentidos pelas ITCs, Sato (1999) ressalta dois: o primeiro é o desafio de criar novas relações sociais que operem a partir de uma racionalidade não instrumental e a busca de condições materiais de sobrevivência e, o segundo, diz respeito à preocupação da universidade em *não colonizar a população*, tendo em vista que a incubadora também é parte da sociedade, e é composta por diferentes histórias de vida e diferentes expectativas, interesses. “Temos ainda nossas próprias concepções sobre o que é um processo organizativo cooperativo” (p.224).

Apesar de estar se referindo ao projeto das universidades, a ideia de que a incubadora é composta por gente e, por isso, por debate acerca dos diferentes sentidos construídos ao longo de cada história, também diz respeito a outros grupos que incubam empreendimentos solidários. A ideia parece óbvia: organizações são produções sociais de pessoas. No entanto, parece que, ao ser descrita em livros, congressos, documentos, a noção é distanciada de seus processos de negociação cotidianos, sendo apresentada como algo pronto e consensual. Ao tratar a incubação enquanto uma simples ação ou um método de aproximação e apoio aos grupos interessados, temos a impressão de não haver mais nada do lado de lá da incubadora. É como se houvesse uma separação entre o fazer a incubação no empreendimento e a vida da incubadora antes, durante e depois da incubação. Por isso, dizer que incubadoras também são produções sociais, isto é,

socialidades e materialidades que vão se construindo ao longo das experiências de cada lugar, em debate, não é tão óbvio como pode parecer.

Trabalhar numa incubadora é estar o tempo todo debatendo sobre como fazer algo, como resolver tais e quais problemas, como falar, como ouvir, avaliando os pedidos de auxílio, definindo critérios para trabalhar, argumentando e contra-argumentando em reuniões, incomodando-se com os desafios de construir a economia solidária e, ao mesmo tempo, gerar renda urgentemente etc. Mais uma vez Sato ajuda a pensar sobre o assunto:

Por outro lado, ao adotarmos a noção de processos sociais, temos algumas outras dicas: em primeiro lugar, a de que organizações é interação, sempre. E, nesse sentido, as mudanças, as situações problemáticas, as soluções, que no momento seguinte transformam-se em problemas, serão o normal e não uma 'disfunção'. Em segundo lugar, a organização sempre será aquilo que aquelas pessoas envolvidas farão, não havendo 'um melhor jeito de fazer'. Em terceiro lugar, por serem processos movidos por pessoas, grande diversidade de interesses estará presente. São interesses subjetivos, sociais, econômicos e políticos. Chamo de interesse aquilo que importa às pessoas (Morgan, 1986). E esses interesses conformam os objetivos e informam a direção e o sentido das práticas (1999: 220).

Quando colocados lado a lado como dois processos organizativos peculiares, empreendimentos solidários e incubadoras assemelham-se, por mais diferentes que sejam um do outro. O que na teoria parece muito distante: "a incubadora vai até a cooperativa ajudá-la, pode ser aproximado agora, uma vez que, ambos os lugares são produções sociais de pessoas em negociações constantes, e que esse ir e vir, da incubadora e da cooperativa, é uma relação que se estabelece e que permite a construção de novos sentidos de ambas as ações.

O que não implica dizer que a relação estabelecida é harmônica. Acreditar na harmonia entre incubadoras e empreendimentos populares é ingênuo, pois significa desconsiderar que, por serem construções sociais, ambas são localizadas num tempo e num espaço e, portanto, posicionadas de formas diferentes em termos de poder de ação no mundo.

Autogestão e solidariedade: por uma ecologia de saberes na economia solidária

E nesse terreno, é preciso reconhecer de fato a autogestão como uma possibilidade possível e diferente das que vêm sendo praticadas. Que a autogestão sirva não apenas às pessoas em situação de pobreza envolvidas nas cooperativas de materiais

recicláveis, costura, artesanato, alimentação, mas que valha também para os estudantes universitários, para os profissionais, professores, gestores públicos, e quem mais estiver engajado no movimento por uma economia solidária. De nada adianta trabalhar numa incubadora de cooperativas populares se esta não reconhecer a autogestão enquanto uma prática possível para si mesma. A prática da autogestão é para todas as pessoas que quiserem, e é produto de saberes diversos e experiências que vão se consolidando cotidianamente no agir coletivo.

Nasce em formas de vida coletiva de pessoas “comuns” que, por inúmeros motivos, decidem ou vão decidindo por uma economia que se difere da hegemônica. Práticas vinculadas, muitas vezes, ao pertencimento a uma comunidade, movimento social, ou seja, de relações sociais afetivas e políticas, de contestação ou não. Mas que estão profundamente imbricadas na vida comunitária, em formas de organização coletiva muitas vezes desconhecidas, tácitas, processos organizativos localizados, situados num tempo, numa história e num espaço.

Solidariedade nesse sentido estaria ligada à noção de tornar algo sólido coletivamente, como diz Spink, P. Nesse sentido, a incubadora tem a contribuir no momento em que se dispuser a estar junto com as pessoas, pensando, fazendo, ouvindo e falando, sempre em conjunto. Produzindo outra maneira de se relacionar com as pessoas e compreendendo o conhecimento produzido ali como legítimo, válido, porque ele é enraizado, porque ele nasce da resistência desses trabalhadores a uma situação política, social, econômica muito desigual. Vale lembrar o que Boaventura de Souza Santos sugere para essa questão: a busca de uma ecologia de saberes.

A resposta a essa situação de crise epistemológica passa por um duplo processo de debate interno no próprio campo da ciência e de abertura de um diálogo entre formas de conhecimento e de saber que permita a emergência de ecologias de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimentos.” (SANTOS, 2005, p. 24).

E uma ecologia de saberes implica em considerar o cotidiano como lugar onde se produzem os sentidos de mundo, e por sua vez, os saberes. A contribuição dos autores trazidos para essa discussão é a de mostrar que conhecimento não é algo que se prepara num laboratório ou dentro de sala de aula apenas, mas onde existem pessoas vivendo e resolvendo seus problemas. Da mesma maneira, a autogestão é muito mais do que um conceito teórico elaborado ou um simples modo de gestão organizacional. Autogestão é um processo organizativo que se faz cotidianamente, nas conversas

travadas no fazer coletivo, em que se comenta, reflete, conflita, delibera, planeja, organiza, etc. É um processo rico cuja base são as práticas discursivas do dia-a-dia, que informam o que é esse lugar chamado “empreendimento solidário”.

Não se trata, por outro lado, de dizer que a incubadora adota posturas autoritárias em relação aos grupos com os quais trabalha. Acredito que essa é uma reflexão que já vem sendo feita em muitas equipes de incubação. Da mesma maneira, a única forma de pensar na incubação é a partir do cotidiano. Nesse sentido, incubadora não é um lugar estático, parado, onde as pessoas vão incubar. É igualmente um processo organizativo, em alguns casos, autogestionário, em outros, não. Mas isso não retira a importância do processo de construção de sentidos que o trabalhar numa equipe de incubação propicia. Acredito que falar em ecologia de saberes é falar em sentidos. Dependendo dos sentidos que estiverem sendo construídos, os saberes poderão ou não circular, conectar-se a outros, interagir e se reconstruir. O cotidiano não é um vazio onde os eventos acontecem ou o pano de fundo que os acompanha, mas o lugar onde se dão as relações sociais, as produções de conhecimento e de sentidos.

6. A INCUBAÇÃO NAS DIFERENTES CONVERSAS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DILEMAS

Não houve um dia determinado em que esta pesquisa começou e, creio eu, ainda não acabou. O que aqui apresento é parte de uma reflexão que não é só minha, mas de um grande grupo de pessoas envolvidas com a economia solidária, e em especial, com a incubação.

Adotei as conversas como forma de entrar em contato com o que as pessoas estavam falando sobre o processo de incubação. Em si, só o fato de estar conversando sobre o assunto já me fez repensar muitas vezes o meu próprio conceito de incubação. Compor essa dissertação, alinhar os fios (quando foi preciso) me permitiu olhar, a partir de outros ângulos a mesma questão. A princípio, apenas conversar parecia vago demais para uma pesquisa de mestrado. No entanto, as conversas foram acontecendo e me mostrando questões que eram relevantes. Precisei me afastar para escrever, mas tenho certeza absoluta que elas continuam acontecendo entre as pessoas. Conversar é pensar no assunto, é elaborar, resolver, propor. E isso significa dizer que a noção é produzida o tempo todo e que, portanto, este trabalho contribui na medida em que puder falar de um momento, como uma fotografia que registra um *olhar possível* sobre algo.

Não tive a pretensão de retratar fielmente “a” realidade, portanto, alguns registros foram feitos ou de memória ou baseadas em anotações de reunião (a grande maioria). Nem sempre consegui escrever exatamente o que a pessoa quis dizer. Preferi fazer anotações do processo de estar no campo-tema, de minhas compreensões e minhas conversas. Queria contar dos processos que a produzem, dos processos em que eu estive presente, não como mera observadora, mas como produtora de sentidos também.

Relembrando aqui o que ouvi, no início dessa pesquisa, de uma pessoa da incubadora, que me disse que essa era a minha maneira de ver, de compreender o que acontecia na incubadora (quando conversávamos sobre o meu receio em apresentar para a equipe minhas idéias, minhas críticas), mas que certamente, haveria outras formas de entender. Faço questão de enfatizar que essa pesquisa é também uma produção localizada, datada e aberta a discussões. Talvez um pouco provocativa, polêmica, mas aberta.

Apresentarei as conversas da seguinte maneira: na primeira parte, as reuniões que participei na incubadora e minhas reflexões a partir das questões que identifiquei. Tentarei localizar o autor no processo de criação da incubadora, a partir de uma conversa com uma das primeiras pessoas que a idealizou, em 2000. Em seguida, falarei

da incubadora no momento em que começo a participar das reuniões, apontando um pouco da dinâmica interna, equipe e preocupações presentes.

A próxima etapa é me dedicar às outras conversas, que se deram no entorno da incubadora, em espaços diferentes das reuniões exclusivas de incubação. Explicarei cada uma delas, apresentando, da mesma forma, sua história, momento em que inicio a minha participação e questões principais da incubação presentes.

Economia solidária em Campinas

A economia solidária parece surgir em Campinas ligada a questões de geração de trabalho e renda. Assim como nos outros lugares, a mesma se configura a partir de diferentes atores que a compõem. No caso desta cidade, considero como atores principais dessa construção as pessoas que estão nos empreendimentos trabalhando, as entidades de apoio desses empreendimentos e a prefeitura, a partir de seus programas para a geração de renda nos bairros. As formas de organização em cooperativas, associações ou grupos autogestionários certamente já existiam na cidade antes mesmo de a discussão da economia solidária se tornar pública. Mas é no começo dessa década que o tema se amplia e alcança mais participantes.

Um marco desse momento foi a decisão da prefeitura de implantar o programa de coleta seletiva no município e estimular a formação de cooperativas de triagem de materiais recicláveis, aliando um serviço público (a coleta seletiva) à necessidade de gerar renda para uma parte da população desempregada. Os materiais eram entregues nos bairros, em espaços para triagem do mesmo. A idéia de formar cooperativas baseava-se em duas experiências de cooperativas desse tipo bem sucedidas na região. Para tanto, a prefeitura solicitou que as entidades que já desenvolviam algum tipo de apoio a pequenos grupos econômicos se organizassem para atender a demanda que surgiria. Mais tarde, é feito um convênio da prefeitura com uma incubadora universitária recém formada e duas entidades independentes que também ofereciam apoio aos grupos. Em documento da Secretaria Municipal de Assistência Social, encontra-se a seguinte descrição da idéia que começava a surgir: “Outra forma de enfrentamento tem sido depositada no fomento a iniciativas de grupos associativos e de trabalho autônomo como forma de obtenção de renda pelas famílias excluídas do mercado de trabalho.” (Relatório gestão 2001, janeiro de 2002, p. 9).

Ao longo do tempo, a relação entre prefeitura, entidades e empreendimentos só cresceu, no sentido do envolvimento dos participantes e da abrangência que essas ações foram tendo. O número de cooperativas de triagem aumentou e os problemas passaram a ser discutidos permanentemente. Formou-se um Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), onde membros das entidades de apoio, dos empreendimentos e da prefeitura se reuniam para pensar as questões da reciclagem, da venda dos materiais, da organização da coleta seletiva e das necessidades das cooperativas, etc. Esse grupo existe ainda hoje, sendo **orientado** pelo responsável pela Coordenadoria de Apoio à Economia Solidária (CAES), da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS). Essa coordenadoria comporta uma equipe de profissionais responsáveis por pensar a economia solidária no âmbito das políticas públicas (e não de governo), não se restringindo ao segmento da reciclagem. Em destaque estão as técnicas de referência em cooperativismo, que são assistentes sociais que se dedicam exclusivamente ao apoio e estímulo ao cooperativismo nos bairros onde atuam.

A incubadora

No prefácio localizei o porquê de minhas perguntas em relação a incubação, contando um pouco da minha história na incubadora. Agora é preciso apresentar a história de criação desta incubadora, com uma amplitude maior. Sua origem remete a experiências de uma entidade religiosa da região, que em meados dos anos 90, investia recursos financeiros em pequenas experiências de geração de renda. Essa entidade financiou projetos de trabalhadores com costura, artesanato, fábrica de velas, restaurante, carrinho de cachorro-quente, farmácia popular, catação de materiais recicláveis, etc. As pessoas que procuravam o apoio da entidade vinham a partir da comunidade religiosa de seus bairros e em geral, eram pessoas com baixa renda familiar ou em situação de desemprego. Organizavam-se em grupos de poucas pessoas ou individualmente. Para fazer a doação do recurso, a entidade fazia algumas reuniões com essas pessoas e as deixava livres para desenvolver o que estavam se propondo. Em geral, alguns meses depois, essas pessoas voltavam para comunicar que a experiência não tinha dado certo e entregar as máquinas, os equipamentos que compraram com o dinheiro. Apenas uma ou outra experiência foram bem sucedidas.

A entidade começou a perceber que talvez fosse importante um acompanhamento mais constante das experiências, mas não tinha como oferecer esse apoio, uma vez que não contava com essa estrutura e tempo. Os financiamentos foram suspensos para que uma reflexão sobre isso fosse feita.

No mesmo período houve um curso de cooperativismo oferecido pelo governo estadual, em conjunto com o Ministério do Trabalho, em São Paulo. Dois membros da equipe participaram do mesmo e, a partir dali, decidiram realizar cursos de cooperativismo nos bairros de Campinas. Entre 2000/2001 foram realizados oito cursos de cooperativismo, cada um com cerca de 30 pessoas, totalizando cerca de 300 pessoas das comunidades. A demanda pelo cooperativismo cresceu e a entidade não tinha como atender.

Quando, em 2001, foi implantado o programa de coleta seletiva municipal, a entidade foi convidada a realizar um curso para as assistentes sociais da secretaria da promoção social, que trabalhariam diretamente nos bairros, fortalecendo e estimulando a idéia do cooperativismo para a geração de renda. Além desses profissionais, outras assistentes sociais da cidade participaram do “1º Curso de Multiplicadores”. Depois desse vieram mais cinco cursos de multiplicadores. A idéia de criar um curso de multiplicadores era a de que as pessoas que desejassem formar cooperativas fossem reunidas ou por um agente da própria comunidade ou pelas assistentes sociais da secretaria de assistência social, que tinham um contato mais direto com os bairros e seus problemas. Essas pessoas, os “multiplicadores” conheciam um pouco mais do cooperativismo e o levavam para o bairro, agrupando as pessoas para iniciar o trabalho e com o apoio da entidade, caso fosse necessário. A partir desses cursos a demanda pelo apoio aos grupos aumentou consideravelmente para a entidade.

Decidida a não apenas fornecer o recurso financeiro, mas também um acompanhamento mais sistemático, em 2002, a entidade busca apoio de uma universidade da região, solicitando estagiários de diferentes campos profissionais para auxiliar o trabalho do assistente social que acompanhava os grupos pela entidade. No fim desse ano, algumas pessoas dessa entidade constituem uma ONG para realizar a incubação dos empreendimentos, independente da entidade. A opção pela idéia de incubação se deu no sentido de enfatizar a necessidade do acompanhamento sistemático aos grupos, no entanto, tentando diferenciar-se da outra incubadora universitária já existente. Essa equipe opta por não trabalhar apenas com o cooperativismo, mas com o

associativismo também, tendo em vista as dificuldades da época em cumprir a lei do cooperativismo que exigia um mínimo de 20 pessoas por cooperativa. Segundo a responsável pelo projeto na época, o curso do Ministério do Trabalho não previa a incubação dos grupos.

Inicialmente os acompanhamentos eram de duas vezes por semana a cada grupo, passando em seguida a se dar semanalmente. A idéia era formar e “na prática ver aplicadas as noções dos cursos” (fala da responsável). O grupo queria fazer uma incubação comprometida com o “povo”, mesmo sem muito recurso. Mesmo voluntariamente, os profissionais que incubavam não deveriam deixar de acompanhar o grupo, caso faltasse recursos. O cooperativismo era visto como ferramenta para a geração de renda. Alguns grupos que atualmente são incubados tiveram início nesse momento, através dos cursos de multiplicadores e cursos básicos.

A equipe de incubação era formada por uma assistente social, três estagiárias de psicologia, um de economia, um de direito e uma de turismo. A equipe fixa mesmo era composta pela assistente social e pelo estagiário de economia, que se dedicava integralmente à incubadora. Os demais estagiários se alternavam dentro de suas possibilidades. Em 2002, as estagiárias de psicologia (eu era uma delas), desenvolvem o estágio de psicologia organizacional em duas cooperativas de triagem de materiais recicláveis: uma que já estava formada e outra, recém-formada.

No primeiro grupo, já no estágio de Psicologia Organizacional, em 2002, nota-se uma grande resistência por parte da cooperativa na incubação que era proposta pela estagiária. Em 2003, uma nova tentativa de incubação é feita. Inicia-se um trabalho cujo objetivo é atuar com a motivação, perspectiva de futuro, elaboração de projetos para os cooperados, já que a queixa era a de que estes não se comprometiam com a cooperativa. No entanto, no decorrer do processo, se percebeu que a incubação, nos moldes da economia solidária, que buscava a autogestão, não cabia naquele empreendimento. A direção do mesmo era centralizada e não havia espaço para a discussão. O que ficou claro era que o problema não estava tanto nos membros da cooperativa, mas na gestão da mesma.

O segundo grupo foi formado a partir do presidente da associação de bairro, que procurou a responsável pela entidade para contar das famílias que haviam sido retiradas do aterro e instaladas no bairro. Como estas viviam de catar os materiais no aterro, o presidente pensou organiza-las para inseri-las no programa de coleta seletiva

da prefeitura. Para isso precisava que a incubadora os acompanhasse. Foi feito um curso inicialmente e depois se passou ao acompanhamento semanal, que era feito pelas estagiárias de psicologia em conjunto com o estagiário de economia. Essa incubação durou cerca de 2 anos, tempo acordado entre a incubadora e o grupo, no início do processo. Foi uma incubação que resultou na confecção do estatuto, do regimento interno, na organização administrativa e financeira, na prática das assembléias, etc. O processo de desincubação aconteceu em 2004 e ainda hoje a cooperativa é assessorada pela incubadora, porém com menos frequência que antes.

No fim de 2002, um curso promovido pela entidade num bairro inicia a formação de um terceiro grupo. Em 2003, já formadas, as psicólogas iniciam um projeto nesse último grupo para trabalhar os problemas de relacionamento interpessoal que já existiam. Durante quatro meses desenvolvem o projeto. Depois disso, a incubação continua acontecendo semanalmente. O grupo, instalado no galpão do Departamento de Limpeza Urbana (DLU), passou por momentos difíceis de definição do lugar em 2003/2004. A equipe de incubação percebia que um dos problemas era estar ocupando um espaço que não era do grupo, e sim, da prefeitura.

Depois desses, outros grupos de triagem que faziam parte do Programa de Coleta Seletiva começaram a solicitar incubação da Ong. No fim de 2003, a prefeitura municipal optou por financiar essas incubações, no entanto, solicitava que a incubadora fizesse um projeto explicando como seriam as incubações, o tempo, entre outras coisas. A presidência da Ong muda nesse mesmo ano, assim como a equipe é reestruturada.

Nesse mesmo ano, inicia-se, dentro da equipe, uma preocupação com a elaboração da metodologia de incubação que seria adotada. Até aquele momento, a incubação era feita baseada nos conhecimentos de cada estagiário e da profissional que acompanhava. Era necessário se debruçar sobre essa prática e elaborar parâmetros para a atuação nos grupos. Essa necessidade apresentava-se de algumas maneiras: 1. na relação da incubadora com os grupos, isto é, na demanda trazida do cotidiano de trabalho, que carecia de um aprofundamento maior teórico e metodológico; 2. em virtude do financiamento da prefeitura; 3. na relação da equipe com outras entidades de economia solidária, especialmente, as de São Paulo. Nos cursos e encontros que a equipe começou a frequentar, ficava clara a necessidade de elaborar uma metodologia de incubação.

O processo que se seguiu foi, inicialmente, o reconhecimento do acúmulo de experiências práticas da incubadora nos anos anteriores. A partir daí, a equipe iniciou um trabalho de descrição dessas atividades cotidianas que eram realizadas junto com os grupos. Foi um momento de trabalho intenso sobre o material prático da equipe, uma espécie de coletânea dos pedaços de cada área do conhecimento presente na incubadora. A idéia era que, descritas as práticas, a equipe encontraria seu caminho. Esse foi um trabalho feito exclusivamente pelos estagiários, que não eram supervisionados por ninguém para a tarefa proposta. A equipe não sabia como deveria fazer essa elaboração e optou por esse caminho, que, diga-se de passagem, não foi nada fácil.

Diante da dificuldade de elaboração da metodologia (primeira frente de atuação), a Ong resolveu convidar uma pessoa especialista no assunto para assessorar a equipe. Esta sugeriu como base para a metodologia uma perspectiva pedagógica específica, perspectiva esta completamente desconhecida da equipe de incubação, mas que segundo ela, eram importantes. Um texto base foi dado para a leitura e passou-se a discussão. Essa pessoa trouxe para a equipe uma forma de fazer metodologia de processos educacionais que partia da definição inicial de pilares, habilidades e bases tecnológicas. Os pilares que a profissional sugerira eram os recomendados pela Unesco: aprender a ser, aprender a aprender, aprender a conhecer e aprender a fazer. A partir da definição dos pilares, adaptada para a incubação, a equipe começou a pensar em que habilidades faziam parte de cada pilar. E, por sua vez, definidas as habilidades, as bases tecnológicas seriam as técnicas para trabalhar aquelas habilidades.

Era um primeiro caminho. O movimento inicial de descrição das atividades da incubadora fora suspenso para elaboração desse material. O processo, no entanto, foi ficando cada vez mais complicado. Além da complexidade exigida para a proposta, a equipe se questionava também se aqueles pilares eram válidos para o que a incubadora se propunha fazer. O resultado foi que a incubação continuou acontecendo, (independentemente da escolha metodológica) e, ao longo do tempo, esses pilares foram sendo abandonados. Preparou-se um caderno em que a Ong apresentava sua missão, visão, os objetivos e as linhas de atuação (que não diziam respeito apenas à incubação, mas ao fomento da economia solidária e outros). Os pilares, abandonados na prática da incubadora algum tempo depois, também entraram nesse caderno, compondo uma complexa proposta metodológica.

O ano seguinte foi um ano em que a equipe foi mais uma vez modificada, entrando então, novos estagiários da universidade. Foi um ano em que teve início uma parceria mais constante com a universidade e maior presença de estagiários em supervisão. A demanda de grupos aumentou um pouco mais. A Ong intensificou sua participação nas reuniões externas de economia solidária no município, como o GTRS (Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos) e as reuniões para preparação dos fóruns e encontros municipais de economia solidária. Uma maior aproximação com as outras duas entidades de apoio a empreendimentos solidários acontece.

É o ano de eleições municipais e a preocupação, de todos os envolvidos com a economia solidária em Campinas, é de que o novo governo não dê tanto apoio aos empreendimentos, como já vinha acontecendo anteriormente. Para solucionar o problema, são feitas inúmeras reuniões com os candidatos a prefeitura para falar da necessidade do apoio. Quando tem início a nova gestão, a economia solidária continua sendo frente de atuação. No entanto, o programa de economia solidária é realocado para uma nova secretaria, que une a assistência social com a secretaria de desenvolvimento econômico, dando origem a Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS).

No fim de 2004, a equipe resolve fazer um encontro de planejamento das ações para o ano seguinte. Nesse encontro, com duração de dois dias, fala-se sobre as linhas de atuação da incubadora, o recente projeto de patrocínio aceito por uma empresa brasileira, discute-se o conceito de incubação e se faz uma auto-avaliação da equipe pela equipe e do trabalho da equipe pelos empreendimentos e gestão pública. Nessa avaliação, fica claro que a necessidade de definição de uma metodologia permanece. Os empreendimentos avaliam positivamente o trabalho da Ong, mas apontam falhas em alguns momentos. A prefeitura também avalia positivamente a equipe, por sua vez, sente necessidade de elaborar um novo acordo com os empreendimentos, baseando-se nas discussões sobre os problemas cotidianos da incubação. O Plano Personalizado de Incubação (PPI), elaborado por parte da equipe, é apresentado e decide-se levá-lo para discussão com os grupos.

Em 2005, com a equipe novamente modificada – restando apenas duas pessoas da fase inicial/ 2001 – inicia-se uma série de encontros entre a equipe para discussão de textos sobre educação. Os autores escolhidos para pensar a incubação são Paulo Freire e Edgar Morin. Nessas reuniões, que se dão no primeiro semestre, a incubadora decide

que a avaliação dos grupos deve ser feita semanalmente e que o PPI é um instrumento que deve ser planejado com antecedência, mas não deve ser rígido. Temas como paciência, coerência, participação, autogestão, economia solidária, etc., são abordados nesses encontros, porém de forma muito incipiente ainda. O processo de reflexão sobre a incubação se inicia, em forma de debate sobre o cotidiano. Em função do patrocínio da empresa, a estrutura organizacional da incubadora é reformulada. Até aquele momento, havia uma equipe que fazia a incubação, e dentro da equipe, algumas pessoas faziam mais que a incubação, como a administração e a comunicação da incubadora. No entanto, todos eram chamados “agentes de campo”. A reformulação prevê uma delimitação de papéis: um setor de comunicação, um setor administrativo e um grupo que faria a incubação, formado pelos agentes de campo.

A discussão sobre a incubação também começa a fazer parte dos debates nas reuniões de preparação do fórum municipal (COMEX). Com representação nessa reunião, a incubadora começa a trazer as discussões que são feitas para dentro da equipe. Ao mesmo tempo, uma maior aproximação com as outras duas incubadoras da região começa a acontecer e propicia o conhecimento de novas formas de fazer a incubação, o que fornece, minimamente, um critério de comparação e de definição da busca por um modelo próprio de fazer. Além disso, uma outra reunião começa a acontecer: a reunião da associação das cooperativas de triagem de materiais recicláveis (ACOOOP). Ambas serão abordadas mais especificamente à frente.

No segundo semestre de 2005, nas “reuniões do comitê”, que acontecem desde o início da incubadora, na qual a equipe comenta os acontecimentos da semana e reflete sobre as ações seguintes, inicia-se um processo de profunda reflexão sobre o papel da incubação, os objetivos da incubadora, os dilemas que a equipe vive no cotidiano, etc. É nesse momento que começo a participar das reuniões, como pesquisadora, para conversar sobre a incubação.

Reunião de “Formação de agentes”:

Essa reunião surgiu na incubadora e tinha por objetivo criar um espaço de conversa entre cooperados, de diferentes cooperativas, para pensar no papel do representante nas grandes reuniões. Percebia-se que os empreendimentos participavam dessas grandes reuniões semanalmente, mas tinham dificuldade de representar os

interesses do seu grupo nelas. Portanto, a formação de agentes acontecia uma hora antes de cada reunião geral dos empreendimentos. Eram compostas apenas por membros de cooperativas em processo de incubação pelo CRCA e por um membro da equipe, que coordenava. Havia uma hipótese de que dessa reunião poderia se criar um encontro para discussão da incubação e por isso, a incubadora me sugeriu a participação.

Desde o início, a adesão não foi muito grande, mas a participação dos que se dispuseram foi muito interessante. Quase não era necessário falar nada. E aos poucos, os objetivos, inicialmente traçados, foram concretamente se transformando. O espaço tornou-se mais de troca de experiências em economia solidária do que de discussão sobre a representação. Ao mesmo tempo, a idéia não era a de discutir a representatividade superficialmente, mas a partir do quanto cada um dos que estava lá, sentia que representava seu grupo. Isso possibilitou que as pessoas falassem do cotidiano da cooperativa e, conseqüentemente, a troca, a ajuda, os conselhos etc, foi acontecendo. Durou aproximadamente um semestre. Em 2006, por falta de presença, a incubadora decidiu finalizar as reuniões.

Depois de um tempo, descobri que a proposta de discutir a representação passava pela troca entre as pessoas. Como não sabia disso durante o processo, tinha a sensação de que o que estávamos conversando não era representação nas reuniões, e sim um compartilhamento de experiências muito rico.

Associação das Cooperativas de Triagem de Materiais Recicláveis – ACOOP

Durante algum tempo, freqüentei a reunião da ACOOP, numa das salas da Casa Santana, lugar onde fica o CRCA. O lugar foi oferecido à associação, uma vez que sua localização era central e o acesso ao transporte coletivo era fácil. A associação foi criada a partir de uma reunião, que acontecia a cada quinze dias, chamada de “reuniões de rede”, das quais eu não participei, mas que buscava pensar em estratégias de venda e compra em rede para as cooperativas de triagem. Em 2005, diante da necessidade das mesmas de saírem da mão dos atravessadores e da precariedade em que se encontravam, o coletivo dessa reunião de rede optou por reunir as cooperativas presentes no sistema de coleta seletiva, para tentar a venda coletiva dos materiais e, conseqüentemente, aumentar seu preço no mercado e poder frente às grandes recicladoras.

A associação foi impulsionada por algumas pessoas de fora das cooperativas, mas que participavam da reunião de rede. Inicialmente, a participação efetiva dos cooperados era pequena, mas aos poucos foi se ampliando para hoje ser composta, exclusivamente, por cooperativas de triagem. Em cada reunião, há pelo menos um representante de cada cooperativa. As reuniões de que participei ocorriam a cada quinze dias nas segundas feiras, intercaladas com as reuniões do grupo de trabalho de resíduos sólidos. Um grande círculo de cadeiras era aberto conforme a quantidade de pessoas presente e, o presidente da associação coordenava o debate, a secretária redigia a ata. Presentes na reunião eram também representantes das incubadoras (um de cada uma, pelo menos), agentes externos ou grupos de apoio das cooperativas. Nunca houve participação de membros da secretaria/prefeitura nessa reunião, a não ser do diretor da coleta seletiva que atuava no Departamento de Limpeza Urbana.

Geralmente, o encontro começava com a escolha ou sugestão das pautas, que se referiam aos acontecimentos da semana que eram do interesse dos empreendimentos. A partir daí, iniciava-se a reunião e as pessoas debatiam o assunto. Em 2005, um assunto que tomou boa parte das reuniões foi o edital para a licitação do novo contrato de limpeza pública municipal, que incluía os empreendimentos como parte do programa de coleta seletiva. O edital, elaborado sem a participação direta dos empreendimentos, era polêmico. Propunha definições que levavam os empreendimentos a se preocuparem com o que iria acontecer. Ao longo do ano, eventos foram realizados com o objetivo de discutir o assunto, como foi o caso do Seminário de Meio Ambiente, em que, pela primeira vez, a proposta do edital foi apresentada para o município. Um outro momento foi a audiência pública sobre o edital, em que as cooperativas também estiveram presentes para tentar debate-lo.

Além dessas preocupações, a associação conversava sobre a queda dos preços dos materiais, a situação precária das cooperativas de triagem, os problemas com a coleta seletiva e com a prefeitura, formas de viabilizar uma venda coletiva dos materiais para aumentar o valor, a grande quantidade de rejeito que vinha junto com o material, e, por vezes, falava-se na incubação. A incubação aparecia, em geral, por conta da presença de membros das incubadoras nessas reuniões. Estes propunham formas de agir, cursos a fazer, etc.

Reuniões, encontros e fóruns de economia solidária:

Refere-se aos encontros de economia solidária, ocorridos em 2005, e nos quais pode estar presente. Os encontros, fóruns e plenárias são realizados ou pela comissão executiva de economia solidária (COMEX), constituída no fórum municipal, ou pela comissão executiva do fórum estadual. As reuniões da COMEX são realizadas às quintas-feiras, quinzenalmente. Participam delas representantes dos empreendimentos, representantes do poder público e das incubadoras. Em 2005, a COMEX conseguiu elaborar um planejamento de ações para a economia solidária em Campinas, baseado nas demandas levantadas nos encontros e fóruns. É uma comissão que busca refletir sobre o movimento de economia solidária ou a viabilidade da economia solidária no município. Executa o que se delibera nos fóruns e encontros. Diferencia-se das outras reuniões por ser um momento em que se busca pensar no movimento, sem separá-lo por segmentos. As ações são para integrar as experiências. Discute-se também a criação de um conselho de economia solidária e a lei dos 20%, que vai permitir que 20% dos serviços prestados para a prefeitura sejam feitos por empreendimentos solidários.

A seguir, a forma como organizei as conversas. A divisão foi feita para permitir uma melhor visualização dos diferentes espaços de produção de sentidos da incubação:

LUGAR	REUNIÕES	PARTICIPANTES
INCUBADORA	Reuniões de comitê da incubadora	Membros da equipe de incubação
EMPREENHIMENTOS	<p>1. Reuniões de formação de agentes</p> <p>2. Reuniões da ACOOP</p>	<p>1. Alguns dos empreendimentos incubados pela incubadora</p> <p>2. Representantes dos empreendimentos, das incubadoras e do DLU.</p>
REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	Encontros e fóruns de economia solidária no município e no estado de São Paulo	Participantes da rede: incubadoras, empreendimentos, gestores públicos e grupos de apoio.

**INCUBADORA: QUESTÕES DAS REUNIÕES DE
COMITÊ**

Apresento agora, já em forma de questões, temas ou dilemas, algumas das conversas em reunião que participei durante a pesquisa. O período onde as reuniões ocorrem e o cenário onde as conversas sobre os temas acontecem será explicitado no decorrer do relato. As letras em negrito indicam a perspectiva adotada em relação ao tema, do modo como a compreendi. Em itálico estão as minhas observações do processo. Aparecem questões ligadas às ações da incubadora nos empreendimentos e, por outro lado, questões ligadas ao processo organizativo da equipe, sua dinâmica. Essa é uma separação meramente didática, já que se entende que a divisão entre dentro e fora da incubadora é ilusória. O dentro e o fora são partes do mesmo processo social de produção do que é o incubar.

Encontro de Planejamento da incubadora: onde se resolve que o planejamento da incubação deveria ser feito junto com as cooperativas

Lembro-me de um encontro de planejamento da incubadora, que se deu no final de 2004, um ano depois de ter iniciado o mestrado. Resolvi que queria apresentar para a equipe meu tema de pesquisa e preparei um material falando de alguns pontos de vista sobre a incubação. Sabia que seria uma tarefa complicada, porque já vinha sentindo que havia dificuldades em falarmos sobre isso dentro da incubadora. Por outro lado, o questionamento da incubação vinha sendo feito desde quando iniciamos o processo de construção da metodologia, no início desse mesmo ano. Apresentei o que tinha preparado e por alguns minutos, ninguém falava nada. Acredito que aquele momento deve ter feito sentido para alguns, em função do que estávamos vivendo no nosso cotidiano, mas ainda era difícil refletir mais criticamente sobre a incubação. Algumas das falas foram algo como: **“Mas nós não utilizamos a palavra incubadora para nos referirmos a nos mesmos, só em apresentações para fora.”**; **“Precisamos conceituar melhor nosso trabalho”**; **“nosso trabalho nasceu de uma experiência de trabalho com comunidades acumulada”**. Por outro lado, também apareceram questões como **a importância da troca de saberes na educação; o que significa quando não conseguimos atingir as cooperativas (não conseguimos instigá-los a economia solidária como deveríamos); na sensibilidade para saber quando se deve intervir e quando não se deve (se intervém ou se fica passivo diante da situação?), etc.** Sem conclusões, fechamos a discussão e passamos a outra, concordando apenas que

precisávamos rever nossa prática. E, na hora que fizemos o planejamento anual, foi colocada a necessidade de que o planejamento da incubação fosse feito com as cooperativas, num processo mais democrático, o que foi aceito por toda a equipe.

Esse foi um momento em que a incubadora, depois de ouvir a problematização que eu propusera sobre a incubação e seu sentido etimológico bem como os efeitos de sua prática no cotidiano do empreendimento, mas também depois de escutar a avaliação dos empreendimentos e gestão pública sobre a sua atuação, decide começar o ano de maneira mais aberta, levando aos grupos as propostas de trabalho para serem debatidas.

O “Plano Personalizado de Incubação”: início de uma organização da incubação a partir das demandas específicas de cada grupo:

Como havia sido combinado no encontro de planejamento, era preciso se debruçar sobre a revisão do caderno de metodologia. A equipe decidiu começar a traçar os “Planos Personalizados de Incubação” (P.P.I.s), que eram um planejamento das atividades de incubação específicas para cada empreendimento. Tal idéia nascera da percepção, que acompanhava a incubadora desde o início dos trabalhos, da necessidade de traçar um programa para os grupos, tendo em vista as particularidades de cada um. Para explicar melhor o que seria um P.P.I, num dos seminários sobre a economia solidária organizados pela incubadora, numa universidade da região, um dos integrantes da equipe apresenta a idéia: **“... falou de nossa metodologia de incubação, apresentando o P.P.I. (Plano Personalizado de Incubação), que é um programa elaborado para e com cada cooperativa especificamente para o semestre, sendo avaliada continuamente. Disse também que a incubadora acredita na importância de se avaliar sempre o processo de incubação e citou Paulo Freire, para dizer que a incubadora se baseia nele.”** (*Diário de campo, 28 de maio de 2005*).

O P.P.I traduzia um desejo de planejamento de atividades mais sistemático que faltava à incubadora. A forma como é apresentado o PPI nesse encontro também traduz o início de uma abertura da incubadora à possibilidade de abrir o debate sobre a incubação com os empreendimentos, maiores interessados. Basear-se em Paulo Freire significava essa abertura. Apesar de estarmos há pouco tempo lendo uma obra do autor, ainda assim a incubadora quis levar a idéia para debate sobre a incubação com outras incubadoras. O P.P.I. seria proposto, levado à discussão e, se fosse preciso, seria

novamente reformulado. A sua avaliação se daria semestralmente, de forma quantitativa e qualitativa, para a partir daí, ser novamente, adaptado às demandas de cada grupo. No entanto, a forma de avaliação ainda era complexa para que fosse aplicada. Ao longo do tempo, o P.P.I foi deixando seu caráter institucional, para ir se fazendo no cotidiano da equipe dos agentes de campo, que se reuniam mais de uma vez por semana para debater, planejar e avaliar o trabalho nos grupos. Personalizar a incubação é uma forma de atender às demandas específicas de cada grupo e não cair na universalização do conteúdo.

A incubação

Falávamos sobre a o acordo da incubadora com as cooperativas, do contrato que seria travado com cada grupo sobre o que iriam fazer juntos (incubadora e cooperativa), que daria início a idéia do planejamento das ações da incubadora com os grupos. Um dos membros da equipe estava redigindo um documento falando sobre a isto e pediu que eu lesse, já me avisando que eu ficaria surpresa. Era um texto que falava que uma das tarefas da incubadora era a de formação das pessoas, mediada pela equipe de campo, para o cooperativismo, para a solidariedade, etc. É a lógica da incubação de cooperativas: formar pessoas para trabalharem dentro da proposta da economia solidária.

Enquanto lia pensava “*que ninguém perguntou para essas pessoas se é isso que elas querem fazer ou se estão na economia solidária apenas por uma necessidade de sobreviver. E ainda, mesmo que se admita que é possível formar para o cooperativismo (no caso da incubadora acreditar nisso), como se faz essa formação se não for a partir de uma construção coletiva, já que a economia solidária pressupõe a autogestão? O conteúdo do que será essa formação é definido dentro da incubadora, em reuniões de equipe, das quais só participam os trabalhadores da incubadora, mesmo que os agentes de campo façam essa mediação entre o que o grupo quer e o que a incubadora quer. Ainda assim, como fica o grupo e suas percepções dessa formação, onde ficam? O que a incubadora vai fazer com tudo isto que está fora das reuniões de equipe? E a avaliação da equipe sobre os conteúdos necessários se baseia em que critérios: nos critérios da especialidade de cada monitor e do que acham que é o melhor ou na perspectiva do que a cooperativa acha que é melhor, ou ainda, na negociação de*

ambas as partes sobre o que é o melhor? Como é feita essa negociação?” Diário de campo, 10 de junho de 2005).

Começamos a conversar sobre o texto e ele me disse que **“não podíamos negar nosso conhecimento, que era uma relação de troca, e que as reuniões de comitê eram institucionais. Eu também disse que não estava propondo a anulação de um conhecimento pelo outro, mas que se prestasse mais atenção ao cotidiano, e que não apenas o levasse em consideração na hora de planejar, mas que ele fosse incorporado à prática da incubadora... é bem diferente, no meu ponto de vista. Durante o tempo em que trabalhei na incubadora, ouvi várias vezes que o conhecimento das cooperativas era levado em consideração ou mesmo respeitado. O que lhe disse era que respeitar apenas não é suficiente, é preciso apreendê-lo, torna-lo útil aos momentos em que se planejam os passos da incubação. Conversamos um tempo ainda e tive que ir embora”**. (Diário de campo, 10 de junho de 2005).

Sendo as relações de comitê institucionais, é preciso saber quem pode ou não participar delas, delimitar os papéis. Não há a possibilidade dos papéis de quem incuba e de quem é incubado se **misturarem** nessa incubadora. Senão, não seria mais uma incubadora e sim, alguma outra coisa. O planejamento com os grupos deve ser feito, mas deve-se levar em conta que existem profissionais que estudaram e que podem ajudar o grupo a se consolidar.

As discussões sobre autores da educação, Paulo Freire e Edgar Morin, acontecem, suavemente, na incubadora. É uma das primeiras tentativas de se debruçar sobre autores para pensar a ação. Ainda assim, o processo de reflexão sobre o que é a incubação para esta incubadora está fazendo com que surjam tentativas de produção do início de uma metodologia. Aqui, as equipes de trabalho da incubadora já estão subdivididas entre agentes de campo, comunicação e administração. As reuniões entre os agentes de campo estão acontecendo semanalmente e parece que são momentos ricos em que se debate o assunto. O que ele me mostra é resultado dessa discussão. Infelizmente não pude participar desses momentos porque tinha aula no mestrado.

A **troca** é enfatizada nessa conversa, mas não apenas. Também em outros momentos ela começa a aparecer como uma palavra importante. Troca enquanto respeito ao conhecimento presente nas cooperativas. O cotidiano da incubação não se dá apenas através de propostas de atividades levadas pela incubadora para o grupo. É

comum a equipe de incubação chegar na cooperativa e ter que, junto com o grupo, trabalhar um outro aspecto, mais imediato, baseado em problemas ocorridos durante o período entre uma incubação e outra. O processo é negociado.

Ao se referir à troca como característica da incubação parece importante saber que conhecimentos, informações, afetos, sentidos estão implícitos nessa ação. A incubadora troca o conhecimento dela com o grupo pelo quê? Troca implica em negociar aspectos, sejam eles físicos, materiais ou sociais, como os conhecimentos.

Economia solidária ou geração de renda?

Uma outra questão que aparece em vários momentos é a maneira como a incubadora lida com a possibilidade de que as pessoas estejam participando de cooperativas para resolverem o problema emergencial, porém não menos importante, da falta de empregos para todos, ou melhor, da imediata necessidade de geração de renda. A equipe se depara com situações que indicam que as pessoas não estão nos empreendimentos em função da autogestão e da solidariedade, e sim, da renda que poderão extrair daquele trabalho. Ao mesmo tempo em que o cooperativismo é onde a incubadora vai buscar, em seus primórdios, as ferramentas para sua atuação junto aos grupos, este parece mais ligado a um projeto de geração de renda do que a um projeto mais político. Não diria que o fato das cooperativas estarem preocupadas mais com a renda do que com a economia solidária parecia algo frustrante para a equipe. O que consegui perceber é que a confusão em torno do assunto era grande e, aos poucos, a partir da constatação da precariedade dos empreendimentos, os aspectos que realmente preocupam a incubadora começaram a aparecer. E não era a economia solidária que aparece nessas preocupações, mas a possibilidade de vida mais digna para as pessoas dos empreendimentos.

As cooperativas de triagem de materiais recicláveis são as que mais causam essa preocupação. A maioria dos grupos já está em incubação há algum tempo, o que faria supor que estariam bem estruturados, gerando renda e praticando a economia solidária. No entanto, o que acontece é que os empreendimentos não estão estruturados, sua renda não é considerada pela incubadora como suficiente e as dificuldades de administração, gestão, etc. Isso não significa que a responsabilidade pela estruturação da cooperativa seja da incubadora. Na verdade, quem se compromete a fornecer essa estrutura básica é

a prefeitura, através da secretaria. A princípio, o papel da estruturação não parece fazer parte da incubação.

Uma pesquisa feita pela equipe revela que a renda dos cooperados, dependendo da cooperativa e do processo produtivo de cada uma, não vai muito além dos 400 reais. Há problemas sérios de estrutura e de produção que precisam ser solucionados. Especialmente no que diz respeito ao lugar onde se faz a triagem dos materiais, ao baixo preço que é pago nos materiais pelos atravessadores e às questões ligadas a saúde, moradia, educação dos cooperados.

Numa das últimas reuniões que acompanhei na incubadora em 2005, – reunião tensa, a equipe começava a fazer uma autocrítica – falávamos sobre a opção da incubadora pela economia solidária. Uma pessoa nos pergunta algo parecido com isso: **“Há uma suposição de que a gente aceita (a economia solidária), mas o que as pessoas (dos empreendimentos) aceitam: a ideologia ou a oportunidade?”**.

Há uma suposição de que a incubadora adotou a economia solidária como eixo de ação, não há uma certeza ainda de que é isso que a equipe deseja. A economia solidária como ferramenta para geração de renda, sim. A economia solidária como movimento político de transformação social, não era possível saber naquele momento. A pergunta sugere que é necessário, antes de pensar no que se deseja para os empreendimentos, pensar no que a incubadora acredita. O que é que a equipe quer incubar: a economia solidária ou a geração de renda? (*Diário de campo, 03 de outubro de 2005*).

Para outro membro da equipe, **“podemos estar colocando a vida dessas pessoas em risco com nosso sonho, porque elas estão vivendo em situações muito ruins”**. A construção da autonomia parece ser um desejo apenas da incubadora. É um sonho da equipe que pode não estar permitindo um olhar mais aguçado para os grupos e para os aspectos em que, realmente, é possível contribuir. As pessoas estão trabalhando em condições muito precárias. O que importa agora não é a economia solidária, mas essas condições. Isso não significa necessariamente uma atuação assistencialista, dependendo de como for encaminhada.

“Há problemas concretos para resolver. É preciso ouvir para saber o que estão solicitando e isso vai muito pelo lado material.” A incubadora parece estar se inserindo num campo que tem questões que vão além da proposta da economia solidária.

Ao mesmo tempo, outra pessoa pergunta: **“É ouvir os grupos ou ouvir a gente? O que eu tenho de valores para trabalhar junto com as cooperativas?”**. Mais uma vez fica claro que é ilusória a separação entre o dentro e o fora da incubadora, sua atuação e seus sentidos. É preciso refletir sobre os sentidos da economia solidária e da incubação para a equipe. É preciso buscar uma definição de si próprio antes de definir o que será a atuação. Reflexão e atuação se fazem uma à outra.

A incubadora pergunta-se sobre qual é a sua prioridade: a economia solidária ou o empreendimento.

Articulação dos recursos existentes para auxiliar os empreendimentos:

Diante dos problemas de estruturação dos empreendimentos, a ação da incubadora se volta muito para a articulação de recursos físicos e sociais. A necessidade de ver os grupos numa situação melhor faz com que algumas reuniões sejam conversas sobre como ir atrás de materiais e pessoas que possam ajudar nesse processo. Discute-se quase tudo que é preciso para a estruturação do empreendimento: contato com pessoas para ajudar na construção do barracão, onde arrumar telha, alambrado, pessoas para ajudar a erguer o barracão, reuniões com empresas e prefeitura para financiamento dessas construções, etc.

“Também estão tentando organizar a produção. Sobre a construção do barracão, soubemos que a AR que ia oferecer a mão de obra, já não poderá mais. O orçamento que virá da prefeitura para o barracão também não contempla a mão de obra. Alguém diz que as pessoas lá estão com medo do que vai acontecer quando começar a construção, pois não sabem fazer sozinhos. Foi sugerido que a cooperativa de confecção de blocos ajudasse nessa construção.”(*Diário de campo, 01 de agosto de 2005*).

A equipe media a relação da cooperativa com outros grupos, como a cooperativa de blocos, empresas que possam auxiliar na construção. Conhece engenheiros, arquitetos e outros profissionais que se dispõem a estar junto com o grupo e pensar no projeto. É um conhecimento que o empreendimento teria dificuldades de acessar por si só.

“Alguém fala sobre um grupo que ainda está indefinido. Parece que estão querendo uma cooperativa de confecção de lingerie. Pensaram em ir atrás dos

atacadões de lingerie da cidade, dos preços de máquinas de costura. Ainda não se inscreveram no curso de corte e costura do SESI com isenção de mensalidades. Propuseram fazer mais reuniões por semana, mas estão com dificuldades para o transporte de um lugar para o outro, que é caro” (Diário de campo, 01 de agosto de 2005).

A dificuldade de construir um empreendimento é grande e não passa apenas por questões administrativas. Essas mulheres moram num lugar distante do centro da cidade. Como não sabem costurar, a incubadora acessou uma outra cooperativa de confecção para que elas fossem aprender o ofício. No entanto, essa cooperativa fica em outro bairro e a dificuldade de se locomover até lá é o preço das passagens de ônibus, o tempo que se gasta para fazer isso, etc. Quem está de fora e vê a situação, pode ter a impressão de que a vontade de fazer o empreendimento não é muita, que as pessoas não estão interessadas. A incubadora se divide nas opiniões a esse respeito. A incubação, nesse caso, é um “ajudar” o grupo a pensar por onde poderiam começar o empreendimento.

A equipe passa bastante tempo no mesmo assunto. Anotam telefones, programam encontros, vão atrás das técnicas de referência em cooperativismo da prefeitura, participam de reuniões da intersetorial, etc. De fato é uma grande articulação de recursos para o empreendimento, que teria mais dificuldades de *acesso* caso tentasse fazer sozinho essa busca. A incubadora parece ter mais facilidade de circular por esses espaços do que os empreendimentos. Nem sempre a atuação da incubadora com o empreendimento em busca de sua estruturação, dá certo.

Entre o respeito à autonomia do grupo e a intervenção:

O dilema entre o respeito à autonomia do grupo e a necessidade de intervir aparecem nas reuniões, em vários momentos. O agente de campo vê possíveis soluções para as dificuldades do empreendimento e sabe que, se as propusesse, poderia ajudar o grupo. No entanto, sabe também que existe um limite na sua contribuição. A incubação deve acontecer nas questões que o grupo não consegue fazer sozinho. Sabe que não deve decidir pelo grupo, que tem sua autonomia e seus momentos de decisão próprios. Este movimento pode ser lento, processual e, às vezes, pode não acontecer. Algumas decisões devem ser tomadas com rapidez, senão o empreendimento pode acabar. A

opção por esperar ou não a decisão do grupo tem consequências para o empreendimento e para a relação deste com a incubadora.

Durante um tempo, as reuniões do comitê se iniciavam com a leitura de uma idéia, de um trecho de algum texto interessante ou qualquer outra idéia que pudesse ter a ver com o cotidiano da incubadora. Num desses dias, lemos um texto sobre a paciência e a pergunta.

“A questão trazida era da importância da pergunta como elemento estimulador da discussão nos grupos, sem que exista uma resposta certa ou errada. O problema da legalização das cooperativas é algo que faz pensar no que é certo e no que é errado. Legalmente, é preciso fazer tudo como é exigido. Ao mesmo tempo, sabe-se das dificuldades de conseguir fazer dessa forma num empreendimento que ainda não gera muita renda. Se não fizerem, terão que ficar na informalidade, sem se legalizar e, portanto, sem conseguir alguns contratos que exigem a documentação da cooperativa”.

Impor, exigir que o grupo se legalize é uma possibilidade comentada pela equipe. Seria a “contra-partida” da incubação. Se a cooperativa não se legaliza, a responsabilidade por isso é da incubadora: sim ou não? O que fazer diante dessas questões?

“Um outro ponto levantado na discussão é sobre a paciência necessária nas relações com o grupo: deixar o empreendimento pensar suas próprias respostas e não interferir pode nos levar a “perder” o mesmo. O grupo pode desistir no caminho já que tem urgência em gerar renda. Alguém falou que a incubação é estar no fio da navalha.”

É preciso encontrar o equilíbrio do tempo do grupo e o tempo da incubadora. Perder o grupo significa um fracasso que ninguém deseja ver. A incubadora se responsabiliza pelo sucesso ou não do empreendimento, de forma que faz o possível para que ele não termine. Isso implica, algumas vezes, em ter que assumir posturas decisórias, enfáticas com as pessoas. A incubar é estar no “fio da navalha” entre ser autoritário e não ser autoritário. A frase reúne e descreve perfeitamente o problema. Corre-se o risco, assume-se e reconhece-se a possibilidade de ter que intervir e ter que impor uma ação em relação a ação escolhida pelo grupo. Isso tudo porque a prioridade é que esse grupo não acabe.

“Como ter paciência na educação num mundo que tem respostas certas? Se podemos ajudar, se temos algo a oferecer, o que faremos com isso? E a troca? Muitas vezes, os empreendimentos não concordam com o que a incubadora diz. Então por que não falam?”(Diário de campo, 01 de agosto de 2005).

Assume-se que algumas respostas já existem, a idéia de paciência faz sentido. É preciso ter paciência, esperar, sem pressa, pelo grupo. Mas a incubadora pode se anular ao esperar. Se existe uma saída, como falar dela para as pessoas parece ser a questão. Não se trata de não falar, de se omitir, de negar uma possibilidade, mas do como sugerir, do como indicar.

Uma outra questão aparece: a idéia de respeitar a autonomia do grupo dá a impressão de que a ação da incubadora vai sempre no sentido de se impor sobre os outros, de ocupar um lugar que não lhe pertence, etc. Nas reuniões, sempre que podia levantava a questão da autonomia com a equipe, já que esse era um aspecto que me incomodava. E, geralmente, a pergunta que me faziam era se essa idéia não levava a crer que o grupo era um conjunto de pessoas que não reagia ou pensava a respeito da proposta. Ora, se o grupo não concorda que expresse isso. Mas as pessoas não fazem isso, pelo menos, não diretamente. O que quer dizer então, respeitar a autonomia do grupo?

E novamente, a dúvida:

“O que é essa incubação? Assumir tudo do grupo ou é outra coisa? Temos coisas para ensinar e para aprender. É hipócrita dizer que a B. (cooperativa) sabe administrar um negócio. A cooperativa é uma coisa e a incubadora é outra: cooperativa mais incubadora forma um sistema. Como é essa fronteira da autonomia?” (*Diário de campo, 03 de outubro de 2005*).

Seria a fronteira do “fio da navalha”? A fronteira do cotidiano, do pensar junto sobre o problema? É possível acontecer isso na incubação?

A precariedade dos empreendimentos:

Diante da falta de estrutura das cooperativas, a dificuldade de incubar grupos é grande e, em alguns casos, a incubadora começa a se perguntar sobre o quanto vale a pena manter grupos nessas condições, baseando-se num sentimento de não querer mais ser conivente com tais situações.

Saúde:

Um cooperado faleceu. Teve um enfarto. Alguns dias antes sentira os sintomas típicos do problema e foi a um médico, que lhe disse para ficar de repouso, pois estava estressado. Ele não seguiu as orientações do médico. Nessa cooperativa as condições de trabalho e de vida das pessoas é preocupante. Na época, estudava-se uma maneira de organizar melhor o processo produtivo das mulheres, que ficavam na triagem dos materiais e dos homens, no carregamento dos bags de material. Além disso, o local onde o pequeno barracão fora erguido era inadequado. Esse cooperado já reclamava desses problemas de saúde antes disso, assim como outras pessoas. Após o falecimento, a cooperativa ficou muito sensibilizada com a questão e com medo. A incubadora, da mesma forma, teve como pauta de discussão o problema (que não se restringia apenas àquela cooperativa).

“Há uma preocupação com a saúde das pessoas lá. Alguém fala que seria melhor se todos fizessem um check-up médico. Talvez fosse interessante programar a ida de um cooperado por semana no médico. As condições de trabalho na cooperativa podem estar gerando muito desgaste neles. É importante irem ao médico. Não utilizam os equipamentos de segurança. Está muito difícil de negociar isso com eles. Alguém sugere que se leve o programa “Saúde e cidadania” para lá. No entanto, o agente responsável pelo grupo questiona o conceito de saúde adotado nesse programa: de prevenção às doenças ou de qualidade de vida. Antes de propor qualquer coisa é preciso pensar no que a incubadora acredita que é melhor: se é prevenir e remediar as doenças ou se é buscar a qualidade de vida das pessoas. Haverá uma atividade pós-falecimento dele na cooperativa. Alguém sugere que por estarem mais suscetíveis ao cuidado agora, talvez seja a hora pra falar dessas coisas (não das doenças, mas de uma reflexão em torno da vida).”
(*Diário de campo, 08 de agosto de 2005*).

A questão do programa “Saúde e Cidadania” é que este foi um projeto elaborado não por toda a equipe, mas parte dela. A pergunta do agente de campo se referia ao fato de que, antes de qualquer proposta desse tipo, é preciso que a incubadora faça uma discussão mais ampla do que entende por saúde. Caso o contrário, poderão levar uma série de noções naturalizadas do que é ser “saudável”, como as questões de higiene, de prevenção, de segurança no trabalho, etc, que podem não fazer sentido para as pessoas. A sugestão sobre pensar em qualidade de vida tem implícita a possibilidade de que a

discussão sobre a saúde baseie-se em critérios locais, do que as pessoas consideram importante considerar.

A morte do C. leva a equipe a refletir sobre possíveis ações diante dos outros casos existentes. E leva mais adiante, a uma reflexão sobre o quanto a própria incubadora está sendo conivente com as condições precárias de trabalho e de vidas nesses empreendimentos. A cooperativa está o tempo todo tendo que lidar com problemas imediatos decorrentes das condições em que as pessoas vivem. Precisa pensar na sua sobrevivência. A incubadora se depara com essas questões e vai percebendo que não pode ficar passiva diante disso, que tem responsabilidades com o grupo.

Assim, surgem medidas como levar as pessoas uma a uma no médico, já que por conta própria isso não acontece. **“Não é apenas encaminhar para o médico, tem que acompanhar porque as pessoas não entendem o que o médico diz!”** Alguém fala que **“não é por isso, mas sim pra poder estar próximo delas nesse momento”**. E começamos a falar sobre a linguagem que os médicos utilizam diante das pessoas. (*Diário de campo, 08 de agosto de 2005*).

Novamente a questão do acesso aparece. As pessoas não vão sozinhas ao médico por vários motivos, dentre eles a falta de compreensão do que os médicos dizem. É um problema real. Além disso, outros como falta de tempo, fila de espera, impossibilidade para fazer o que o médico solicita (como foi o caso do cooperado que precisava repousar), transporte, problemas de abono de falta na cooperativa, etc. O que faz a incubadora diante disso, a não ser tentar convencê-los da necessidade e ir junto, já que o vínculo entre cooperados e agentes de campo é precioso?

Problemas de relacionamento interpessoal nos empreendimentos:

Os conflitos interpessoais nos empreendimentos tomam boa parte da conversa da incubadora na reunião de equipe. As brigas acontecem com ou sem a presença do agente de campo na cooperativa e, muitas vezes, tornam-se questão para a incubação: o que fazer diante desses problemas? Ora a incubadora interfere, ora fica de fora. A solicitação por parte dos empreendimentos de que esta os ajude, os acompanhe nos momentos difíceis, não é recente. A história da incubadora sempre manteve a relação de

ajuda diante dos problemas interpessoais, ainda que houvesse controvérsias em relação ao que fazer. No início, a interferência da incubadora era grande. Era muita confusão por causa dos conflitos entre as pessoas. Fizemos grupos de conversa entre cooperados, intervimos em brigas, elaboramos o regimento interno para tentar definir junto com os grupos as regras de trabalho e convivência, etc.

Atualmente, a incubadora parece agir um pouco diferente, mas ainda preocupada com os problemas. Numa reunião que falávamos sobre um caso desses, em que algumas pessoas de um empreendimento gastava boa parte do seu tempo de trabalho brigando entre si, a equipe resolve não dar tanta atenção ao caso, isolando o problema, não o deixando permear a incubação. É uma maneira de não tornar o problema maior do que já é. A expressão ‘blindar’ é usada no sentido de não deixar que o problema interfira na incubação, não dando a atenção solicitada. Não significa reprimir, mas não se preocupar tanto.

“Ainda sobre os problemas de relacionamento por causa do trabalho, a equipe decidiu “blindar”, não deixar que elas tomem uma dimensão muito maior nas reuniões. Um outro problema é que a cooperativa quer trabalhar dois períodos, mas poderia trabalhar apenas um, diante da quantidade de material que tem e diante dos problemas de relacionamento, já que não gostam de ficar juntos. Alguém diz que conflitos existem e que precisamos saber de onde eles vêm.”(*Diário de campo, 01 de agosto de 2005*).

A decisão tem de não dar atenção ao conflito tem a ver com a percepção de que, muitas vezes, quando a incubadora enfatiza o problema, ele aumenta, ao invés de diminuir. Outro aspecto disso é o fato de que, mesmo que a cooperativa solicite ajuda nesses casos, algumas coisas não são problemas da incubadora, mas do grupo. É comum que as pessoas depositem na incubadora um papel de conciliação dos problemas. Muitas vezes até esperam a presença da mesma na semana seguinte para resolver a questão. Outras vezes já telefona para a incubadora solicitando visitas urgentes. Uma postura adotada diante disso é não atender a solicitação, para que o grupo consiga resolver sozinho o problema. Outras vezes, o problema é realmente grave e a incubadora interfere.

Numa outra situação, um cooperado que briga com todo mundo no trabalho, arruma confusão e atrapalha os outros. **“A incubadora não sabe mais o que fazer com isso. A cooperativa também não faz nada. Ninguém do grupo tem coragem de dizer**

que ele provoca situações ruins e ninguém decide nada. A incubadora não pode tomar a decisão pela cooperativa, mas tem que se posicionar já que o contrato feito com a empresa onde eles coletam está assinado não pela cooperativa, mas pela incubadora, que se coloca como responsável pelo trabalho deles. Assim, o problema que é da cooperativa acabou virando o problema da incubadora. (*Diário de campo, 08 de agosto de 2005*).

Momento de autocrítica da incubadora:

Em outubro de 2005, depois dos grandes problemas da organização serem deflagrados e colocados em debate em reuniões incansáveis, reconhece-se que é preciso repensar a atuação. Chega-se à conclusão de que era hora de falar menos dos empreendimentos e passar a fazer a autocrítica, buscando novas possibilidades de ação. Para começar, era preciso se redefinir enquanto organização. As reuniões do comitê não eram suficientes para aprofundar os problemas trazidos pelos agentes de campo, muitos desses problemas, diretamente ligados ao momento vivido pela incubadora. Em todas as reuniões entrávamos em debates recorrentes a respeito da relação estabelecida com os empreendimentos e de como os empreendimentos viam a incubadora e vice-versa. Ao mesmo tempo em que emergiam questões imediatas dos empreendimentos e nem sempre era possível resolvê-los, também a incubadora aparecia como um lugar que refletia pouco sobre si mesmo. Essas reflexões se davam nos momentos informais da equipe, mas não chegavam a ser, declaradamente, tema das reuniões. Havia uma preocupação com problemas de organização interna da incubadora (que não adotava a autogestão em sua estrutura organizacional) e parecia não ter muitos consensos a respeito do que gostaria de ser, entre outros aspectos.

Em função da falta de tempo nas reuniões do comitê foi marcada, para o dia 03 de outubro, uma primeira e longa reunião com toda a equipe (inclusive a equipe de finanças e de comunicação que não participavam das reuniões) para discutir essas coisas. A equipe de campo estava extremamente incomodada com a incoerência do trabalho dentro da incubadora.

Foi um momento muito importante porque as pessoas pararam para se escutar. Inicialmente, a atenção se voltou aos empreendimentos e da dificuldade de trabalhar com alguns grupos. Com o desenrolar da reunião, as atenções se voltaram para a própria

equipe e o que cada um desejava do CRCA. E aí começam a aparecer algumas questões que dizem respeito aos dilemas internos da incubadora.

Os problemas vividos dentro da incubadora parecem ter uma relação muito próxima aos problemas enfrentados pelos agentes de campo nas cooperativas (e não aos problemas das cooperativas). Essa constatação foi se dando a partir dessa reunião, quando as pessoas puderam expressar suas idéias a respeito do que acontecia. Se a cooperativa está com problemas, a incubadora também. Era preciso parar e refletir sobre os processos cotidianos daquele lugar. Infelizmente, não consegui registrar muito do que aconteceu na reunião, porque estava muito envolvida com a discussão (já que também me sentia confusa, desde antes, quando comecei a atuar na incubadora). Apenas resgatei alguns pontos e algumas falas que mostram um pouco desse dia:

Alguns pontos surgiram no debate, que durou o dia inteiro: a incubadora tem dificuldades **“de falar do trabalho interno; de reconhecer que ali cada um tem uma definição não compartilhada de economia solidária, de cooperativismo; de não ter realmente um trabalho de construção em grupo e de não saber lidar com esses problemas”**. Perguntas como **“Há solidariedade entre nós?”**. Ou, então, frases do tipo: **“Nós temos que acreditar em algo minimamente”, “É arrogante achar que temos a verdade”** fizeram parte desse momento, entre muitas outras.

2005).

Apesar de estar me referindo a um momento específico em que essas coisas foram ditas, a equipe já vinha sinalizando o desejo de conversar sobre a dinâmica de organização dentro da incubadora. Esse foi apenas um momento de elaboração dessa questão, que não se resolveu ali, mas vem se resolvendo aos poucos. Este item é apresentado aqui com a intenção de sugerir um olhar para a incubadora enquanto um processo organizativo, como sugerido no capítulo quinto dessa dissertação. São os momentos de debate da equipe que a levam a re-elaborar o sentido da incubação. Refletir sobre os processos internos, olhar para si e para os valores e sentidos para as diferentes pessoas envolvidas nessa construção, significa consequentemente, olhar para os empreendimentos. Uma coisa não exclui a outra, mas obedece a uma ordem: primeiro é preciso olhar para si e depois para o outro. Assim é possível negociar, sabendo o que está em jogo nessa relação, tendo clareza dos próprios limites e das possibilidades de contribuição, que não podem ser negadas.

Quando a incubadora tiver se definido minimamente, saberá por onde quer ir e o que precisa fazer para alcançar isso. Naquele momento, não avançar em novas frentes de trabalho, como deseja a prefeitura (que pediu que a incubadora incubasse outros grupos) para que os que já estão em incubação sejam fortalecidos. É uma decisão coerente com as discussões que se deram ao longo do semestre.

AS QUESTÕES DOS EMPREENDIMENTOS NAS REUNIÕES

2005 foi o ano da organização da Associação das cooperativas de triagem de materiais recicláveis (ACOOOP) e por isso, as reuniões eram quinzenais, na Casa Santana. Participou dessas reuniões o grupo de pessoas eleitos para a diretoria da associação e os demais representantes dos empreendimentos de triagem associados. Além desse momento, a “Formação de agentes”, que acontecia antes de cada reunião da associação ou do GT de resíduos sólidos, foi importante para que eu ouvisse os empreendimentos sobre a incubação. Outros momentos em que os empreendimentos puderam expressar o que pensavam sobre a incubação foram os encontros municipais e o estadual de economia solidária. O tema dessas reuniões não era, necessariamente, a incubação, como no caso da incubadora, portanto, em geral, o assunto era comentado brevemente ou indiretamente. Tentei reunir alguns desses momentos.

Durante todo o ano, as cooperativas de materiais recicláveis viveram momentos de indefinição sobre a sua relação com o poder público municipal. O novo contrato de limpeza urbana estava sendo preparado e a participação das cooperativas na elaboração do edital foi mínima, apesar dos esforços de pessoas da comissão organizadora em dialogar sobre os problemas, para possivelmente, incluí-los no edital. Em maio foi realizado um seminário onde se apresentou ao público em geral o novo edital. Nesse encontro, representantes dos setores interessados no edital se manifestaram. O presidente da associação das cooperativas de reciclagem foi um deles. Em sua fala mencionou a incubação e o que significava para ele:

“Para V., presidente da ACOOP, o papel da incubadora é dar continuidade à educação das cooperativas” (Diário de campo, maio de 2005, Seminário de Meio Ambiente, na prefeitura. Discussão do edital de licitação do limpeza urbana de Campinas).

Uma cooperativa pode incubar a outra?

A comissão organizadora dos fóruns municipais iniciou, em suas reuniões, um debate acerca do papel das incubadoras na economia solidária de Campinas. A partir daí, começaram a levar o debate para âmbito geral, nos encontros, onde a presença dos empreendimentos era maior. Num desses fóruns, apareceu uma idéia que já vinha sendo comentada nas reuniões menores: a de que, quando fosse possível, uma cooperativa

poderia incubar a outra. Para falar isso, partia da idéia de que algumas coisas os empreendimentos sabiam fazer melhor que a incubadora.

“O C. sugeriu, em meio ao debate sobre a incubação, que **“uma cooperativa deveria incubar a outra”**, tendo em vista que algumas coisas a incubadora não sabe fazer. As cooperativas podem se ajudar mutuamente ”(Diário de campo, dia 17 de maio de 2005. 2º Fórum municipal de economia solidária). Neste fórum, esse foi o momento em que a idéia foi verbalizada publicamente pela primeira vez. Já no seguinte, devido à elaboração do planejamento da comissão executiva de economia solidária (COMEX), houve um momento em que se formou um subgrupo para conversar sobre o item **“maior capacitação para as incubadoras”** presente no planejamento. Essa fora uma solicitação que os empreendimentos fizeram no último fórum. A discussão sobre a capacitação das incubadoras passou muito pela profissionalização ou especialização para os segmentos dos empreendimentos.

Nesse subgrupo começa uma discussão sobre a reciclagem e a dificuldade que as incubadoras têm de incubar em segmentos diferentes, como a confecção. A I. diz que tem que ter um profissional da área da costura, design, moda na incubadora para poder ajudá-las nesse aspecto que é o mais importante. **“Não adianta dizer ‘eu estou incubando’ e não saber costurar!”**, diz ela. E diz mais: **“nenhum universitário vai querer aprender a costurar!”**.

A incubação deve ser capaz de responder a uma necessidade de capacitação dentro do campo profissional escolhido, como é o caso da costura, da confecção e da reciclagem. Para aquelas pessoas, naquele momento, os universitários (que compõem as incubadoras) não estariam dispostos a aprender a costurar. Um papel da incubação é dar apoio a essas ações mais específicas do trabalho.

“Todos concordam com ela e alguém diz que é **a cooperativa que tem que fazer essa parte da incubação: uma cooperativa pode ensinar a outra. Uma pessoa de uma cooperativa de outra cidade da região diz que lá elas já fazem isso: vão passando conhecimento que têm para outros”**.

Em alguns lugares isso já é feito. A capacidade de incubar (nesse sentido de fornecer uma capacitação profissional ao outro) existe nas próprias cooperativas, que podem se ajudar também. Alguém diz que para **quem não tem conhecimento de costura é importante que aconteçam cursos, palestras, “é uma nova descoberta”**.

Para esta pessoa, a incubadora tem que considerar que o que o cooperado faz é um gesto de incubação.” (Diário de campo, 16 de agosto de 2005, 3º fórum de economia solidária). Todos concordam com ela.

Numa reunião de formação de agentes em que conversávamos sobre a organização de um encontro entre todos da economia solidária para debater a incubação, novamente o tema retorna:

“Começamos a discutir o assunto da incubação e M. disse que a maioria das cooperativas da incubadora é de reciclagem e que este é um ramo muito específico. Para elas, a **incubadora sabe as coisas, mas às vezes, quem sabe é a cooperativa que está lá trabalhando e ela que deve ensinar à incubadora.** Disse que tem vezes que ficam acanhados de falar pra incubadora isso, mas que é assim que pensam.” (Diário de campo.

Os participantes do empreendimento também fazem gestos de incubação. Isso significa que o incubar ultrapassa as barreiras da incubadora, que o sentido do incubar está presente dentro dos empreendimentos, enquanto uma ação de apoio ao outro, mesmo que seja um apoio em relação a atividade que está sendo desenvolvida.

Espaço para compartilhar experiências:

Foram inúmeros os momentos em que vi acontecer a troca de informações, conselhos, conhecimentos, apoio, etc, entre os empreendimentos. Foram momentos importantes, pois demonstraram a produção e circulação de conhecimentos, dentro dos empreendimentos.

Numa reunião da “formação de agentes”, a conversa foi em torno da convivência do grupo. Uma cooperada, diz que há uma pauta pendente da última reunião, a convivência entre os seres humanos. Não quer “bater de frente” com os colegas na cooperativa. Começamos a conversar sobre isso e algumas idéias surgiram: **“não podemos nos estressar muito nesse trabalho”**; **“temos que ter pessoas que sejam de fora da cooperativa para ajudar”**; **“o grupo, muitas vezes, tem dificuldade de se ver como grupo e lá fora todo mundo já o vê assim, então é preciso tomar cuidado”**; as pessoas ficam falando por trás; **“problema do grupo é do portão pra dentro”**; **“tem cinco pessoas e ainda sai confusão, pensamentos diferentes. “Ser**

cooperativa é difícil”; “o problema é que a gente trabalha por centavos”. (Diário de campo, 28 de julho de 2005, reunião de formação de agentes).

As questões trazidas indicam que o trabalho nas cooperativas não é mais fácil que em outros lugares, muito menos harmônico. A convivência com as pessoas é intensa e as dificuldades das relações se dão a todo o momento. São poucas pessoas e ainda assim, os conflitos existem. Questões como o valor da hora trabalhada, o preço dos materiais, a baixa renda no fim do mês, entre outras coisas são conversadas numa reunião cuja intenção era, a partir dessa troca, pensar a representação.

Meu conhecimento sobre os objetivos maiores da reunião era pouco. Apenas sabia que a idéia era que a conversa entre as pessoas, sobre os problemas nos seus grupos, poderia facilitar a reflexão sobre a presença das representantes nas grandes reuniões. O que, ao longo do tempo, poderia ser uma estratégia para se chegar a algum lugar, foi se revelando, ao meu ver, o próprio lugar a ser alcançado. Já não via mais as conversas entre as pessoas como forma de refletir a representação, mas como fim em si mesmo. As poucas pessoas que iam para a reunião, iam para falar dos problemas do grupo. O tom das conversas não era de fofoca. Desde o início, conversamos sobre o sigilo e a importância de falarmos apenas o que fosse importante para o assunto que se conversava.

Numa outro dia, uma cooperada coordenou a reunião. “Começou apresentando a proposta e dando as boas vindas aos novos participantes. Alguém fala que está com problemas em sua cooperativa, que não dá pra confiar nas pessoas e que não tem fé na cooperativa. Diz que é como se estivessem **“atravessando um rio e no meio do caminho acha que não vale a pena e quer voltar.”** Fala isso em relação às pessoas que resolvem e depois não querem assumir. **Outras pessoas presentes começaram a falar que a cooperativa tem que se organizar como cooperativa, que tem que ter regimento, regras: organizar a produção ou por meta ou por divisão; pensar nas faltas, em como vão fazer as reuniões, separar o fundo de reserva, INSS, legalizar a cooperativa, etc.** Uma cooperada que já está trabalhando numa cooperativa há mais tempo que a maioria conta como foi difícil para entenderem que era preciso separar o fundo de reserva. Só depois de muita conversa é que fizeram isso. E explica como foi. Isso ajuda outra cooperada a pensar em como poderia ser feito **no seu grupo**” (Diário de campo, 15 de agosto de 2005, reunião de formação de agentes).

Esses e outros momentos que se seguiram indicavam uma necessidade de falar sobre os problemas e de buscar soluções entre iguais. Não iguais em termos pessoais, mas por viverem situações parecidas nas cooperativas. Eram momentos de compartilhar experiências de trabalhador para trabalhador, buscar apoio e conselhos junto a esses. Nessas reuniões, eu e um membro da equipe da incubadora, pouco falávamos. Um espaço criado e pensado pela incubadora parecia útil para as pessoas que participaram dela. Ainda que tenha durado pouco tempo, as reuniões que aconteceram foram muito proveitosas.

Uma dos aspectos que sempre me chamavam atenção era a ausência de espaços de encontro entre os empreendimentos. É comum que grupos se reúnam para conversar e se fortalecer, como acontece, por exemplo, na ANTEAG, com os encontros entre os trabalhadores das fábricas recuperadas do país, ou, no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Essas experiências parecem indicar que o estar junto com outros, que vivenciam situações semelhantes, é base para o fortalecimento coletivo do grupo, que passa a descobrir suas demandas e as formas de resolução dos problemas numa amplitude maior. Em Campinas, nunca houve um encontro como esse. No entanto, quando participam nas plenárias, nos fóruns, no encontro estadual e no nacional, as pessoas demonstram necessidade de conversar mais, de conhecer um ao outro, conhecer novas possibilidades de engajamento, de negociação, de estratégias. Esse pequeno momento apontou na mesma direção. Há uma necessidade de encontro. Os encontros podem, inclusive, ajudar na reformulação dos papéis da incubação.

A incubadora deve articular recursos

“No 2º fórum, conversava com duas cooperadas. Uma delas me falou que tem um problema, que é genético na sua família: ninguém aprende a ler e escrever. Disse até que já tinha ido numa universidade local tomar remédio para a memória, mas não tinha adiantado. A outra me contou que queria voltar a estudar, mas achava muito difícil e que a incubadora havia prometido levar um curso de alfabetização para sua cooperativa, mas que ainda não tinha tido o curso. Falou que sua filha mais velha também não aprende matemática e que a professora disse que ela tinha problema. Ela levou a garota na psicóloga, que não conseguiu resolver. Esperava pela alfabetização sem muitas

esperanças de conseguir aprender a ler” (Diário de campo, dia 17 de maio de 2005. 2º Fórum municipal de economia solidária).

A cooperada entende que a incubadora deveria tentar organizar um grupo de alfabetização na cooperativa, já que sugerira. De fato, nesta cooperativa, a discussão sobre a alfabetização tem uma história anterior. Há algum tempo, a incubadora sugeriu montar um grupo para alfabetização, mas não deu certo. Na época não havia ninguém para acompanhar o grupo. Na incubadora ninguém estava preparado para isso. Por outro lado, foram poucos os interessados, na época, em participar. Provavelmente, a idéia foi abandonada e o grupo (ou apenas ela) ficou com a impressão de que a promessa não fora cumprida. A vontade de ser alfabetizada continuou, e segundo ela, esperam por esse curso.

Ainda sobre a alfabetização, muitos acreditam que ela permitirá a o crescimento dos membros das cooperativas dentro do processo de trabalho, maior compreensão do que do que a incubadora fala, das regras, etc. No 3º fórum de economia solidária, a questão da necessidade da alfabetização surge como pauta de discussão num subgrupo, do qual eu participava: “V., de uma cooperativa de triagem, **pergunta se precisa saber ler pra separar material, pois ela acha que na sua cooperativa as pessoas não aprendem a separar por causa disso. Ressalta que já pediu várias vezes para incubadora levar a alfabetização para lá, mas que nunca aconteceu isso. Nessa hora, todos falam que não é preciso saber ler, que separar se aprende separando. Ela relaciona a experiência de alguém do seu grupo que não sabe ler e não separa bem os materiais. As outras mulheres que estavam no subgrupo discordam. Para elas, se a pessoa ainda não aprendeu a separar mesmo depois de estar há cinco anos, então é porque não quer aprender.** Eu disse que ler era importante pra outras coisas mas separar o material dependia de uma prática de separação e não da leitura. A discussão sobre a alfabetização foi muito boa. Todo mundo deu sua opinião, falando o que achava da questão. **Uma cooperada fala que as pessoas aprendem muitas coisas na vida, sem precisar saber ler. Outros disseram que, no caso de alguém não conseguir separar o material, o erro não é da pessoa, mas do grupo, pois quando um erra todos erram junto (os problemas internos da produção da cooperativa)**” (Diário de campo, 16 de agosto de 2005, 3º fórum municipal de economia solidária).

Para essa pessoa, ler e escrever pode ajudar no trabalho dentro da cooperativa. Para outras, ler e escrever tem uma outra importância. E que o problema da pessoa não

estar conseguindo trabalhar direito é do grupo e não deve ser pensado individualmente. Apesar de ser importante, a alfabetização não é condição para que a pessoa aprenda as coisas na vida.

O que se aprende nos cursos não é o que se vive no cotidiano: a romantização da economia solidária

No 2º Fórum de Economia Solidária, nos subgrupo para discussão da incubação, a discussão fica em torno dos cursos. Neste subgrupo estavam presentes algumas cooperadas, eu e mais uma pessoa de uma outra incubadora da cidade. Como estávamos num encontro municipal, as mulheres presentes eram incubadas por outras incubadoras da cidade. Portanto, o que elas falaram diz respeito a cursos que acontecem em todas as incubadoras e não apenas na que é pesquisada aqui. A orientação era para que as pessoas falassem os pontos positivos e negativos da incubação. Depois de conversarmos sobre experiências de incubação que tinham dado errado por conta de problemas específicos, as pessoas começaram a falar que tinham dificuldade de **“colocar em prática” o que era falado nos cursos.**

Fiquei com a impressão de que a teoria que se ensina nos cursos, que é levada para os cursos, está mesmo muito distante da prática das cooperativas. Era como se os cursos estivessem falando de um mundo que ainda não existe, idealizado. **“Elas diziam que no curso parece fácil ser solidário, mas que no cotidiano não é fácil. Acreditando que os problemas poderiam ser resolvidos pela lógica da solidariedade, retornam aos grupos e se deparam com dificuldades para colocar a solidariedade em prática”** (Diário de campo, dia 17 de maio de 2005. 2º Fórum municipal de economia solidária).

Essas mulheres pareciam estar falando de cursos em que são passados conteúdos da economia solidária sem que estes sejam problematizados a partir do cotidiano de trabalho das cooperativas. A romantização da solidariedade piora a situação no grupo, segundo elas, pois é quando vêem que os problemas são mais sérios do que a idéia do “ser solidário” pode resolver. Esse ser solidário parece pressupor harmonia no lugar dos conflitos, o que de fato, não existe num processo organizativo onde as pessoas têm posições, interesses e relações de poder distintas.

Por outro lado, nas reuniões de comitê da incubadora, tive acesso a uma informação importante: uma cooperativa solicitara que o curso básico de cooperativismo fosse feito especialmente para eles, no espaço da própria cooperativa. Em geral, a incubadora faz os cursos básicos de uma ou duas vezes no ano, com a participação de membros de cooperativas diferentes, e na sede da incubadora. No entanto, a nova proposta, aceita pela incubadora, aconteceu e teve bons frutos, segundo os agentes de campo. O curso foi todo elaborado a partir da demanda do grupo, das dificuldades que vinham sentindo em relação ao funcionamento da cooperativa, das relações, etc.

A necessidade de aproximação entre teoria e prática

Quando fui convidada pela incubadora para participar das reuniões de formação de agentes a intenção era a de organizarmos um encontro entre todos para falar sobre a incubação. Eu apreciei muito a idéia e a propus para as pessoas, que, depois de algumas conversas sobre o assunto, preferiram voltar a conversar sobre os problemas do trabalho nas cooperativas. O grupo achou que era precipitado fazer isso e que estava querendo discutir seus problemas antes, entre si. Abaixo, um dos encontros para discutir a incubação:

“Conversando sobre o assunto, M.C. **falou da linguagem da incubadora, que gera conflitos de entendimento na cooperativa.** Citou o caso da administração, de que precisam tirar os 10% para o fundo de reserva e que, quando perguntaram para a incubadora se dava pra comprar uniforme com esse dinheiro e ela disse que sim, algumas pessoas acharam que dava pra comprar coisas de necessidades pessoais e isso criou um problema porque o dinheiro foi gasto e na hora que precisa comprar algo pra cooperativa não tem dinheiro no fundo. **‘A fala da incubadora é formal e a nossa língua é direta!’**”, disse ela.

Apesar de a incubadora ter respondido, o grupo interpretou de outra maneira. Isso gerou confusão entre eles, porque ela entendera o que a incubadora dissera, mas os algumas pessoas não. Acha que a incubadora precisava ser mais clara na sua fala para que esse tipo de situação não ocorra.

Uma outra participante **entreviu**: **“também não é assim, tem que comprar o uniforme na hora certa, quando dá. Sugeriu que, nesse caso, eles precisariam fazer**

uma reunião pra ver como vai ser usado o fundo de reserva. Disse que sua cooperativa já teve muitos problemas com a incubadora, que no início cansou de brigar com um monitor falando que ele chegava lá e dizia o que de achava importante, mas que no dia-a-dia era diferente do que ele via. Falou: “A teoria é uma e a prática é outra!

Há momentos em que o grupo pode decidir o que quer fazer com o dinheiro, coletivamente. É preciso se reunir e pensar nisso, diz essa cooperada, mais experiente. Ser cooperativa é também saber avaliar as prioridades, coletivamente. Na sua experiência percebe que há uma distancia entre o que a incubadora acha que é melhor para a cooperativa e o que é possível. É como se a incubadora, por não ter acesso ao dia-a-dia do grupo, tivesse dificuldade para dizer o que é melhor ou pior. O grupo até concorda com o agente de campo, mas depois não consegue agir a partir do acordo porque teoria e prática são diferentes.

“M. disse que, para incubadora pode parecer que eles vivem brigando a semana inteira, mas que na verdade, brigam na hora da reunião com a incubadora porque durante a semana não acontece isso. Na hora da reunião, aqueles que não entendem e não querem que a cooperativa cresça começam a fazer tumulto. A incubadora fica com uma impressão negativa da cooperativa.” Não é que o grupo não tenha seus problemas cotidianos, brigas. No fundo, a hora da reunião com a incubadora parece ser, para alguns, difícil de compreender. E aí as pessoas fazem tumulto. Ela diz que o fato de as pessoas não estarem interessadas na reunião com a incubadora tem a ver com o desejo de alguns de que o grupo não se desenvolva e também com uma dificuldade de compreensão da linguagem usada.

A C. fala sobre a palavra: **“a incubadora usa uma palavra que as pessoas, que são mais humildes, não entendem. A falta de estudo de muitos prejudica a compreensão e que se não fosse assim, seria mais fácil”**. Novamente, a questão do estudo aparece como importante para a aprendizagem do que é ser cooperativa. É como se, lendo e escrevendo, a pessoa pudesse alcançar a compreensão de outros processos, que hoje não consegue. **Quando ela disse isso, eu falei que achava que a incubadora também precisa se “fazer compreender”**. Parece que a responsabilidade por não compreender o que é falado é da pessoa, unicamente. Mas numa conversa, sempre precisamos nos esforçar para que um mínimo de comunicação aconteça. Mesmo assim, a alfabetização continua sendo um aspecto importante.

Elas disseram que a incubadora tem a teoria e a cooperativa tem a prática e que precisamos unir essas duas coisas. Falei que a teoria só era válida se fosse coerente com a prática delas e elas me alertaram da importância da teoria, para eu não desvalorizar o conhecimento da incubadora. **Foi importante ter a incubadora por perto no início, senão seriam só prática, não teriam barracão, não estariam na coleta, seriam clandestinos e talvez nem existissem mais, pois a prefeitura teria fechado seu lugar de trabalho.**

Entendi como um alerta de que é importante essa aliança e que agora ela precisava ser repensada. **Para C., a prática é o dia a dia do trabalho na cooperativa.** Falamos um pouco mais sobre isso e ficamos de pensar em como organizar o nosso encontro com os cooperados e com a incubadora para que todos se sintam à vontade para falar sobre a teoria e a prática.

O alerta delas da importância do apoio da incubadora nos primeiros momentos é interessante. Revela que, a partir de um impulso dado, foi possível um certo reconhecimento, uma certa legitimação. Sozinhos eram clandestinos. Com a aliança com a incubadora, isso foi revertido em uma existência. Têm o barracão, fazem parte do programa de coleta seletiva, entre outras vantagens que a incubação oferece. Tem grupos que não são incubados e logo acabam. Com elas foi diferente. A questão então, não está em descobrir quem está certo e quem está errado: a incubadora ou a cooperativa, mas em como fazer essa aproximação de forma que todos saiam ganhando. É preciso se aproximar do cotidiano.

Incubar a Associação

Houve um momento nas reuniões da ACOOP que uma monitora de uma outra incubadora foi apresentar aos cooperados o plano de incubação da associação que tinha sido elaborado por eles. Seu objetivo era saber o que as pessoas tinham achado da proposta, já dizendo que depois de legalizada, a associação teria que se reunir mais vezes, de acordo com os conselhos fiscal e administrativo. Os participantes da reunião se assustaram com a fala dela e começaram a se manifestar: uns contra, uns a favor e outros sem entender o que estava acontecendo. Alguns não estavam sequer sabendo que esta incubadora incubaria a associação (algo que já vinha sendo comentado brevemente em outras reuniões). O grande problema foi quando ela disse que eles teriam que

incubar e que já tinham colocado a associação no plano de financiamento, e que, portanto, receberiam bolsas para fazer aquele trabalho. As pessoas, que já vinham sentindo a falta de investimento da prefeitura nas cooperativas, reclamaram, achando que a secretaria a que ela se referia era a secretaria municipal e não a SENAES.

Ela precisou se explicar melhor, alguns cooperados não concordaram com a idéia e diziam que sequer sabiam que a associação precisava ser incubada. Outras explicavam que talvez fosse importante, já que as reclamações sobre a maneira da associação funcionar estavam sendo constantes nas últimas reuniões. Enfim, depois de muito conversar, a associação resolveu não decidir sobre a incubação naquele momento e levar aos outros participantes que não estavam presentes na reunião, perguntar para os cooperados das cooperativas (que eram representados por alguém na reunião da associação) e pensar melhor. Alguém explicou que na verdade, no dia que a associação começou, o presidente convidou as 3 incubadoras a ajudarem. A única que se preocupou em oferecer algo mais concreto foi esta e, portanto, era a partir daquela proposta que eles poderiam decidir.

Os questionamentos feitos podem parecer falta de informação, de atenção às reuniões. No entanto, as pessoas realmente não pareciam estar entendendo o que estava acontecendo. Tive a impressão de que esta incubadora não perguntou pra associação se “ser incubada” era um desejo de todos, antes de solicitar as bolsas para a incubação. Até aquele momento muitos não sabiam que, a partir do início da incubação, a associação teria que se reunir mais vezes, que teria que dedicar mais tempo e, principalmente, que havia uma quantia de dinheiro (que ninguém conseguia entender de onde vinha) para alguém fazer aquilo. Entre a vontade de se reunir mais vezes, aprender mais algumas coisas e a dificuldade de fazer isso, assim como a revolta em relação à postura da incubadora, os associados resolveram não decidir nada naquele momento.

Essa discussão foi confusa. Eu mesma não sabia o que estava acontecendo, quais eram os fatos em que a incubadora se baseara para planejar a incubação da associação. A reação das pessoas foi de estranhamento. Não havia alguém que estivesse completamente certo de que isso tinha sido combinado. Me perguntava porque o processo estava ocorrendo daquela maneira. Mesmo que houvesse um acordo, como ele tinha sido feito? Havia participantes que discordavam completamente da idéia, enquanto outros achavam muito interessante. Mas parecia que era a primeira vez que se falava no assunto.

A relação com a incubadora: tem certas coisas que não se deve falar

“No ônibus, a caminho da Plenária Paulista, em Cajamar, aproveitei para matar a saudade de uma cooperada que não via há muito tempo. Fomos conversando sobre o tempo que eu e uma outra monitora íamos incubar sua cooperativa (2002). **Ela me contou que, na época, eles achavam que a gente era um pouco “fora da realidade”, que falávamos as coisas e depois íamos embora. Nas reuniões, cutucávamos o grupo para que eles falassem sobre os problemas interpessoais que estavam tendo, sendo que antes da gente chegar, eles combinavam que não era para falar pois achavam que não tínhamos nada a ver com aquilo. Segundo ela, sempre dava briga depois das reuniões, porque eles já não estavam bem e aí quando nós fazíamos aquilo, algumas pessoas acabava “entregando” os problemas para a incubadora. Depois ficavam zangados com essas pessoas por terem contado. E nós íamos embora e mal sabíamos o que acontecia**(Diário de campo, 13 de agosto de 2005, a caminho da Plenária Paulista de Economia Solidária).

Nesse momento, a referência é a um passado da incubadora e não ao presente. Naquele tempo, isso acontecia, diz ela. Entendi que há um limite na relação entre a cooperativa e a incubadora. O limite é dado pelo grupo. É o limite da intimidade: o quanto o grupo quer ou não quer que certos assuntos sejam conversados com a incubadora. No relato dela, na percepção dela, nós não respeitávamos essa fronteira e isso provocava um desgaste interno grande. É um típico caso de uma intervenção que atrapalha ao invés de ajudar.

Parece que a intimidade é uma coisa que pode ser invadida quando se está diante deles. O que ela diz é que isso não é permitido, a não ser que eles queiram. O que nos dava o direito de fazer isso. Fico pensando nos inúmeros momentos em que nos preocupamos com o outro, especialmente, quando esse outro é pobre, sem recursos, vive em condições precárias, etc. Aos poucos entramos em contato com essa realidade e queremos intervir, com boas intenções. Queremos chamar conselho tutelar, queremos crianças na escola, queremos que se alimentem adequadamente, queremos que economizem seu dinheiro. Quando ela fala isso, me vem à memória as vezes que fomos ao seu grupo e eles estavam “mudos”, sem querer conversar, e aí, alguém de repente falava algo. Era o estopim para a discussão, para a briga começar. Quantas vezes nos alertaram que íamos lá uma vez por semana, de carro, conversar e depois voltávamos

pra casa enquanto eles ficavam lá? Quantas vezes duvidaram de nossa coragem para trabalhar com o lixo junto com eles?

Em muitos momentos fomos alertadas dessa invasão superficial, dessa relação de alguém que vai e volta, não fica lá, não vive as mesmas coisas. No fundo, o que ela disse tem a ver com a desigualdade entre nós. Não diferenças, mas desigualdades.

Avaliação dos empreendimentos sobre a incubação:

Na realização do 4º fórum municipal de economia solidária, uma das propostas era refletirmos sobre a incubação. Para isso, a comissão executiva do fórum solicitou que, tanto os empreendimentos quanto as incubadoras e as técnicas de referência da prefeitura ali presentes, falassem abertamente sobre como estão avaliando a incubação. Infelizmente só deu tempo para os empreendimentos se posicionarem a respeito do tema, pois já era tarde da noite e todos precisavam ir embora.

Sobre o papel da incubadora, uma cooperada, cuja cooperativa tinha sido incubada, no princípio, por uma incubadora e que, recentemente, está sendo incubada por outra, compara os dois processos vividos. **“Sente que essa última tem mais ação. Para ela, um dos papéis da incubadora é ‘fazer a roda girar’, dar continuidade no projeto. E acredita que estão no caminho agora.** Fala sobre a discussão do pagamento do INSS com a antiga incubadora. Ficavam conversando sobre o assunto, mas não pagaram. Agora, como a nova incubadora estão pagando. **‘Foi exigido que fizessem o INSS. Não pesavam os rejeitos, agora pesam. Diz que tem fundamento, que é incisivo: ‘É assim que tem que ser e a gente tem que fazer’. A incubação tem que ser feita por quem tem experiência.”** (Diário de campo, 25 de abril de 2006, 4º fórum de economia solidária)

“Uma outra cooperada disse que acha que a incubadora tem que ser mais rígida, não pode deixar os trabalhadores confusos. Os monitores devem dizer: **‘A incubação é isso, tem que ser feito isso’.** Para ela, é como uma gestação: **‘vai demorar um ano pro bebê nascer? Tem que nascer logo.’** Segundo ela, a última reunião com a incubadora deixou as pessoas confusas. Fica preocupada se um dia aparecer a fiscalização por lá e quiserem fechar o empreendimento.” (Diário de campo, 25 de abril de 2006, 4º fórum de economia solidária).

“Uma outra pessoa fala de quando a cooperativa convidou a incubadora para atuar lá, mas houve resistências ao processo que a incubadora queria instalar. Hoje, como associada da ACOOP, que também está sendo incubada pela ITCP/Unicamp, acredita que está sendo importante. **‘Eu era leiga em tudo e hoje estou aprendendo (falando sobre leis, funcionamento da associação, etc). Mensalmente é preciso fazer reuniões com as incubadoras. Precisamos saber como podemos melhorar a situação de cada grupo!’**” (Diário de campo, 25 de abril de 2006, 4º fórum de economia solidária).

Essas mulheres estão apontando, de formas diferentes, que a incubação tem que ajudar de algum jeito, tem que ser efetiva. Para elas, em alguns momentos, é preciso ser mais direto, incisivo e exigir condições do grupo. Não pode ficar apenas conversando sobre o assunto, o grupo tem que sair diferente da incubação.

Um outro ponto levantado foi a alta rotatividade de monitores nas incubadoras:

“Sobre a presença dos monitores, é unânime o questionamento a respeito da alta rotatividade destes nas incubadoras. **‘Atrapalha, muda o ritmo quando vem uma pessoa nova. Você tem que ensinar ela a incubar.’** Já outra cooperada, diz que tiveram o mesmo problema: **‘Cada vez que começava algo, tinha que acabar. O estatuto não ficou pronto. A menina levou e não trouxe de volta. Não chega no fim de nada.’** Ela acha que as três incubadoras devem discutir e ter uma filosofia mais ou menos igual de trabalho”.(Diário de campo, 25 de abril de 2006, 4º fórum de economia solidária).

Além de quebrar o ritmo, a alta rotatividade impede que se construam caminhos coletivamente. Não há um acompanhamento do processo todo, e sim de partes deles. Esse questionamento parece se dirigir mais especificamente para as incubadoras universitárias, que atuam através de bolsistas, estudantes, que não têm, necessariamente, uma continuidade na incubadora.

O monitor, agente de campo, assessor, é a pessoa que acompanha o grupo nos seus problemas. Por estar constantemente em contato com as pessoas, torna-se referência e mediador dos interesses da cooperativa com a incubadora. A relação estabelecida é de proximidade (não de intimidade).

Logo depois, alguém pede que um cooperado de um grupo que, por um tempo, foi incubado por uma incubadora e que agora está sem incubação, fale sobre essa experiência. Estão sem incubação, assistidos pela prefeitura e aguardando uma outra incubadora para trabalhar com eles. Sobre isso ele diz: **Porque hoje, se não é a**

presença deles, a gente não existe. Infelizmente estamos sem.’ Para ele, cada profissional é uma coisa. Havia um psicólogo. E ele pergunta: “o que pode passar para cada cooperado na administração? Para cada função tem que ter uma pessoa especializada naquilo dentro da incubadora. O psicólogo cuida das pessoas. Um médico não sabe ensinar a fazer blocos!”

Por outro lado, duas experiências de quem nunca foi incubado, apontam algumas diferenças. Havia lá um membro de uma cooperativa bastante presente no movimento e que nunca havia sido incubada. Ele diz que isso nunca aconteceu porque o processo deles foi diferenciado. Os profissionais que montaram a cooperativa eram de grandes empresas que estavam aposentados na época. Até tentaram ser incubados por uma incubadora de empresas, mas não deu certo. Uma outra pessoa diz **“fomos quebrando a cabeça. Se precisa aprender a congelar, tem que descobrir quem ensina a congelar e buscar parcerias com essas pessoas. Quem sabe o que? E assim fomos aprendendo’** (*Diário de campo, 25 de abril de 2006, 4º fórum de economia solidária*).

A incubação é avaliada como importante para que o empreendimento consiga se viabilizar de alguma maneira, mas não é indispensável. A incubação permite que os esforços sejam outros.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Tereza me fez aquela pergunta sobre o que era, afinal, a autogestão, tentei responder de maneira simples. Falei que era o trabalho coletivo em que todos decidem juntos os caminhos da cooperativa. Depois dessa resposta, ela me disse, aliviada: “Ah, então é aquilo que a gente faz todo dia na nossa cooperativa!?”. Pensei muito nisso depois. Me vi diante de uma situação que não imaginava, enquanto monitora. Ela sabia o que era autogestão quando olhou para o cotidiano do seu grupo. A prática de fazer todos os dias a cooperativa era a autogestão. Me perguntei sobre a maneira que estávamos falando com as pessoas, sobre a forma como essas pessoas entraram nas cooperativas (sem saber direito o que vai acontecer, o que é uma cooperativa e o que é a autogestão) e sobre que autogestão é essa, que na teoria, parece desconectada do cotidiano e do lugar.

Chegar ao final dessa dissertação é chegar também ao início de um novo olhar sobre a incubação. Um olhar que foi amadurecendo durante todo o processo de pesquisar. A pergunta sobre a ecologia de saberes me acompanha desde o início, porém de modos distintos. A princípio, me baseava numa experiência de trabalho frustrante, onde vi meus sonhos se desfazerem. Romanticamente acreditava que era possível uma atuação sem conflitos. Quanto mais olhava para minha experiência, mais tinha uma percepção negativa da incubação.

Não via que a história que originou a incubadora favorecia esse processo. Desde o início, esteve presente a necessidade instrumental da geração de renda, mais do que o projeto político da economia solidária. Isso parecia contraditório com a economia solidária e com a autogestão: como alguém entra pode entrar num projeto desses a partir de uma necessidade instrumental e não política?

Hoje, depois de todas essas conversas vejo que, realmente, a necessidade de gerar renda num país em que a desigualdade é imensa, faz muito sentido. Não abandono a crença na autogestão, enquanto uma opção política possível e igualitária. Mas vejo que, de fato, nenhuma ação política caminha sem o mínimo de condições para isso. A busca dos sentidos da incubação traduzia essa preocupação: o que é que está “em jogo” para as pessoas que fazem a economia solidária?

E assim chego aos sentidos da incubação. Não sei até que ponto é possível generaliza-los, já que são produções parciais, datadas e localizadas. Em julho de 2006, apresentei esse trabalho num encontro de economia solidária. Falei dessas questões todas que estava percebendo e senti que as pessoas ali, a maioria participantes de

incubadoras, se identificaram. Obviamente que as questões, da forma como são apontadas, guardam suas especificidades de produção. No entanto, o incubar parece ser uma ação cujos sentidos e práticas se assemelham nos diversos espaços em que é feita. Dessa forma, com os devidos cuidados, acredito sim que é possível expandir essa discussão para um nível maior, para uma discussão sobre a noção que circula em muitos lugares.

Um outro aspecto importante é que considerações são apenas dicas, caminhos possíveis, mas não certezas absolutas a respeito de algo. A contribuição que me ocorre é a de problematizar o tema, a partir dos dilemas levantados nessas conversas. É assim que encaro esse fim.

Há alguns caminhos que gostaria de trilhar aqui. O primeiro deles diz respeito à incubação como construção social, que se dá em processos históricos. Seus sentidos não se constroem do dia pra noite, mas no tempo. Como M.J. Spink (2004) afirma, há três dimensões de tempo nas construções sociais dos sentidos: o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto, podemos pensar que, nesse caso, o tempo longo diz respeito a longa história dos sentidos da incubação que narramos brevemente. Estaria ligado a uma noção de cuidado, de espera, de amadurecimento e até, por vezes, de incapacidade. O tempo vivido é o tempo da socialização. Seria o como aprendemos e nos apropriamos dessa terminologia a partir das nossas posições: acabamos usando, adotando a noção de incubar para definir o que estávamos fazendo. Já o tempo curto é o tempo do agora, da dialogia do presente, das conversas que produzirão sentidos, resignificarão os antigos. No caso desta história, o tempo curto aparece nos debates, nas discussões sobre a incubação, tanto dentro da incubadora quanto fora dela, que foram permitindo que essa idéia se transformasse, incorporasse novas idéias, agregasse novas possibilidades de ação.

Por ser social, a incubação é feita por pessoas, e não apenas por um grupo de pessoas, como eu imaginava (a incubadora). Os empreendimentos parecem adotar a palavra incubação para designar suas ações cotidianas de ajuda, de apoio a outros grupos, pessoas. Essa adoção não aparece com o sentido da incapacidade do outro, mas no reconhecimento da necessidade de que quem é “novo” nesse universo, precisa aprender certas coisas.

Se antes eu acreditava que a incubação baseava-se na crença da incapacidade do outro, tanto incubadora quanto empreendimentos me apresentam uma perspectiva

diferente: a de que a incubação não está pressupondo ausência de capacidade, mas dificuldade de acesso aos diversos conhecimentos que a incubadora e o grupo tem a oferecer aos novatos. Tal perspectiva não elimina a possibilidade de cair no mito da incapacidade do outro, que não deixa de existir.

Esse perigo se refaz quando me é apresentada a segunda dica: a incubação já não é tarefa exclusiva da incubadora. Seu conceito é ampliado. Nas reuniões em que estive presente ficou evidente que, no esforço de trazer o tema da incubação para o debate entre todos os atores da economia solidária, a incubação ganhou sentidos diferentes, se ampliando para uma prática de educação, de aprendizagem que se pode fazer no cotidiano, por pessoas que não estão na incubadora. A incubação não é uma construção apenas da incubadora, mas de outros atores. Por isso, o debate se alarga e todos “sabem” não apenas falar sobre ela, como fazê-la.

Aqui devo lembrar as discussões sobre incubação e educação em que alguns autores apontam para a necessidade da diminuição da distância entre quem incuba e quem é incubado, quem educa e quem é educado. No caso desse estudo, não acredito que as fronteiras estejam tão dispersas a ponto de não haver distinção funcional entre incubadora e empreendimentos. As pessoas ainda apontam quem é quem no processo. Há um aqui (incubadora) e um lá (empreendimento) e vice versa. Talvez um estudo que se aproxime mais das práticas de incubação seja capaz de explicitar se, no momento do encontro, esses dois mundos se interpenetram mutuamente ou não. Estando nas reuniões, o que pude perceber é que as pessoas falam de lugares sociais diferentes. Uma coisa é falar sobre a incubação a partir da realidade da incubadora e outra, é falar da incubação a partir da realidade do empreendimento. As reuniões na incubadora mostram o quanto é impactante a precariedade dos empreendimentos. Há um choque, uma preocupação, um desejo de não perpetuar aquilo por muito tempo. Para os empreendimentos, a questão parece ser a dos acessos aos recursos, ao conhecimento, como aumentar a renda, etc. O choque pertence ao universo da incubadora e não dos empreendimentos. Ambos preocupam-se, de maneiras distintas, com como resolver o problema.

Uma outra idéia que foi se desfazendo quando comecei a olhar para as reuniões, como lugares de debate e de ebulição de sentidos, foi a minha própria definição do que é uma incubadora. Apesar de ter trabalhado por um tempo como monitora, ainda a via como um lugar para trabalhar, uma entidade, instituição. Conforme participava das

reuniões com outro foco, que me voltavam para as negociações, para a percepção dos múltiplos sentidos circulantes, comecei a vê-la como um processo organizativo. Neste lugar que se chama incubadora se produz cotidianamente indagações, soluções, possibilidades, etc. Antes, a incubadora era um lugar para onde as pessoas iam incubar. Esse algo, às vezes era algo prescrito, ou seja, já estava formatado, e outras vezes, era algo que ninguém sabia o que era. Então ficávamos entre o saber tudo e o não saber nada. Tanto uma postura quanto a outra me angustiavam. No entanto, a incubadora é debate o tempo todo. Nem sempre os debates levam à conclusões, mas são debates em que estão presentes as lutas, os confrontos de sentido, etc.

Tanto a equipe quanto os empreendimentos parecem apontar para uma necessidade urgente: a aproximação com o cotidiano dos grupos e suas necessidades. O que parece levar a incubadora a essas constatações é a condição em que se encontram os empreendimentos. Isso levanta questões sobre o quanto a incubadora deseja que isso aconteça. Uma auto-avaliação leva à percepção de que a incubação tem problemas que precisam ser resolvidos. Assim, a partir dos empreendimentos, a incubadora se vê. Se vê como uma possível geradora dos problemas nos grupos, se responsabiliza por alguns caminhos que tomou na sua trajetória. Atualmente há algumas experiências em curso dentro da incubadora que refletem essa problemática. São tentativas de construir estratégias que tenham uma base mais coletiva, como é o caso dos “kits de administração”, um instrumento criado dentro da incubadora para facilitar a compreensão e os registros do empreendimento. Esse kit foi elaborado e colocado em funcionamento em uma cooperativa piloto, que apontou para a incubadora algumas possibilidades de mudança, tornando-o mais aplicável no cotidiano dos grupos. Depois, o kit foi sendo levado aos outros grupos, que, da mesma forma, foram reformulando a idéia, baseando-se nas dificuldades e necessidades sentidas com o uso do mesmo.

Com relação aos empreendimentos, a questão aparece sob forma de constatação de que a incubação está distante do cotidiano. A incubadora fala de um jeito que as pessoas não compreendem. Apontam que é necessário que a incubadora conheça o trabalho que é feito na cooperativa tanto quanto os cooperados, que os cursos romantizam a solidariedade. Isso parece indicar para o cotidiano, para uma disposição de conhecimento e de presença nesse cotidiano.

Não se desconsidera o trabalho da incubadora, que é vista com respeito. Da primeira vez que ouvi as cooperadas falarem que “a teoria é uma, a prática é outra”

pensei estar diante de duas teorias distintas: a da cooperativa e a da incubadora. No entanto, percebo que todos fazem parte do mesmo problema: há uma necessidade de aproximação do cotidiano para a elaboração de uma práxis e não de uma teoria ou uma prática. Sem essa aproximação me parece que a incubação perpetua-se na perspectiva do “amadurecimento”, da “espera” do momento em que o grupo poderá caminhar sozinho. Continua sem reconhecer-se como um processo de encontro e tensão entre versões semelhantes e diferentes. A aproximação não é no sentido de eliminar as diferenças, mas de buscar algo em comum. E se outros atores fazem parte dessa construção é legítimo que se perguntem, que proponham, que apontem limites e vantagens nesse processo, afinal, também lá se incuba um ao outro.

Nesse sentido, acredito que olhar para a história de cada incubadora, encarando-as como construções sociais e históricas, pode ajudar a entender porque chegaram onde chegaram. Adotar prontamente algumas “prescrições” foi uma necessidade sentida num determinado momento por essa incubadora. Adotar, inclusive o conceito de incubação, foi uma necessidade de definição do nosso lugar na economia solidária. Talvez agora o ela esteja vivendo um momento de poder olhar para isso e dizer: “é isso mesmo que a gente quer ou não é?”. E isso vai levar a uma maior coerência, congruência na ação. Até porque, conhecimento que não é apropriado é informação, não é conhecimento.

Obviamente que há inúmeras outras questões nessa história que valem a pena voltar a serem discutidas, como por exemplo, a crença de que havia um saber que iria transformar a vida dos outros e não as vidas dentro da incubadora. Adotar a economia solidária e, principalmente, a autogestão, é mais que uma escolha por uma forma de gerir um empreendimento, é uma escolha baseada num posicionamento político.

A adoção de prescrições (a receita) me lembra muito a idéia de “cristalização”, como se o conceito estivesse pronto para ser colocado na prática. Atualmente se fala na definição de uma “teoria da incubação”, que seria a busca de formas, parâmetros para a incubação. Como fazer isso diante da variedade de dilemas, experiências e sentidos que estão sendo construídos nos diferentes lugares? Cristalizar a noção é um risco que se corre nessa busca.

A incubação como um processo social, permeado e construído por diversos saberes e diferentes histórias de vida, parece envolver negociação. Longe de imposições e submissões mecânicas, o que as conversas mostram é que há negociações acontecendo

entre interesses semelhantes e diferentes. E isso não é ruim, é condição para que a ação seja colaborativa de ambos os lados.

A busca da ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Souza Santos, não significa igualdade de interesses, posições, desejos, ideologias e sentidos. Refere-se à criação de um espaço de diálogo entre as diferenças, em iguais condições. O técnico e o leigo são diferentes em muitos aspectos, mas devem ter iguais possibilidades de fala e de escuta. Assim, segundo o autor, se potencializam as ações sociais. Do conhecimento dado para o conhecimento apropriado, significativo, capaz de transformar o que é preciso transformar.

Emancipação, segundo Ciampa⁶, não é algo concreto, mas uma busca constante. É um sentido de emancipação atrás do qual se vai. Assim, a incubação é uma busca de ver esse sentido nas práticas, mas não a alcançará se a procura não for coletivizada de alguma maneira. É preciso que as incubadoras deixem de lado o papel de “olho” dos empreendimentos, como se conseguisse ver além e reconheçam, como já está acontecendo, o papel fundamental dos outros saberes históricos.

Por fim, queria lembrar um detalhe importante dessa história da incubação: seu sentido mais original, da Grécia antiga, deve ser recordado. Lá havia os templos de incubação, que eram lugares para onde as pessoas iam, quando estavam doentes ou com problemas, para sonhar. Era um lugar propício para sonhar, preparado para que a pessoa deitasse e sonhasse. Acreditava-se que esse sonho a curaria. Os sacerdotes até ajudavam na preparação desse lugar, mas quem sonhava e se curava era a própria pessoa. Isso pode nos levar a pensar, quem sabe, numa redefinição do que é a incubação. Quando vemos que o seu sentido se incorpora nas ações dos cooperados, podemos pensar um pouco nisso. A incubadora não é quem transmite um conhecimento. Mas é responsável por um apoio que parece bom para quem o recebe, mas que tem limitações. As pessoas se apropriam dos sentidos do apoio e o refazem sob outras formas. No processo de educação, não tem como eu educar alguém, tem como eu me educar a partir da relação com esse outro alguém. A incubação me parece um pouco com isso, valendo apenas refletir sobre os efeitos da minha ação no outro.

⁶ Em aula, no 1º semestre de 2006, na PUC-SP.

Referências

ANDRADA, CRIS DISSERTAÇÃO DE MESTRADO USP.

ANTEAG, **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia**. São Paulo, SP: Ed. ANTEAG, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2005.

AZEVEDO, Alessandra, BACIC, Miguel, BALDEÓN, Nyguyen & GITAHY, Leda. **A incubadora tecnológica de cooperativas populares, uma alternativa para a transferência de tecnologias?** Campinas, SP: ITCP Unicamp, 2004. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>. Dezembro 2004.

AZEVEDO, Alessandra, BALDEÓN, Nyguyen & GITAHY, Leda, OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues. **Incubadora tecnológica de cooperativas – ITCP x Incubadora de empresas de base tecnológica – IEBT: Diferenças e semelhanças no processo de incubação**. Campinas, SP: ITCP/ Unicamp, 2003. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>. Dezembro 2004.

BALASCH, Marcel. **Políticas pos-identitárias**. Dissertação de mestrado. Barcelona, UAB, 2004.

BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto Marinho Alves (orgs). **20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. 1ª Edição. Brasília, DF: ed. Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira, SILVA, Roberto Marinho Alves da & SCHIOCHET, Valmor. **Mapeamento da economia solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/delegacias/sc/conteudo/noticias/artigo01.pdf>, outubro de 2005

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COOPE/UFRJ. In: SPINK, P. & CAMAROTTI, I.(org). **Redução da pobreza e dinâmicas locais** (Coleção FGV Prática), Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3º edição. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987/1999.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes. Antropológicos**. [online]. July 2001, vol.7, no.15 [cited 08 February 2006], p.107-147. Available from World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-7183.

CASTELEIRO, João Malaca. **Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa**. Lisboa: Lisboa Verbo Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia de Ciências de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (orgs). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. São Paulo, SP: Ed. FGV, 2002.

CANDEIAS, César, LIMA, Amélia & SILVA, Adriana. **Incubação, incubadores, pedagogia social: primeiras aproximações**. Disponível em: \INCUBAÇÃO, INCUBADORES E PEDAGOGIA SOCIAL PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.htm.

CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003,

CRUZ, Antônio, **Para construir uma pauta que nos ajude a pensar uma metodologia da incubação**. Contribuição à metodologia do encontro nacional da pesquisa *incubadoras 2002 – projeto Unitrabalho/ICCO*. 2002, 10p. (no prelo)

É CAMINHANDO QUE SE FAZ O CAMINHO

ANTONIO CRUZ

54

CAYAPA Revista Venezolana de Economía Social , Año 4, Nº 8, Diciembre 2004

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Novas Fronteiras da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira. 2ª ED. 1986.

DELORS, Jacques. **Os quatro pilares da educação para o século XXI**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir (UNESCO, MEC, Cortez Editora, São Paulo, 1999). DIEESE/SEADE. **Pesquisa de emprego e desemprego: março de 2006**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedsp.xml>.

EID, Farid. **Análise sobre o processo de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária**. São Paulo, SP: Rede Unitrabalho. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/LIA_IRACY_2004.pdf.

EGLER, Gabriela, GUERREIRO, João, GUIMARÃES, Gonçalo & SALOMÃO, Inessa. **Incubadora tecnológica de cooperativas populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo**. Rio de Janeiro, RJ: ITCP/COOPE. Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/metodologia_de_incubacao/ITCP_COPPE_UFRJ_Anprotec.pdf, maio 2005.

ESTEVES, Egeu Gómez. **Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial**. Dissertação de mestrado, 2004, 190 p. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, USP, São Paulo.

ESTEVES, Egeu Gómez & SATO, Leny. **Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar**. São Paulo, SP: ADS/CUT, 2002.

FERREIRA, E. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª edição. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 37ª edição. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 1987/2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª edição. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 1996/2004.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6ª edição. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 1999.

FRIEDMAN, John. **Empowerment: the politics of alternative development**. Cambridge Mass.: Blackwell, 1992.

GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, Francisco (orgs). **Educação comunitária e economia popular**. 3ª edição. São Paulo, SP: ed. Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: ed. UFGRS, 2004.

GOOGLE.COM.: **páginas sobre economia solidária**, sob o nome de “solidarity economy”. Internet, google.com. Agosto de 2005.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P & SOUZA, A (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu: situando diferenças**. vl. 5., Unicamp, 1995.

_____, _____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna, KUNZRU, Hari, SILVA, Tomaz Tadeu. **Antropologia do ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

IDE, R.M. **Cooperativismo e cooperativismos: as intersecções e conflitos entre noções doutrinárias e organizativas de uma palavra benquista**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, 2003, 200p, PUC/SP, 2003.

IBAÑEZ, Tomás Garcia. O giro lingüístico. In: IÑIGÜEZ, Lupicínio (org). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes Ltda, 2004.

LAVACA. **Sin Patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía.** Buenos Aires: Lavaca Editora, 2004.

LECHAT, N. M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Março, 2002. Texto disponível em: www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm, maio de 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo, SP: ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEÓN-CEDENO, Alejandra. **Guia Múltiplo da Autogestão: um passeio por diferentes fios de análise.** 1999, 193p. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Livros Horizonte, 3º vol. 1977.

MEDRADO, Benedito.& SPINK, Mary Jane. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane. (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

NAKANO, Marilena. Antegag: a autogestão como marca. In: In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2ª edição. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2003.

ODA, Nilson Tadashi. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2ª edição. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues. **Incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios.** Unicamp, junho/ 2003. Artigo disponível no site: [www. itcp.unicamp.br/site/downloads.htm.](http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm), Maio de 2005.

OLIVEIRA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO...

CADERNOS DA OFICINA SOCIAL. **Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares).** VI.10. Rio de Janeiro, RJ: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002, 116p.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza(org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REBÓN, Julián. **Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas.** Buenos Aires: La Rosa Blindada y Picaso, 2004.

SATO, Leny. “Djunta-mon”: o processo de construção de organizações cooperativas. **Psicologia USP**. São Paulo, SP, v. 10, nº2, p. 219-225, 1999.

_____. As implicações do conhecimento prático para a vigilância em saúde do trabalhador. **Cadernos Saúde Pública**. Dez 1996, nº4, p. 489-495. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>

_____. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública**. Outubro 2002, vl.18, nº 5, p. 1147-1157. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>

SANTOS, Boaventura de Souza(org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____(org).**Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo, SP. Editora Gaia, 2003.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª edição. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2003.

SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª edição. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução a Economia solidária**. 1ª edição. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, A., CUNHA, G. & DAKUKAZU, R. (orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo, SP, Editora Contexto, 2003a.

SOUZA, L. S. M. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SPINK, Mary Jane(org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004

_____. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 2004.

SPINK, Peter Kevin. A forma do informal. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol. 5, nº 7, 99-107, 1989.

_____. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia organizacional. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol. 8, nº 1, jan/jun, 1996

_____. **A heterogeneidade da pobreza: implicações para ação**. III Congresso Brasileiro de prevenção em DST/Aids. Rio de Janeiro, dezembro de 1999.

_____. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicologia e Sociedade**, 15, 2, 2003.

_____. **Um lugar para o lugar na psicologia**. Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Serra Negra, SP, 2000.

_____. Redes solidárias, autogestão e solidariedade. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (org). **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**. Porto Alegre, RS: Ed. PUCRS, 2004.

_____. A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sóciotécnica nos dias de hoje. **Organizações e Sociedade**. Vol. 10, nº28, 117-130, dezembro de 2003.

TANGUY, L. Competências e integração social na empresa. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (orgs.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus, 1997. p.167-199.

SEN, Armatya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Relatório gestão 2001, janeiro de 2002, p. 9).

Alinsky (1965)